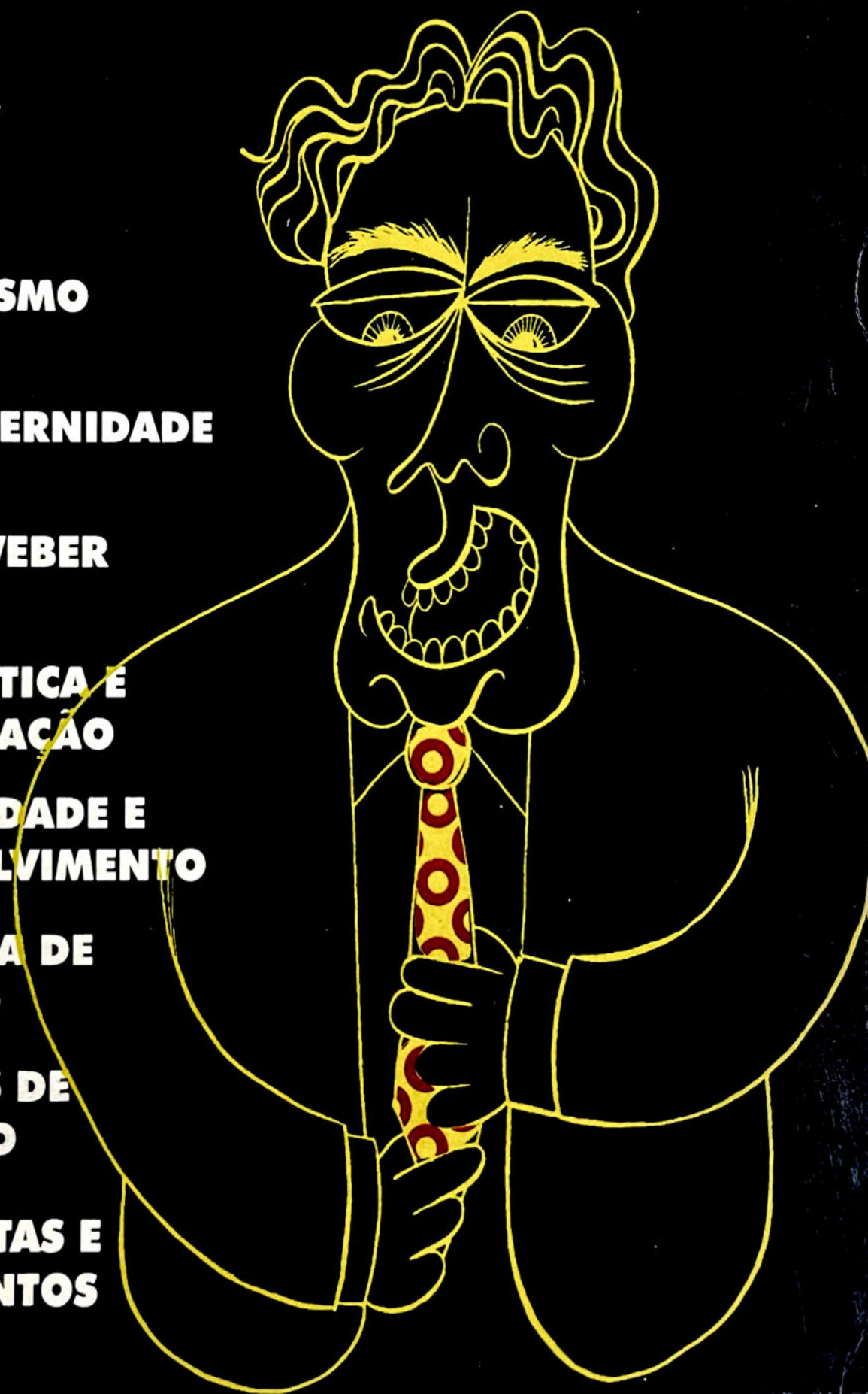


Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC - SSIND - nº4 - Ano 3 - jan/jul/1993

4,75 UFIR ISSN 0103-9717

- **SEPARATISMO**
- **PÓS MODERNIDADE**
- **ALFRED WEBER**
- **INFORMÁTICA E
COMUNICAÇÃO**
- **UNIVERSIDADE E
DESENVOLVIMENTO**
- **ECONOMIA DE
MERCADO**
- **RELAÇÕES DE
TRABALHO**
- **ENTREVISTAS E
DEPOIMENTOS**



Associação dos
Professores da
Universidade Federal
de Santa Catarina
SSIND/ANDES - SN
Gestão 92/94

Presidente:
Bernardete W. Aued

Vice-Presidente:
Anamaria Beck

Tesoureiro Geral:
Jonas S. Spricigo

Vice-Diretor de
Produções Sociais:
Graça Bollmann

Secretário de Imprensa e
Divulgação:
Osni Jacó da Silva

2º Secretário de
Imprensa e Divulgação:
José G. Medeiros

Diretor de Política
Sindical:
Paulo Sérgio Tumolo

Comissão Editorial:
José Gonçalves Medeiros
Elizabeth Juchem
Machado Leal
Virginia Maria de
Figueiredo e Silva
Ary Minella
Antônio D'Acâmpora

Revisão:
Comissão Editorial

Prog. Visual e
Diagramação:
Rosângela Bion de Assis
(DRT/SC 1019)

Capa:
Frank Maia Bretas
Editoração Eletrônica

Fotolito e Impressão:
Única Artes Gráficas
Fone/Fax (048) 244-0146

Assessoria de Editoração:
Alexandre Salles

Correspondência:
Associação dos
Professores da
Universidade Federal de
Santa Catarina -
Campus Universitário
Fax (048) 234-2844 -
Fone: 231-9425
Cep: 88040-900
Florianópolis - SC

O material publicado é de
responsabilidade de seus
autores.

Apresentação

Esta edição tem a marca da contemporaneidade, alia à reflexão do singular à inter conexão analítica a que todos os textos remetem o leitor. O conjunto de textos acerca das *Metamorfoses do Mundo do Trabalho*, mais uma vez, provocam aqueles que mantêm o assunto engavetado. Em se tratando de uma revista sindical **Plural nº 4** traz à tona o empenho do movimento de transcender a perplexidade, contrariando, portanto aqueles questionamentos que acusam o movimento sindical de superficialidade. As recentes e profundas transformações, técnico produtivas que tem caracterizado o cenário internacional, desde o final dos anos 70 são responsáveis pelo descenso do movimento.

A edição de **Plural nº 4** tem ainda outro mérito: rompe com a imagem cristalizada de interpretações pragmáticas, chama a atenção do leitor para a "lei das patentes", que deve ser analisada não exatamente a partir do momento presente, porém no âmbito das políticas que plantam as sementes do futuro. Os pacotes tecnológicos são as principais peças que compõem a equação de desenvolvimento de um país. "São por natureza, os elementos agregados dos fatores de uma sociedade e correspondem ao ponto de vista estrutural e estratégico, aos motores do poder contemporâneo". O Brasil já teve na década de 50 uma das indústrias farmacêuticas florescentes com riquíssima farmacopéia e tendo passado pouco mais do que 40 anos, constata-se a sua inteira destruição.

Com esta discussão não estamos querendo exaltar as manifestações do tipo nacionalista, mas reacender a necessidade da construção de um projeto alternativo de sociedade. Para finalizar, a incursão à atualidade de **Plural nº 4** apresentamos um breve olhar reflexivo sobre a guerrilha no México. O autor destila suas palavras como quem prepara um aguardente rara e muito especial. Sinta o sabor.

Prof. Bernardete W. Aued
Presidente da Apufsc - SSInd

Nesta edição

05

Pós Modernidade, o vitalismo do "Chaos"

Ana Lúcia Magela de Rezende

A crise da sociedade moderna e os desafios dos tempos pós modernos. A autora letras de músicas para destacar os novos valores colocados pela sociedade.

13

O Mundo do Trabalho em debate

Hoyêdo Nunes Lins

Uma síntese das transformações tecnológicas e produtivas ocorridas desde o final dos anos 70, inclusive as implicações com o Mercosul.

23

Plural entrevista

Ricardo Antunes e Armando Boito Júnior colocam as perspectivas de um possível governo Lula e dão suas opiniões sobre o que aconteceu no Leste Europeu.

27

Universidade e Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil

Rogério Ferreira Guerra

Um relato crítico da situação precária em que se encontram as universidades apontando causas, consequências e perspectivas.

42

Educação e Informática:

Reflexões em torno da relação entre mercado de trabalho, qualificação e escola
João Josué da Silva Filho

O resultado do debate realizado entre 580 professores do Paraná sobre a problemática da implantação da informática no ensino público.

50

Interdisciplinaridade: meta ou mito?

Reinaldo Matias Fleuri

Uma experiência de interdisciplinaridade desenvolvida pelo Ciclo Básico da PUC/SP mostra a necessidade de se explicar e enfrentar as relações de poder disciplinar.

55

Sobre a tirania

Regina Carvalho Pacheco

Um depoimento sobre a discriminação aos professores mestres na UFSC

57

Alfred Weber - estilo de pensar através da sociologia

Texto de Richard Brau

Tradução de Peter Naumann

Três facetas de Weber são enfocadas: o homem e sua obra, sua compreensão da sociologia e o método histórico-sociológico e o papel dos intelectuais na sociedade moderna.

62

Lei de Patentes

O pronunciamento do professor Bautista Vidal no Senado Federal que sensibilizou os parlamentares sobre a gravidade do problema e suas consequências para o País.

71

Porque Guerrilha no México em tempos de economia de Mercado

Waldir José Rampinelli

O motivo da existência e as conquistas do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

75

Separatismo: tempo de ódio, tempo de repensar o Brasil

Armando de Melo Lisboa

As propostas separatistas existentes no sul do Brasil apontam para a falência de um certo modelo de federação.

82

Plural entrevista

Walquíria Domingues Leão Rêgo conta a história do liberal socialismo desde a experiência italiana dos anos 20 até o que ela denomina de "falácia" neo-liberal.

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

Plural / APUFSC / SSIND. - Ano 1,
n. 1
(jul. / dez. 1991) - . - Florianópolis: APUFSC / SSIND, 1991 - v. ;
30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos colaboradores

Normas de publicação

1. A Revista Plural está aberta para as mais variadas produções artístico - culturais: artigos pequenos, ensaios, comentários, depoimentos, polêmicas, contos, poesias, resenhas, relatos, experiências, entrevistas, charges.
2. Os trabalhos enviados pelos colaboradores devem ser apresentados em um original e uma cópia, em língua portuguesa ou espanhola. Tratando-se de textos, devem ser datilografados em espaço duplo, com observância de margens e sem emendas.
3. Os trabalhos não deverão ultrapassar, salvo exceções justificadas, 25 laudas, deverão ser acompanhados das seguintes informações sobre o autor: nome completo, instituição a quem está ligado, titulação, cargo que ocupa, últimas publicações (se houver), endereço, telefone, (do trabalho e residencial).
4. Os trabalhos enviados serão examinados pela Comissão Editorial ou por ela indicados. Sua aceitação ou não será comunicada ao autor por correspondência. Aceito o texto, o autor deverá apresentar a versão final em disquete em um dos seguintes programas: Word 4.0, Word 5.0, Wordstar 5.1, ou Word 2.0 for Windows.
5. Todo trabalho escrito será submetido a uma revisão; caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor, para que ele mesmo as faça.
6. O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente na cessão de direitos autorais à Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical da Andes-SN, para uma edição. A revista Plural não se obriga a devolver os originais dos trabalhos recebidos.

A Comissão Editorial

Revista Plural

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Seção Sindical - Apufsc - SSind

Campus Universitário - Trindade

Cep. 88.049-193 - Florianópolis - SC

Fone/Fax (0482) 34-2844 e 31-9425

"Compreender e não necessariamente explicar, este é o grande desafio que nos é imposto."

Pós - Modernidade

O vitalismo no "Chaos"

No limiar do século, nosso cotidiano dá sinais de exaustão de um modelo de conhecer e participar do mundo. Modelo este que, ao direcionar o pensar e o fazer de forma hegemônica, nos fez acreditar ser a única fórmula válida de produzir conhecimentos e resolver os problemas postos.

Na modernidade, guiada pela ideologia do progresso, tudo que era considerado "primitivo" no viver humano foi substituído pela hiper-racionalidade. A felicidade passou a estar vinculada ao êxito do projeto progressista. Voltada para o futuro da raça, a grande marcha da humanidade era a busca da sociedade perfeita. Não importava se o presente representava destruição. Tudo deveria ser útil ao progresso. O corpo humano foi expurgado enquanto fonte de prazer e passou a instrumento de trabalho, ferramenta que deveria ser azeitada e mantida em bom estado para a única finalidade que se impunha - o desenvolvimento social.

A sociedade humana moderna impôs-se como laboriosa e energética, hierática, homogênea e linear, pois só

conhecia a meta do progresso. A racionalidade nivelou as emoções, censurou o desperdício de vitalidade, normatizou o prazer de viver, explicou o mundo natural assim como disciplinou a vida moral. Ao domesticar o ambiente e as relações do homem com a natureza, domesticou também a parte de sombras do ser humano, impondo-lhe a renúncia ao viver naturalista, onde homem e natureza se completavam.

A obsedante explicação normatizadora do viver social instituiu o "dever-ser", desencantou o mundo, porque uniformizou comportamentos, pasteurizou as diferenças, reduziu os desejos ao socialmente recomendável. Ignorando a riqueza das pluralidades, quis transformar a sociedade num caldo homogêneo e ordeiro, acreditando que a desordem, o antagonismo, o caótico eram indesejáveis e seriam extintos na medida em que fossem racionalmente explicados pela lógica da casualidade.

Ao enfatizar um viver social marcadamente racional e funcionalista, a modernidade extraiu das diferenças a unidade absoluta. Assim, foram procedidas a massificação das individualidades e a asfixia do presente.

Ana Lúcia Magela de Rezende

Professora Visitante do
Programa de Pós-
Graduação de
Enfermagem - UFSC

"Compreender e não necessariamente explicar, este é o grande desafio que nos é imposto."



"Ou afirmamos nossa sensibilidade para captar o compasso deste novo tempo ou corremos o risco de, enrijecidos em conceitos dogmáticos, nada compreendermos desta nova dinâmica social, que só parece assustadora porque diferente do energismo da modernidade."

Na ordem dos grandes sistemas explicativos, a ciência se destacou como legitimadora da hiper-racionalidade. Abrindo todas as portas, soprando o bolor de crenças antigas, banindo o senso-comum, pretendeu dar à luz uma humanidade nova, consciente. Para tal, o método deveria ser rigoroso, coerente, revestido de seriedade, relegando, como não científico, a imprecisão, a subjetividade, o não demonstrável, para a satisfação de nossa sede de certezas cartesianas.

Na depuração do conhecimento, quer seja ele científico, filosófico, teológico ou artístico, a separação se impunha. Separar o joio do trigo, as verdades científicas das crenças, os racionais dos irracionais, o corpo da alma, a razão da emoção, a natureza da cultura. É através da partilha que o objeto estudado é despido de tudo o que é tangencial e acessório e, nesta transparência, pode ser apreendido. Eis um axioma do racionalismo, que, só nos últimos tempos, alguns pensadores, ainda não de todo desencantados, perceberam que se jogava fora a criança com a água do banho.

A ciência pôde explicar biológica, física, química e ciberneticamente a decrepitude do organismo, o desgaste da maquinaria, as causas, os sintomas e até algumas terapêuticas. Todavia, nenhuma destas explicações mostrou-se suficientemente capaz de resolver a grande angústia do finir. Na tentativa de domesticar a finitude, a sociedade moderna explicou a morte e acreditou incorporá-la ao cotidiano. Neste processo só conseguiu colocá-la a nu, de forma explícita, obscena, com uma carga de desencantamento e racionalidade insuportável ao homem. Descurou o fato de que este ser humano, mesmo moderno, não é só racional, que ele quer também crer, sem provas objetivas, que deseja e precisa participar do mito, com sua estranheza, sua monstruosidade, sua incoerência.

Banida a magia, que presidiu o estado de hedonismo nas relações primitivas do homem com o mundo, ele se de-

para só, diante de sua finitude. O presente lhe é negado e o futuro é uma esperança esmaecida. Está aberta a Caixa de Pandora e Heros está diante de Thanatos e não há nenhuma maneira de justificar o seu fim. Este confronto se dá, de forma dramática no cotidiano do ser humano, porque a moral imposta pela ideologia do progresso representa abreviação da vida, pois institui a coerência mortal. Este modelo de sociedade pode ser representado por uma imagem centrífuga, um buraco negro autofágico.

Seriam necessários muitos anos, uma corrente de tempo agitada, para abrir as primeiras fissuras na muralha das verdades insensibilizadas. Todavia, durante o império dos dogmas, (científico, moral, artístico e monetário), algo inquieta-se e, aqui e ali, dava sinais de sua insatisfação reprimida. Não era um enfrentamento cotidiano de forças, mas sim, manifestações insidiosas, às vezes manhosas, às vezes escandalosas, enfim, algo adormecido sobre a espessa casca de racionalidade, que se não ameaçava explodir, dava sempre seus sinais de presença. É a vitalidade que, sufocada mas não extinta, contrapõe-se ao energismo produtivista.

A crise da verdade

A tentada unidade do mundo se estilhaça e em cada pequeno pedaço, como num caleidoscópio, as imagens são múltiplas. Opondo-se à forma centrífuga, mortífera, surge a imagem centrípeta que se dispersa em multicentralidades.

Nos umbrais da pós-modernidade o ideal racionalista de uma sociedade progressista guiada pela moral de "dever-ser" e legitimada por conhecimentos científicos unívocos, não parece dar conta da fluidez do societal. Os desgastes do racionalismo, assim como o de todos os sistemas explicadores, já se fazem notar.

A tônica da pós-modernidade é o que LYOTARD(1) caracteriza como "a descomposição dos grandes discursos". As grandes verdades fundamentais que reinaram durante a modernidade são pos-

1 - BALANDIER, G. Les années 1966-1986. Magazine Littéraire, Paris n. 239-40, p. 25-7, mar. 1987.

tas em dúvidas e perdem a credibilidade absoluta. Não se trata mais de uma questão de política prática, de opção entre esquerda ou direita, nem se reduz aos debates ideológicos. Trata-se de um fenómeno mais amplo. É a crise da ideia de verdade, crise de razão. O que caracteriza os tempos pós-modernos é um sentimento de precariedade face às verdades que presidiram os tempos modernos, a ideia da unidade estilizada, porque não há mais unidade que seja capaz de explicar os fenómenos de um tempo que se desestruturou.

É o caos, que nos reenvia a esta "centralidade subterrânea". Ela é o "cimento social", de que nos fala MAFFESOLI (2), que assegura a permanência e mantém viva a sociedade humana. Esta vitalidade, feita de resistência contra toda espécie de unidade tirânica, corre nos interstícios da vida social.

A síndrome da pós-modernidade, que BAUDRILLARD (3), chama de pós-história, como a era dos simulacros não é, entretanto, apenas mais um discurso da crise ou a era de irracionalidade a se opor à hiper-racionalidade moderna. Opondo-se à unidade imposta, como consenso, às pretensões libertadoras, quer seja do capitalismo liberal e do marxismo sobre a pobreza, do cristianismo sobre a salvação da alma, da ciência sobre a melhora do mundo e das condições de vida, a pós-modernidade constata a decadência de todos estes discursos onipotentes. O rei está nu e, despido do poder aparente, está desacreditado. O consenso arbitrário é substituído, pouco a pouco, por uma pluralidade de discursos que não se colocam sempre competitivamente como verdadeiros, mas que asseguram apenas, e unicamente, parcelas fragmentadas do real. É na era do vazio, deixado pelo declínio das legitimações, que VATTIMMO(4) encontra uma forma de pensar "frágil" que, contrária às estruturas fortes e autoritárias, em vias de desaparecimento, funda um tipo de niilismo que ele chama de "terapêutico", pois "nos educa a uma vida onde as intensidades



totais desapareceram".

Este novo tempo reclama por novas posturas científicas, ou melhor, por uma nova atitude intelectual. É BALANDIER (5), quem nos diz:

"A imagem da ciência torna-se mais frouxa e o intelectual mais produtor de resultados precários que de certezas duráveis. As teorias científicas são agora menos globais (unificantes) que 'locais' não deterministas (...) elas propõem sínteses sucessivas separadas por espaços vazios. O saber se fragmenta, se torna provisório, provoca um parcelamento da representação do mundo."

Para compreender a fractalidade e fluidez deste social amorfo é preciso que empreguemos abordagens sensíveis e maleáveis e nem por isto menos científicas. A ciência pós-moderna percebe que

2 - BAUDRILLARD, J. *De la séduction*. Paris: Galilée, 1979.

3 - DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. 11 ed. Paris: PUF, 1980.

4 - LYOTARD, J.F. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.

5 - MAFESSOLI, M. *Rédecouvrir les temps*. Revue de l'Université de Bruxelles, Bruxelles, n.1-2, 1988, p. 251-269.

***“... na pós-modernidade,
mais do que saudável, é
preciso ser feliz, mesmo
que essa felicidade faça
perigar a sanidade.”***

o real não mais aceita ser submetido às molduras da verdade científica. O “fato sociológico” não mais pode ser um constructo intelectualizado-ideal, diante da realidade.

Neste pluralismo de sentimentos e saberes reconhecemos que a ciência não é o único, mas um dos muitos caminhos do conhecer e, estamos seguros, de que a unidade tem algo de patético como a perfeição - chocante, estática e morta. Acreditamos que o conhecimento científico da pós-modernidade só pode ser um saber incompleto, humildemente provisório e superável; que divide espaço e “status” com outros tipos de saberes, tão importantes quanto o da ciência.

Ou afinamos nossa sensibilidade para captar o compasso deste novo tempo ou corremos o risco de, enrijecidos em conceitos dogmáticos, nada compreendermos desta nova dinâmica social, que só parece assustadora porque diferente do energismo da modernidade. Compreender e não necessariamente explicar, este é o grande desafio que nos é imposto.

Alguns sinais podem ser identificados no nosso cotidiano, pelas inúmeras manifestações de retorno a uma ligação perdida. Os rituais de relaxamento orientais, as dietas naturais, as terapêuticas alternativas são ilustrativas deste paradigma perdido, na busca de relação com o cosmo.

Sem saudosismo, coloquemo-nos a uma distância crítica dos lugares-comuns que recusam o estranho pela sua estranheza ou, pelo exotismo, se deixam fascinar.

A relação com a natureza

Nos grandes centros, nas megalópoles, todos experimentamos a urbanização. A ruralidade para muitos é a raiz da infância, já não tão presente. Propomos uma reflexão que não dicotomize. Nada da visão estereotipada do “bom selvagem”, traduzido para o nosso meio como “camponês feliz” ou a imagem do bruto “primitivo”, xucro e ignorante. Por outro lado é preciso repensar a vida urbana não como o pólo da riqueza, recheada pelos bens de consu-

mo, deslumbrada nos “shoppings centers”, dos cartões de crédito automáticos, das auto-estradas e dos saberes enlatados.

As ideologias e práticas progressistas inscreveram-se na história da caminhada humana, como o facho de luz guiador. Voltada para o futuro da raça, a grande marcha humana corria em busca da sociedade perfeita do amanhã. Tendo o progresso como imperativo, é preciso atingir a maior eficiência e eficácia. Para tal o controle é o fundamento imposto. Tudo deve ser contabilizado para o fim proposto. Não há lugar para dispêndios inconsequentes em meio de caminho.

Mas o social não é assim tão diferente do natural, ele não consegue ser um “artificial”, por mais que tente, pois é composto pelo humano que é, basicamente, natural. Portanto, este cotidiano social humano, construído e disciplinado, não pode camuflar tudo de caótico, de múltiplo, de monstruoso, onde as diferenças formam a rica teia do viver. Numa palavra perigosa - não consegue sufocar o ORGIÁSTICO e aqui é preciso coragem para estar além dos preconceitos e da carga ideológica desta palavra e despir o orgiástico de suas conotações meramente sexuais, para senti-lo como energia vital que move os desejos humanos.

É nesta intrincada rede que se desfoca o macro-social. O que se pontua na pós-modernidade não é mais o grande evento, mas sim a banalidade do dia-a-dia, que, captada, pode revelar novos valores desta sociedade exaurida de progresso e que centra seus desejos no presente, com o que ela tem de melhor e de pior.

É esta força não de todo sufocada, cremos nós, que para além das tentativas disciplinadoras do homem e de suas relações, é capaz de assegurar a permanência da sociedade humana, malgrado os artificialismos da urbanidade moderna. Esta crença na pluralidade a recusa de ser tanguado como o gado modernizado, demonstram muito mais que mero energismo produtivista, que a comunidade humana transborda de vitalidade. É quando os versos de GONZAGUINHA

em "É" demonstram, com grande poder de síntese, este querer humano:

*"É a gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor
A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade (...)
A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo defeito (...)*

É este "querer viver" - e não apenas sobreviver - que revela o vitalismo da sociedade humana que vai muito além das propostas utilitaristas e progressistas de mera energização social, aderentes à hiper-racionalidade moderna.

Um fenômeno cada vez mais presente na transição da modernidade, guiada pelas ideologias e bandeiras de lutas, para a pós-modernidade, do estilhaçamento de todos os valores, da desconstrução de todos os discursos, é o retorno cíclico, para a fruição de um reencontro com o prazer de partilhar. O estar-junto, do outro e da natureza, não se coloca como uma obrigação de fidelidade ou de compromisso ecológico. Inscreve-se, sim, numa perspectiva tribal(6), que capilariza-se no conjunto social como uma rede de intrigas manhosas. Um desejo de usufruir o presente, de forma muito mais generosa, sem negações retalhadoras.

A letra do samba "Bom Tempo", de CHICO BUARQUE DE HOLANDA, poeticamente traça um perfeito quadro dessa busca:

*"Um marinheiro me contou
que a boa brisa lhe soprou
que vem aí bom tempo.
O pescador me confirmou
que o passarinho lhe contou
que vem aí bom tempo.
Dou duro toda a semana
senão pergunte à Joana
que não me deixa mentir
mas finalmente é domingo eu
naturalmente me vingo
e vou me espalhar por aí*

*no compasso do samba
eu disfarço o cansaço
Joana debaixo do braço
carregadinha de amor.
Vou, que vou, pela estrada
que dá numa praia dourada
que dá um tal não fazer nada
como a natureza mandou.
Vou satisfeito, alegria batendo no pei-*

*to
o radinho tocando direito
a vitória do meu tricolor.
Vou que vou
lá no alto o sol quente
me leva num salto
pro lado contrário do asfalto
pro lado contrário da dor.
Ando cansado da lida
preocupada, corrida, surrada, batida
dos dias meus,
mas uma vez na vida
eu vou viver a vida
que eu pedi a Deus. "*

É neste dia-a-dia banal, neste cotidiano sem qualidade, mas não desprovido de significado, que é importante buscar as manifestações de uma socialidade (7) que revela a pujança de seu vitalismo. Para além do cansaço "da lida preocupada, corrida, surrada, batida", das nossas mortes quotidianas, há o domingo de sol, há a "vitória do tricolor", há "Joana carregadinha de amor", há uma "praia dourada", há o "compasso do samba". O cansaço, a dor, a solidão, os limites, a finitude dramática da vida, perdida um pouco em cada dia, são enfrentados através da eternidade transitória que está "do lado contrário do asfalto", portanto, "do lado contrário da dor". Buscado com paixão, esse viver orgiástico, prazeroso, erótico é comungado pela sociedade de pessoas diferentes, que buscam o mesmo encontro. No entanto, esse encontro não é mais que um instante, sabemos-lo todos, portanto, há de ser gozado em sua plenitude, com toda pressa. É preciso que o sol quente nos ajude a chegar rápido e nos leve "num salto". Pressa e intensidade, descomedimento, pois parcimônia e bom-senso não combinam com avidez.

A afirmação do desejo

Essa ânsia não é da ordem da rapidez produtivista. Não guarda relação com

*...lândia pôde explicar
...química, física, química
...matematicamente a
...do
...o desgaste de
...humana, as
...diplomas e até
...as terapêuticas.
...nenhuma destas
...mostrou-se
...para resolver a
...grande angústia do fim."*

6 - MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro, 1984

7 - MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.



as análises de tempo e movimento, com a ergonomia do trabalho empresarial. Não é energismo - dispêndio racional e lógico de tempo. É, sim, um dispêndio irresponsável, para "um tal de fazer nada, como a natureza mandou", é se "espalhar por aí". Nessa mediação para o enfrentamento da finitude, a sociedade esbanja seu vitalismo reprimido, disfarça seu medo do fim, tal como "no samba eu disfarço o cansaço". Demonstra, no transbordar escandaloso e co-participado, sua utopia de vitória sobre a morte, mesmo que seja "uma vez na vida" vivendo "a vida que eu pedi a Deus".

8 - MAFFESOLI, M. *O conhecimento do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

9 - MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos : o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense, 1987

É desta forma subterrânea, que em alguns momentos sociais torna-se paroxística, que a "perdurância social" (8) mostra seus sinais de vitalidade. É negando frouxamente, solapando as grandes propostas de futurismo finalista, que se afirma o desejo de viver, e viver intensamente o "presenteísmo" (2). Nada de afronta ou confronto, mas uma tendência morna, difusa e prenhe de opções mais brandas por estilos de vida menos normativos e mais generosos. O chamado "corpo mole", "empurrar com a barriga" sintetizam bem esta tendência. Sem confronto direto, mas subrepticamente, as pessoas começam a priorizar aquilo que lhes dá prazer fazer, não mais se dobrando ao chicotear das intimidações progressistas. Mais que nunca torna-se evidente que se pode levar o burro à fonte, mas não se pode fazê-lo beber.

Neste novo quadro não há lugar para dicotomias absolutas do tipo natureza/cultura, objetivo/subjetivo, rural/urbano. Todos os elementos do viver social tornam-se permeáveis, reversíveis, não mais redutíveis às palavras de ordem, aos conceitos rígidos e delimitadores.

Pressente-se uma nova unicidade cósmica, feita e pontuada na diferença e na sua aceitação. Não mais vigoram os compromissos mecânicos e compulsórios. A busca é de uma complementariedade na particularidade do outro, uma espécie de "solidariedade orgânica" (9).

Assim a natureza já não pode ser vista como objeto a ser explorado. Ela se inscreve muito mais como parceira, dentro de uma modulação cíclica do hedonismo contemporâneo. A pós-modernidade representa, apesar de todas as camuflagens surrealistas muitas vezes incompreensíveis, um retorno cíclico, enfatizando a exaustão de formas autoritárias de atuar no mundo, a falência das ideologias, das crenças na unidade e na uniformidade. Retomamos, numa ciclagem temporal, as formas passadas, porém enriquecidas pelas experiências vividas. O homem pós-moderno sente que a vida não é só governada pela razão, mas também pelo

instinto e pela emoção, pobres atributos tão naturais!.

Nenhum conceito universal pode sobreviver a este novo tempo destruturador. É o "Chaos" sim, é a negação, a descrença, o niilismo, que no século passado já tinham em NIETZSCHE seu profeta. Aquele "Kosmos" ordeiro e bem comportado, onde cada elemento da composição tinha seu papel, misturou-se num caleidoscópio. Cada pequeno movimento mostra-nos outra configuração, fascinante e assustadora, porque não controlada, porque desconhecida. E nós, funcionalistas defensores do controle, sentimo-nos impotentes diante das realidades múltiplas e fugidias, porque aprendemos a nos disciplinar para a eternidade.

Enlouquecemos, desdenhamos, em posturas saudosistas, este novo tempo. Apegamo-nos aos escombros das estruturas conservadoras, para assegurar o primado da razão, do hiper-racionalismo que, na modernidade, foi paradigma de condutas. Mas temos de reconhecer que os tempos são outros e que houve um momento em que o grito foi "Proletários de todo o mundo, uni-vos!". Hoje, o grito que retumba é "Morte ao todo, viva a partícula". Vale dizer, o que une não são mais as bandeiras de lutas, mas sim o querer estar junto, para além das diferenças, sem finalidade programada, mas sim para usufruir o prazer inútil, inconsequente, até mesmo irresponsável, do presente. Hoje, torna-se difícil falar em nome da massa proletária que procurou dar um sentido à história. Apesar de maciçamente proletária, ela não se enquadra nos chavões ideológicos, porque a deserção do social, das instituições põe em cheque este comportamento de compromisso. Vive-se sem o otimismo e sem a esperança da continuidade histórica. As metas já não podem ser remotas, precisam assegurar o "daqui a pouco".

É este presenteísmo, com a constatação do instável e da recusa em preparar um futuro que não chega nunca, que não vale o sofrer, que outro compositor, GELSON COSTA, nos passa na

letra de "Verdade Chinesa"

*"Era só isto que eu queria da vida
uma cerveja uma ilusão atrevida
que me dissesse uma verdade chinesa
com intenção de um beijo doce na boca
A tarde cai, noite levanta magia
quem sabe a gente vai se ver outro dia
quem sabe o sonho vai ficar na promessa
quem sabe até a vida pagar essa
promessa
Muita coisa a gente faz
Seguindo a caminho que o mundo
traçou
seguindo a cartilha que alguém ensinou
seguindo a receita da vida normal
Mas o que é a vida afinal?
Será que é fazer o que o mestre mandou
E comer o pão que o diabo amassou
perdendo da vida, o que tem de melhor!
Senta, se acomoda à vontade, tá em casa
toma um copo, dá um tempo que a tristeza
vai
passar.
Deixa, pra amanhã tem muito tempo
o que vale é o sentimento
e o amor que a gente tem no cora-
ção".*

O desejo banal é da cerveja, bebida popular, sem nenhuma conotação sofisticada mas, junto dela, uma ilusão. Mesmo que "atrevida", por permanecer, por existir, apesar do cotidiano sem qualidade. Negada, anulada, mas necessária. Mais audaciosa ainda, pois deve assegurar uma "verdade chinesa", eterna, verdadeira, inexpugnável, incontestável, todo o desejo do infinito num minúsculo presente finito. Todos os "quem sabe" pontuam o desejo na incerteza. Será que vai haver outro dia? Será que a promessa se cumprirá? Não importa, o que importa é não perder o que "a vida tem de melhor". E é sempre o que se perde ao submeter-se à ordem e à uniformização. A tirania da homogeneidade e o medo à diferença faz do cotidiano plural um viver amorfo, onde sobra vitalidade não gasta. A dor, o desconforto, o pesar, "deixa pra amanhã, tem muito tempo" pra sofrer. Agora só vale o copo, o sentimento e o amor.

"A ciência pôde explicar biológica, física, química e ciberneticamente a decrepitude do organismo, o desgaste da maquinaria humana, as causas, os sintomas e até algumas terapêuticas. Todavia nenhuma destas explicações mostrou-se suficiente para resolver a grande angústia do finir."

A busca da felicidade

Se a modernidade foi um bloco obediente aos interesses de classe, a pós-modernidade é a atomização, é o convívio com o absurdo, porque diferente do desconhecido. É um estado de decadência? Sim, decadência das verdades que presidiram e pontuaram um tempo moderno, passado. É a decadência das condições materiais de vida, mas é também o desmonte de uma ética de valores modernos, que já atraem muito pouco. E a sociedade pode ser levada ao holocausto nuclear ou nutricional? Sim. Como também pode engendrar saltos quantitativos que lhe assegurem a harmonia conflitual, enriquecida porque plural.

A negação, o niilismo, o caos não são necessariamente catastróficos. Demarcam as crises, sim, cíclicas, fantasmagóricas, geradoras das neuroses urbanas, das inseguranças, mas também desconstrutoras das falsas verdades. Descrença em valores exauridos impulsiona-nos à construção de outros novos, mais aderentes à realidade em mudança. Valorização das partículas, desvalorizadas durante o império da unidade. O viver bem, o viver melhor não será necessariamente anular-se no coletivamente anônimo. Poderá ser reencantar o mundo a partir do antes considerado insignificante e que nos faz pensar na seriedade daquilo que até então nos permaneceu superficial e frívolo.

A qualidade de vida, neste novo tempo, exige mais do que a sobrevivência finalizada no futuro promissor. Passa, pensamos nós, pelo prazer e pelo júbilo do presente, mesmo nos fragmentos descartáveis e sedutores, quer do consumo, na idealização fetichista, ou no narcisismo coletivo. Se antes era preciso ser saudável para o exercício produtivista, na pós-modernidade, mais do que saudável, é preciso ser feliz, mesmo que esta felicidade faça perigar a sanidade.

A construção destas novas relações do homem com o seu meio, dentro de uma nova modulação hedônica, ainda não está determinada. Seguramente es-

tes tempos nos dão a desconfortável sensação de que, onde quer que estejamos, é preciso fazer alguma coisa, e não sabemos o que fazer. É desconfortável porque nos acostumamos a agir, a energizar nosso quotidiano de forma extremamente autoritária e resoluta. Diante do "vazio das aparências" (3) queremos continuar a preenchê-lo, mas nada cabe dentro dele. Ele é o saco-sem-fundo com o qual é preciso, momentaneamente, aprender a conviver. Despojarmo-nos de nossa onipotência, de nossa pretendida resolutividade para aprender este presente caótico, rico, diferente, assustador.

É preciso repensar esta hiper-racionalidade que direciona nossas ações quotidianas mais simples. Quanto de autoritarismo reveste esta nossa visão de mundo!

O desprezo pelo mundo do sensível, pela subjetividade e pela desordem, a compulsão pelo controle racional, determinam uma vida social empobrecida. É o que NIETZSCHE (10) chama de "decadência". Ao ser erigido um princípio absoluto e tirânico, orientador do viver humano, seja ele Deus, a Razão, o Estado ou a Ciência, foi determinada a debilitação da vida societal. O vitalismo foi sufocado por uma forma de astenia, que dá sinais de decadência social, malgrado todo o discurso progressista.

"É pois para ser honrado, reconhecido, para fazer esquecer esta vergonha e primitiva ligação, que o conhecimento, de uma maneira constante, toma distância frente a frente de tudo o que pode lembrar o seu enraizamento mundano (...) que fazem do homem um sujeito de sensações e de prazeres, um objeto corporal, um indivíduo que é, graças ao seu ambiente natural, enfim, alguém enraizado e concreto" (11).

Esta força vital mantém viva a comunidade de homem, pois, este vitalismo perpassa os interstícios do "Chaos" e, independentemente da acuidade e sensibilidade para reconhecê-lo, está lá, presente, resistente, insidioso, pronto a se manifestar!

10 - NIETZSCHE, F. *Crépuscule des idoles*. Paris: Hatier, 1983.

11 - VATTIMMO, G. *La fim de la modernité*. Paris: Seuil, 1987.



Espaços e Debate

O mundo do trabalho em debate

Neste texto, o autor apresenta uma síntese das consequências para o mundo do trabalho das profundas transformações tecnológicas-produtivas, que têm marcado a cena econômica internacional desde o final dos anos 70. Sobre este tema, o professor Hoyêdo proferiu palestra no Seminário "Metamorfoses do Mundo do Trabalho", promovido pela Associação dos Professores da UFSC, em novembro de 1993.

Hoyêdo Nunes Lins
Professor Titular do
Departamento de Ciências
Econômicas da UFSC

Talvez mais do que nunca na trajetória contemporânea do capitalismo, as metamorfoses do mundo do trabalho constituem um candente tema da atualidade. Qualquer ceticismo a respeito deste ponto de vista certamente se volatiliza com a simples constatação de que algumas sociedades convivem hoje, efetivamente, com o espectro do "desemprego de massa". Porém, não obstante consistir o desemprego numa das fraturas mais expostas de organismos sociais em várias latitudes, as referidas metamorfoses englobam diversos outros aspectos do cotidiano do mundo do trabalho.

Paradigma Taylorista-Fordista

Qualquer abordagem sobre as principais questões que, principalmente nas economias mais industrializadas, ocupam posição central nos debates atuais sobre o mundo do trabalho necessita referir-se aos processos em curso na esfera da produção. Estes dizem respeito às amplas e profundas transformações na forma de produzir desde, pelo menos, o final dos anos 70, o significado das quais é uma gradual substituição do paradigma tecnológico, ou do modelo de industrialização, prevalecente desde o início deste século no mundo ocidental.

O referido paradigma tecnológico teve como elementos fundamentais de sustentação o taylorismo e o fordismo, "transformações maiores do processo de trabalho (...), no período dito da segunda revolução industrial, que começou na segunda metade do século XIX e se prolonga até os nossos dias" (Aglietta, 1976, p. 93).

O taylorismo implicou a "captura", a sistematização e a decomposição do gesto operário, assim como a sua incorporação num sistema de máquinas, que impunha a forma de operação aos trabalhadores. Significou, também, o aprofundamento da clivagem entre trabalho de execução manual e trabalho intelectual, provocando uma marcada bipolarização no contingente assalariado. O fordismo, por sua vez, incorporou o *savoir-faire* operário num siste-

ma de máquinas, cuja progressão era automática, tendo, assim, Ford suplantado Taylor no sentido de que mesmo o ritmo do trabalho passou a ser imposto pelo maquinismo (Palloix, 1976; Coriat, 1979). Os resultados da "revolução taylorista", em termos de desqualificação-superqualificação da força de trabalho (Freyssenet, 1974) e de avanço da produtividade, adquiriram com o fordismo uma dimensão ainda maior: a segunda foi elevada de modo formidável em meio a um processo em que a grande maioria do contingente trabalhador não cabia senão um mesmo gesto absolutamente fragmentado, repetitivo e cadenciado, conforme o ritmo da progressão na própria linha de montagem, emblema desta forma de organização do trabalho.

O binômio taylorismo-fordismo despontou como substrato da produção de mercadorias em grande escala - uma produção de massa - que caracterizou o Segundo Pós-Guerra. Situou-se, portanto, na própria base da notável expansão econômica do terceiro quartel do século: tais formas de organização do trabalho enfeixaram-se na, por assim dizer, vertente produtiva do modelo de desenvolvimento, que reinou, hegemônico, nas principais economias do planeta até meados dos anos 70 (Lipietz, 1984; Lins, 1988).

O paradigma tecnológico baseado no taylorismo-fordismo passou, entretanto, a acusar perda de fôlego, já nos anos 60, tendência que se consolidou com a "revelação", no começo da década seguinte, da crise do modelo de desenvolvimento, que tinha naquele padrão industrial um de seus pilares. De fato, com o primeiro choque do petróleo, a comunidade internacional percebeu que os anos dourados do pós-guerra pertenciam ao passado, distanciando-se rapidamente o período de alta conjuntura na produção, nos ganhos de produtividade e na progressão do emprego. Alcançava-se uma fase de turbulência, que tinha na inflexão do ritmo de progressão da produtividade o sinal de alarme talvez mais eloquente.

"Novas vias" para o capitalismo

Importa ressaltar, sobretudo, que a desaceleração nos ganhos de produtividade parecia guardar íntima relação com o "conteúdo" das principais formas de organização do trabalho presentes no então vigente paradigma tecnológico.

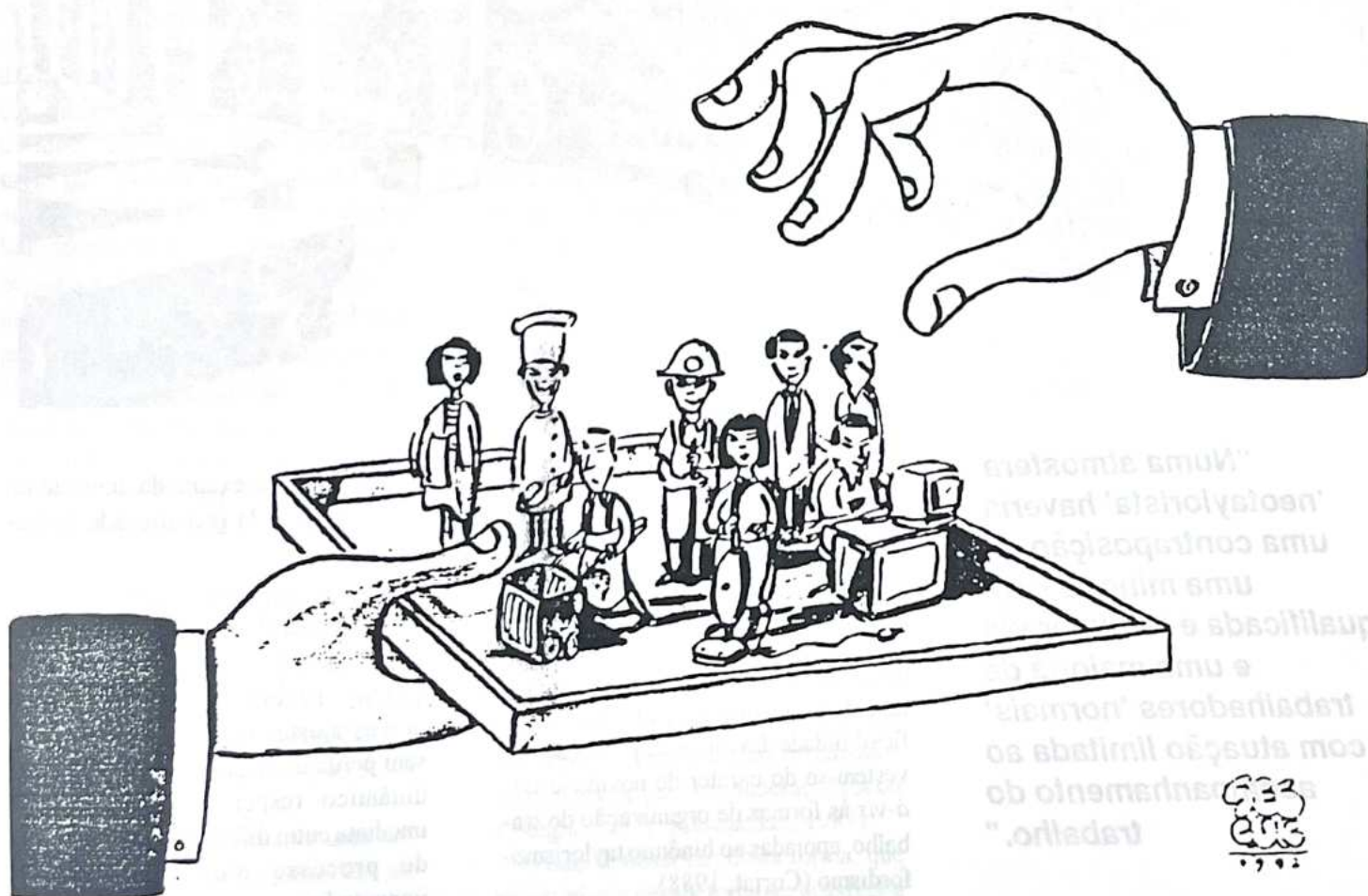
"(...) os princípios tayloristas, ao polarizar esta capacidade coletiva [do contingente operário de inventar novas técnicas] entre uma massa de trabalhadores desqualificados e pouco motivados, de um lado, e os engenheiros e técnicos de engenharia e da O e M, de outro, limitam gradualmente a esse segundo setor a luta pela produtividade e pela inovação. E tal setor apenas pode contribuir ao crescimento da produtividade geral pelo desenvolvimento de máquinas, cada vez mais complexas, a serem colocadas à disposição dos trabalhadores não qualificados. Assim, os próprios princípios tayloristas explicam

a diminuição dos ganhos de produtividade (...)" (Lipietz e Leborgne, 1988, p. 14).

Cerca de um decênio de conjuntura estagflacionista e de evidências sobre o esgotamento do regime de acumulação de capital, prevalecente no pós-guerra, de um lado, e sobre o alcance dos limites técnicos e sociais do modelo de industrialização subjacente à expansão, de outro, iria suscitar nos capitalismos centrais uma projeção rumo ao que se pode qualificar de "via tecnológica", para tentar sair da crise. O fato de os estilos de vida terem pouco a pouco se diversificado e os mercados se tornado mais versáteis e segmentados, impondo o domínio de formas de produção compatíveis com as regras de uma concorrência crescentemente acirrada, teve grande influência nesta orientação. Assim, a introdução e a difusão de novas bases tecnológicas perfilavam-se, desde meados da década de

"... na ausência de um projeto de sociedade coerente, o avanço tecnológico necessariamente suprime empregos."

Le Monde Diplomatique



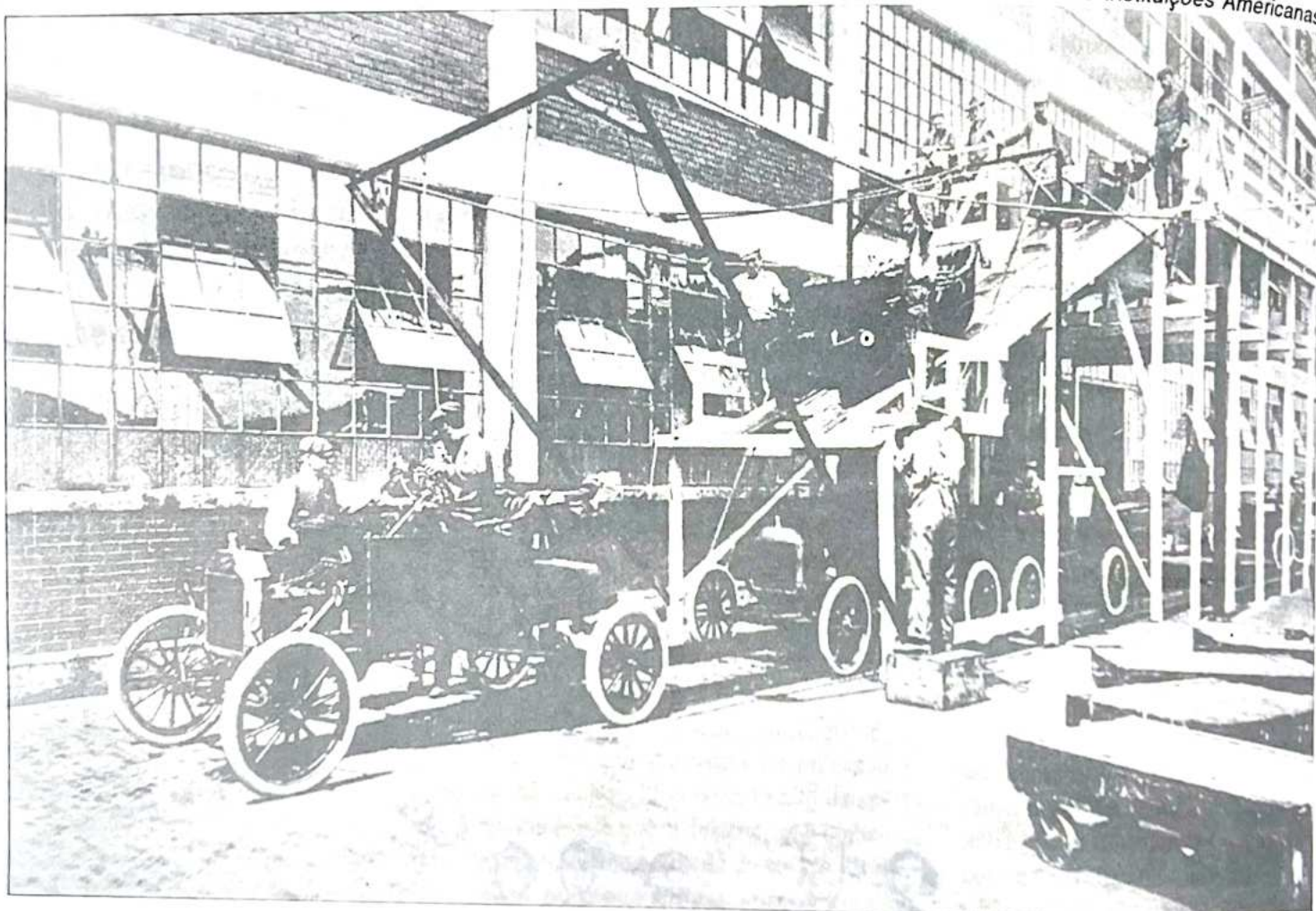
G3
1992

70, entre as condições fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

Fala-se hoje, desta forma, numa nova revolução tecnológica, relacionada principalmente com a utilização em escala crescente do microprocessador e das interfaces eletrônicas, tanto na fabricação de novos produtos quanto no próprio processo de produção, o segundo aspecto estando associado ao que Coriat (1983) designa como uma “nova

É sobretudo em relação à transformação produtiva, associada ao *cluster* de inovações centrado no complexo eletrônico, ao aparente surgimento de um “novo paradigma tecnológico no mais puro sentido neo-schumpeteriano” (Coutinho, 1992, p. 70), que a temática das metamorfoses do trabalho nos dias atuais deve ser considerada. Pelo menos dois tipos de enfoque parecem possíveis: de uma parte, a abordagem do tema referente à qualificação do traba-

Vida e Instituições Americanas



“Numa atmosfera ‘neotaylorista’ haveria uma contraposição de uma minoria bem qualificada e remunerada e uma maioria de trabalhadores ‘normais’ com atuação limitada ao acompanhamento do trabalho.”

microeletrônica de fábrica”. Está-se em presença, realmente, de uma nova engenharia produtiva: a aplicação da informática e da eletrônica na produção tem proporcionado meios de trabalho novos cuja utilização está na base do estabelecimento de paradigmas que, assentados na busca da integração e da flexibilidade das linhas de produção, revestem-se do caráter de novidade *vis-à-vis* às formas de organização do trabalho, apoiadas no binômio taylorismo-fordismo (Coriat, 1988).

lho; de outra, o exame do aumento do desemprego e da precariedade do trabalho.

Paradigmas e qualificação do trabalho

A busca de flexibilidade na produção, seja na forma estática, referindo a breves ajustes no volume produzido, sem perda de eficiência, quer de modo dinâmico, respeitando à alternância imediata entre diferentes configurações de processo e/ou produto, tem impactado os processos de trabalho.

Plural

Alguns estudos salientam tendências gerais rumo à elevação dos níveis de qualificação da mão-de-obra. Isso porque, conforme Coutinho (1992), a produção sobre a base de novas tecnologias exigiria/proporcionaria a "(...) participação direta da força de trabalho fabril na condução do processo (...)" (p. 74), a "compreensão global do processo produtivo" (p. 75) e a diminuição da "(...) distância hierárquica entre a gerência e o rés-da-fábrica (...)" (Ibid.), tudo isto querendo dizer que os "(...) processos de trabalho se afastam do paradigma taylorista-fordista (...), em direção a um processo (...) em que a força de trabalho interage de forma criativa com um sistema de automação flexível" (Ibid.).

Isto não significa, entretanto, que a produção sobre a base de novas tecnologias resulte, necessariamente, em quaisquer circunstâncias, numa maior qualificação de todo o trabalho, de forma generalizada. Na verdade, a produção flexível permite observar diferentes formas de organização do trabalho. Desde aquelas caracterizadas pela expropriação dos trabalhadores em relação a toda iniciativa, em continuidade - ou aprofundamento - à polarização das qualificações e guardando fidelidade com relação ao paradigma taylorista-fordista, até formas em que se observa respeito aos direitos dos trabalhadores, no tocante ao controle sobre as condições de trabalho, a política de pessoal e a repartição dos ganhos de produtividade (Lipietz e Leborgne, 1988; Leborgne e Lipietz, 1990). Em nenhuma economia do capitalismo central verificou-se hegemonia de qualquer tipo novo de relação profissional; as diferentes formas coexistem ao nível dos países, das empresas e mesmo das unidades produtivas.

Por outro lado, cabe enfatizar que o esquema de divisão espacial do trabalho taylorista-fordista (Lipietz, 1983) é observado também na produção sobre a base de novas tecnologias (Lins, 1993).

É verdade que se observa uma tendência à concentração espacial das atividades, ligada ao fato de a desintegra-

ção vertical da produção, via de regra engendrada pela organização flexível, requerer uma elaborada estrutura de relações transacionais entre empresas: contatos diretos (face-a-face), trocas minuciosas de informações estratégicas e intensa subcontratação (Scott e Storper, 1988; Storper e Christopherson, 1987; Moulaert, Swyngedouw e Wilson, 1988). Da mesma forma, tendo em conta a sofisticação tecnológica, envolvida na produção e na gestão, ganha força como indutora da localização a oferta concentrada de trabalho altamente qualificado para a Pesquisa & Desenvolvimento e para a engenharia de processo (Sayer, 1986).

Porém, não há um único padrão locacional da produção com base em novas tecnologias (Malecki, 1986; Komninos, 1992). Simultaneamente ao estímulo à concentração geográfica, as novas tecnologias potencializam a dispersão territorial, possibilitada pelos avanços nos sistemas de comunicação (Castells, 1986). E o que é disperso, evidentemente, são as tarefas "rotinizadas", implicando a manutenção e mesmo o agravamento das clivagens interespaiais de desenvolvimento: os processos de trabalho mais banalizados e de pior remuneração são dirigidos para locais periféricos no interior dos países centrais ou para outras regiões do planeta. Assim, na produção de semicondutores, por exemplo, observa-se um desenvolvimento extremamente denso, em matéria de sofisticação, em áreas como Silicon Valley, na Califórnia, e dispersão das atividades de montagem em territórios distantes, particularmente em países asiáticos. Enquanto o primeiro desponta em virtude do estoque de economias de aglomeração altamente especializadas e mercado de trabalho relacionado com atividades qualificadas, o espaço "complementar" da produção de semicondutores, sobretudo na Ásia, caracteriza-se pelo trabalho banalizado, insalubre e de baixa remuneração (Scott e Angel, 1987; Sivanandan, 1987).

Pode-se observar, desta forma, que só em níveis gerais torna-se possível a

"Em virtude das diferentes condições de competitividade, tanto na agricultura, quanto no setor industrial, a liberalização do comércio deverá provocar a reestruturação e, possivelmente, até mesmo o desaparecimento de atividades em todos os lados das fronteiras internas do Mercosul."

assimilação entre produção sobre a base das novas tecnologias e aumento na qualificação do trabalho produtivo.

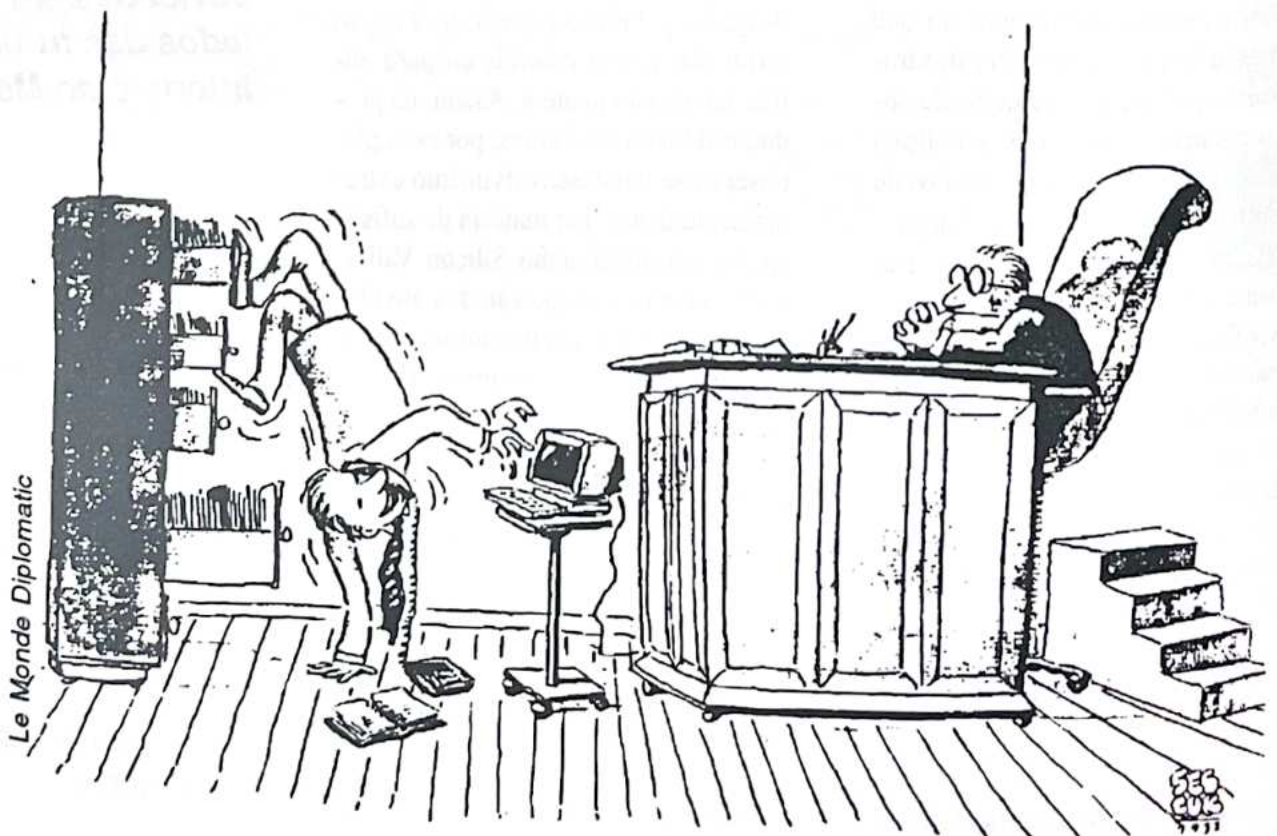
Paradigmas e crise do emprego

Desemprego e precariedade do trabalho constituem um outro feixe de temas em relação ao qual se pode enfocar a imbricação entre transformações tecnológico-produtivas e metamorfoses no mundo do trabalho, no período contemporâneo. Ambos integram o principal da agenda referente ao debate social nas economias mais industrializadas. Tanto na Europa, como indicam manifestações com matizes ideológicos assustadoramente extremistas, como nos Estados Unidos e até no Japão, país onde o "emprego permanente, que foi considerado uma imutável especificidade do capitalismo japonês, cede lugar a massivas supressões de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que os salários são congelados - uma situação observada no conjunto do mundo industrial" (Clairmont, 1993, p. 19).

É fundamental realçar o ponto segundo o qual, na ausência de um projeto de sociedade coerente, o avanço tecnológico necessariamente suprime empregos. Os últimos 20 anos são ilustrativos a esse respeito. A primeira

onda de mutações tecnológicas do período recente, entre 1975 e 1990, transformou profundamente a economia e facilitou de modo talvez inédito a produção de bens e serviços. Entretanto, o que se verificou foi um crescimento sem criação de empregos; não é por qualquer motivo, aliás, que a questão do desemprego adquire hoje contornos de quase calamidade em algumas regiões do capitalismo central. A segunda onda de transformações, correspondente aos anos 90, permite, por seu turno, constantes aperfeiçoamentos em diversos níveis, inclusive melhorando a *performance* de sistemas informáticos de 1ª geração. Logo, até mesmo a esfera da regulação, da gestão é atingida: desde 1991, de fato, já se pode perceber aumento de desemprego junto ao pessoal de serviços e àquele ligado às funções de chefia (Robin, 1993).

Um recente exemplo daquele efeito devastador das novas tecnologias diz respeito à decisão do Lloyds Bank, de Londres, de cortar, só em 1993, 600 de seus 2.200 empregos, nada menos que 27% (Cassen, 1993). Nos Estados Unidos, onde a atual revolução das demissões deixa extremamente inquietos profissionais dos mais diversos setores, fenômenos como "crescimento econômi-



Le Monde Diplomatic

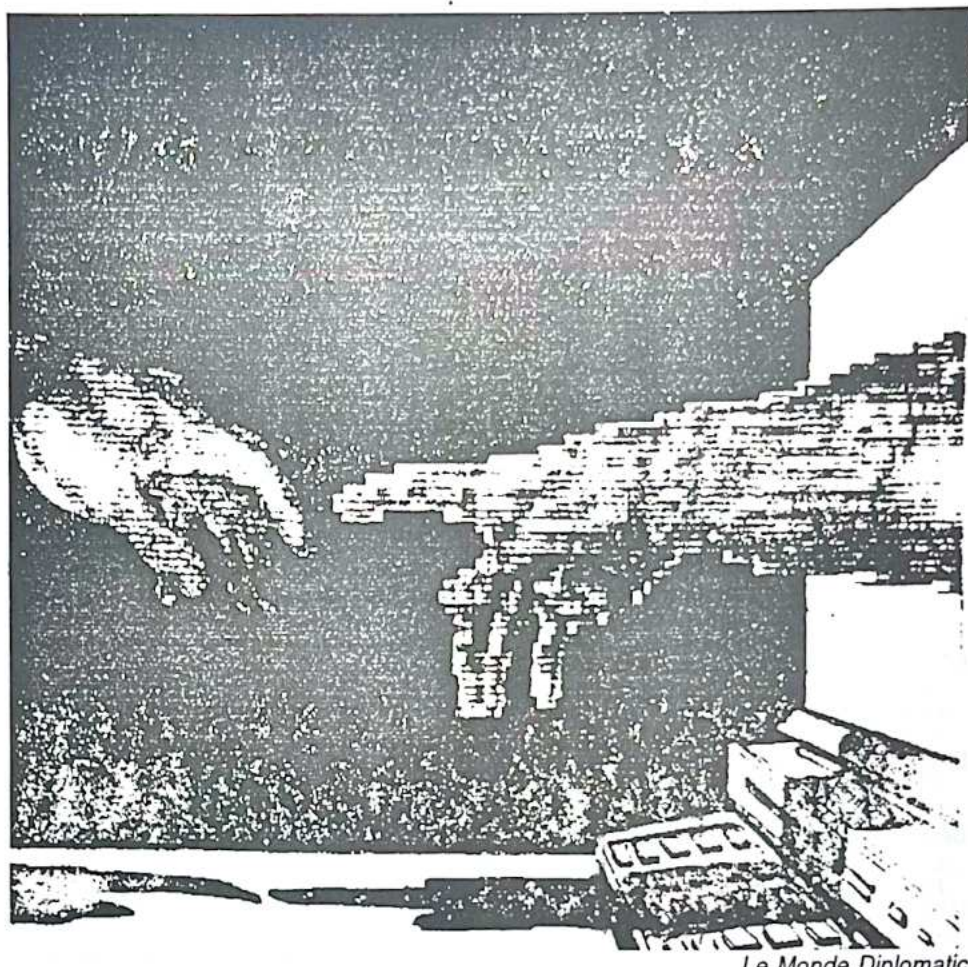
co, concorrência acirrada e inflação baixa não seriam catalizadores tão potentes para os cortes de pessoal se as novas tecnologias não estivessem criando meios de substituir funcionários” (Mommott, 1993, p. 7-3).

Na indústria, particularmente, crescer representa cada vez menos sinônimo de criação de empregos. Se os novos investimentos traduzem-se pelo aprofundamento da automatização, qualquer retomada do dinamismo econômico contribui, a rigor, para agravar a situação no plano do emprego. Uma ilustração é oferecida pela siderurgia belga. Na perseguição de melhores condições de competitividade, o setor evoluiu, entre 1985 e 1990, de uma situação em que 39.200 empregos operários respondiam por 10,6 milhões de toneladas de aço, para outra onde não mais que 21.200 empregos eram requeridos para produzir 11,5 milhões de toneladas. Ou seja, em meia década, a Bélgica obteve 10 % a mais na produção de aço com quase 50 % menos de mão-de-obra. E a siderurgia continua na mira da reestruturação industrial no velho continente: a Comunidade Europeia estaria ultimando um plano segundo o qual pelo menos 50.000 postos de trabalho deverão desaparecer na produção de aço (Cassen, 1993).

Assim, a expressão “desemprego de massa” já não constitui algo estranho em diversos meios nos países centrais: no começo de 1993, o Reino Unido testemunhou a superação da marca de 3 milhões de desempregados, equivalente a 10,6 % da população ativa; na Espanha, o desemprego já estaria atingindo mais de 20 % da população ativa (Ibid.). Um aspecto particularmente inquietante desta tendência geral refere ao germe, necessariamente em gestação dentro de tal contexto, de efetivo e profundo dilaceramento, sem atenuantes, do tecido social.

Paradigmas e precariedade do trabalho

Entretanto, o desemprego de massa constitui somente uma das “faces” - a relativa à exclusão - do impacto global relacionado com o inadequado domínio



Le Monde Diplomatique

da tecnologia pela sociedade. Pode-se falar também de *individualização*, tendo em vista o uso de telas informáticas, de um lado, e a automatização, planejamento e controle dos fluxos de informação dirigidos a cada posto individual de trabalho, de outro, contribuírem para a quebra da dimensão comunitária deste. O *controle social* constitui uma outra face: a *performance* de cada indivíduo, grupo ou mesmo máquina, é controlada exaustivamente e sem atraso, o que significa rigoroso acompanhamento da produtividade e da intensidade do trabalho, além, é claro, de eficaz verificação da própria presença dos operadores. Outra dimensão das possibilidades de impacto, relacionadas a um impróprio domínio social das tecnologias, corresponde à *polarização*. Interrogações importantes, tais como a respeito das atribuições de programação e modificação e sobre quem é apto à compreensão dos programas, necessariamente emergem num quadro onde, com técnicas novas, a inteligência dos

“...situações de estabilidade de emprego e trabalho em tempo integral parecem, de forma crescente, prerrogativa de uma quantidade cada vez menor de indivíduos.”

processos produtivos depende da inteligência da programação. Numa atmosfera "neotaylorista", o contingente assalariado caracterizar-se-ia, provavelmente, pela bipolarização, contrapondo uma minoria bem qualificada e remunerada e uma maioria de trabalhadores "normais" com atuação limitada ao acompanhamento do trabalho (Lorino, 1993).

A referida polarização no âmbito da unidade produtiva é observada, claro que com nuances, também ao nível da massa assalariada. No interior de um processo, que descreve como uma "crescente fragmentação do proletariado", Bihr (1993) identifica a gradativa configuração, nos últimos 15 anos, de três grandes conjuntos de trabalhadores. Primeiro, os trabalhadores estáveis, com garantia de emprego, em geral servidores públicos e empregados de empresas, que têm podido enfrentar a crise em melhores condições relativas; não obstante a ameaça representada pelo prolongamento da crise, em termos de supressão de postos de trabalho e limitação de garantias conquistadas, trata-se de assalariados, que têm se beneficiado da manutenção ou mesmo do aumento dos níveis de remuneração, gozam de proteção sindical e através dos sindicatos podem se expressar, que têm na negociação coletiva das condições de trabalho a forma privilegiada de engajamento e conseguem vislumbrar chances de carreira e, assim, de promoção social. Em segundo lugar, os trabalhadores pura e simplesmente excluídos do trabalho, até mesmo do mercado de trabalho: pessoas idosas e de baixa qualificação, via de regra associadas aos setores produtivos em declínio, e os jovens que, colhidos pelo desemprego de longa duração, têm a existência marcada por um movimento pendular entre a assistência dos serviços públicos e estágios em empresas, que só raramente redundam em algum tipo de engajamento.

Contudo, os processos em curso no período recente têm produzido - e permitido entrever, a meio caminho entre os mais privilegiados e os excluídos -

uma enorme massa flutuante de trabalhadores precários vinculados a diversos tipos de atividades. Quer trabalhadores de pequenas e médias empresas, as quais, em volume crescente e no bojo da crise, atuam em subcontratação, conforme o ritmo ditado pela conjuntura, seja trabalhadores de tempo parcial ou temporários, modalidades que ganham vulto à medida em que a crise se prolonga e que se caracterizam pela má integração ao coletivo de trabalho e pela carência dos benefícios relacionados com as vantagens sociais. Isto sem falar dos estagiários, jovens que vivem na ilusão temporária de descortinar um engajamento e sobre os quais recai, com a fórmula do estágio, a ação preventiva do Estado em relação a riscos sociais e políticos. Além, é claro, dos trabalhadores da assim chamada "economia subterrânea", enredados no paroxismo da precariedade.

Com efeito, situações de estabilidade de emprego e trabalho em tempo integral parecem, de forma crescente, prerrogativa de uma quantidade cada vez menor de indivíduos. No Reino Unido, metade das mulheres e 1/4 dos homens, cerca de 36 % da mão-de-obra em atividade, ocupam empregos fora das normas; 9 de cada 10 empregos, criados recentemente nesta economia, são precários e/ou de tempo parcial. Nos Estados Unidos cerca de 60 % dos postos de trabalho, surgidos na década de 80, caracterizam-se por salários menores do que o nível de pobreza; uma família norte-americana em que o cônjuge masculino tem menos de 25 anos, apresenta uma remuneração-padrão inferior de 43 % àquela de 1973. Na Alemanha, economia mais poderosa da Comunidade Européia, metade da mão-de-obra recentemente engajada trabalha em tempo parcial ou a título precário; 1/3 da população ativa ocupa empregos com essas características, com remunerações correspondentes (Gorz, 1993).

A idéia segundo a qual o avanço tecnológico age no sentido da liberação do homem frente às tarefas repetitivas e banalizadas, exigindo maior grau de iniciativa e de disciplina intelectual e

- AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann-Levy, 1976 (2ª. ed.).
- ALIMONDA, Héctor. O Mercosul: perspectivas para a sociedade e para a política. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 20, n.1, mai 1992, p.140-157.
- BARBAGELATA, Héctor-Hugo. *Pesquisa preliminar da projetada integração no Mercosul desde a perspectiva trabalhista*. Montevideo, jun. 1991. (Mimeo).
- BIHR, Alain. Le prolétariat dans tous ses éclats. *Manière de Voir*, 18, Paris, *Le Monde Diplomatique*, mai. 1993, p. 45-47.
- CASSEN, Bernard. La citoyenneté au bord du gouffre. *Manière de Voir*, 18, Paris, *Le Monde Diplomatique*, mai. 1993, p. 88-91.
- CASTELLS, Manuel. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.17, 1986, p. 5-23.
- CLAIRMONT, Frédéric F. Etat d'urgence économique au Japon. *Le Monde Diplomatique*, Paris, out. 1993, p.19.
- CORIAT, Benjamin. *L'atelier et le chronomètre. Essai sur le taylorisme, le fordisme et la production de masse*. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1979.
- _____. La régulation dans la crise actuelle. *Les Cahiers Français*, Paris, n. 209, jan.-fev. 1983, p. 65-68.
- _____. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In: SCHMITZ, H. e CARVALHO, R. Q. (orgs.). *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 1, ago. 1992, p. 69-87.
- CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Elementos para a estratégia da CUT no Mercosul*. São Paulo, Secretaria de Política Sindical, GT-CUT-MERCOSUL, out. 1992.
- FERREIRA, Maria C. e OLIVERA, Julio R. *Mercosul. Enfoque laboral*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991.
- FREYSSINET, Michel. *Les processus de déqualification-surqualification de la force de travail*. Paris: CSU, 1974.
- GONÇALVES JR., Carlos Augusto S. Estruturas produtivas, atores e reestruturação industrial. *Cadernos da CUT, Jurídico e Relações Sindicais*, n. 8, 1993, p. 29-34.

manual e, assim, contribuindo para o enriquecimento do trabalho, deve, portanto ser considerada com toda a reserva suscitada pelas evidências sobre as metamorfoses do trabalho na atualidade. O caráter libertário das novas tecnologias, se de fato existe, diz respeito a não mais do que uma fração dos trabalhadores. Para uma parcela crescente dos contingentes assalariados, a "liberação" tem muito mais a ver com a supressão pura e simples do emprego, evidenciando que, no mais das vezes, "o que o patronato chama de 'flexibilidade' traduz-se para [a maioria dos] assalariados pela precariedade" (Gorz, 1993, p. 49).

É neste contexto que nas economias mais industrializadas, observa-se a manifestação de um fenômeno de certo modo novo que parece ganhar, pouco a pouco, contornos mais claros: o trabalho de prestação de serviços pessoais, característico de sociedades coloniais. Serviços como fazer compras, cuidar de crianças e idosos, passear com animais domésticos, e outros do gênero proliferam em meio a um processo que apresenta numa ponta a pauperização progressiva de uma massa crescente de pessoas, carentes de empregos "normais", e na outra um contingente de privilegiados que detém empregos permanentes, qualificados e, portanto, de elevada remuneração em termos relativos. Tal processo constitui condição necessária daquele fenômeno. Ganha raízes, desta forma, uma espécie de dualidade social, onde o que está em questão é, basicamente, a posse de um posto de trabalho "regular". Trata-se de uma acentuada clivagem entre grupos que prestam serviços pessoais e grupos que pagam por estes: "renasce [assim] uma classe servil, abolida pela industrialização, após a Segunda Guerra Mundial" (Gorz, 1988, p. 20).

O Mercosul e o trabalho

Toda a realidade descrita, própria de algumas sociedades mais industrializadas no Ocidente, constitui tema de interesse para os trabalhadores da periferia do sistema capitalista mundial? É algo sobre o que devem inquietar-se os

que atuam sob condições gerais de trabalho, onde estão presentes jornadas relativamente mais longas, níveis de qualificação muito mais baixos e extrema precariedade em termos de proteção social, para não mencionar que o chamado setor informal que responde nos países mais pobres pela absorção de uma considerável parcela da mão-de-obra?

A resposta é positiva. Não só porque deve chamar a atenção dos trabalhadores - e suscitar reflexão sobre os modos de procedimento - todo ataque desferido contra o mundo do trabalho, como tem sido o caso particularmente nos anos recentes, no bojo da intensa reestruturação nos países centrais. Mas igualmente tendo em vista que a análise da precariedade do trabalho nas economias mais industrializadas, de forma articulada com as estratégias de flexibilização produtiva e também contratual, pode subsidiar a avaliação da forma como se desenrolam processos que dizem intimamente respeito aos trabalhadores da periferia.

No Cone Sul latino-americano um processo repleto de implicações para o mundo do trabalho tem a ver com a implantação do Mercado Comum do Sul - o Mercosul, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Englobando a liberalização, através das fronteiras internas, do comércio de mercadorias e dos movimentos de pessoas, capitais e serviços, a adoção de uma postura comercial uniforme frente a terceiras economias, a coordenação de políticas macroeconômicas e a harmonização de legislações, o projeto de integração regional tem no último dia de dezembro de 1994 o final do prazo estipulado no Tratado de Assunção - criador do projeto Mercosul - para a reunião das condições de funcionamento do mercado comum.

A participação dos trabalhadores na implementação do projeto foi tentada a partir da criação - tardia, muito depois da assinatura do Tratado - de um subgrupo setorial, vinculado ao Grupo Executivo Mercosul, sobre Relações de Trabalho, em cuja agenda constam providências tão importantes como a defi-

GORZ, André. *Métamorphoses du travail. Quête du sens*. Paris: Galilée, 1988.

———. Pourquoi la société salariale a besoin de nouveaux valets. *Manière de Voir*, 18, Paris, *Le Monde Diplomatique*, mai. 1993, p. 48-52.

KOMNINOS, Nicos. Les nouveaux espaces de croissance. *Espaces et Sociétés*, Paris, L'Harmattan, n. 66-67, 1992, p. 217-233.

LEBORGNE, Danièle e LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In:

VALLADARES, Licia e PRETECEILLE, Edmond. (Coords.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo, Nobel, 1990, p. 17-43.

LEIVA, Fernando. Los acuerdos de libre comercio y la situación de los trabajadores. In: *Por una iniciativa de los pueblos de las Américas*. Santiago: Sociedade Chilena de Economía Política, PRIES-Cono Sur, dez. 1991, p. 16-26.

LINS, Hoyêdo N. *Keynesianismo e semi-keynesianismo: ensaio sobre políticas contemporâneas de desenvolvimento econômico*. Florianópolis, UFSC, Trabalho apresentado ao Concurso para Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas, set. 1988.

———. *As transformações da economia mundial e o futuro da América Latina*. Florianópolis, UFSC, Trabalho apresentado ao Concurso para Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas, mar. 1993.

LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris: La Découverte, 1983 (2ª ed.).

———. Accumulation, crises et sorties de crises: quelques réflexions méthodologiques autour de la notion de 'régulation'. *CEPREMAP*, Paris, n. 8.409, mar. 1984.

——— e LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 25, 1988, p. 12-29.

LORINO, Philippe. Au risque de l'éclatement social. *Manière de Voir*, 18, Paris, *Le Monde Diplomatique*, mai. 1993, p. 75-76.

MALECKI, Edward J. Technological imperatives and modern corporate strategy. In: SCOTT, Allen J. e STORPER, Michael. (Eds.). *Production, work, territory. The geographical anatomy of industrial capitalism*. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p. 67-79.

MATTEI, Lauro F. Agricultura e o Mercosul.

nição de uma Carta Social, que contemple os aspectos do trabalho na integração. Isto se mostra crucial haja vista, entre outras coisas, que a reboque do acirramento da concorrência, na esteira do desaparecimento das barreiras ao comércio, o mundo do trabalho em todo o imenso mosaico econômico-social do Cone Sul deverá acusar um duro golpe.

Em virtude das diferentes condições de competitividade, tanto na agricultura (Mattei, 1993), quanto no setor industrial (Gonçalves Jr., 1993), a liberalização do comércio deverá provocar a reestruturação e, possivelmente, até mesmo o desaparecimento de atividades em todos os lados das fronteiras internas do Mercosul. Desdobramentos na forma de perda de empregos, piora nas condições de trabalho, rebaixamento das políticas de benefícios e alteração na correlação de forças no diálogo entre os interlocutores sociais constituem, portanto, possibilidades concretas (Rossetto, 1993; Barbagelata, 1991; Leiva, 1991).

A flexibilização/redução de direitos, em especial, configura-se como um aspecto maior do impacto da integração sobre o mundo do trabalho. Este problema tem sido enfocado em relação com a idéia de *dumping social*: o nivelamento dos aspectos sociais do Mercosul em baixos patamares, tendo como referência o quadro mais desfavorável aos trabalhadores, numa concorrência desleal das várias regiões com vistas a novos investimentos (Ferreira e Olivera, 1991). Isto ocorreria, por exemplo, em meio a um rearranjo espacial da produção, ligado a deslocamentos de empresas entre os países-membros (CUT, 1992), motivado por diferenças interesaciais de atratividade, seja ligadas ao aspecto da oferta de trabalho, seja, na ausência de um ordenamento trabalhista comum, relacionadas às diferenças na regulamentação do trabalho (Moraes, 1993).

Mas ao que parece não será necessário aguardar os primeiros movimentos do Mercosul para que os níveis atuais das relações trabalhistas sejam afetados. Sob o argumento da

competitividade, o Mercosul é desde agora utilizado na Argentina para justificar a ampliação da flexibilidade no trabalho. Assim, "apela-se para os interesses nacionais" para completar o processo social e o isolamento político dos trabalhadores. No plano trabalhista, a perspectiva (...) parece ser a de um fracasso ainda maior do setor, em uma perspectiva de nivelamento por baixo de padrões salariais e condições de trabalho" (Alimonda, 1992, p. 151-2).

O mundo do trabalho depara-se com desafios consideráveis nesta quase aurora do Terceiro Milênio, desafios interpostos, na maioria, no bojo da própria evolução das forças produtivas no período recente. O momento é, pois, de reflexão e discernimento com respeito às formas de agir em meio à progressiva imposição do caráter de redundância do gesto operário e, numa forma ainda mais generalizada, em meio à intensa e crescente precariedade do trabalho como um todo. Não há como tergiversar, nas economias industrializadas, face à urgência de se descortinar uma arquitetura social em que se mostrem compatíveis o avanço da produtividade e a necessidade de cada indivíduo participar do trabalho social de forma digna e condignamente remunerada.

No Cone Sul latino-americano, envolto num processo integrativo, que constitui uma reação às transformações no centro da economia mundial (vide o preâmbulo do Tratado de Assunção), os desafios com que se defronta o mundo do trabalho, relacionados ou não com o Mercosul, enfeixam-se na necessidade de evitar que as condições de vida de imensos contingentes de trabalhadores se deterioreem ainda mais. Em sociedades onde a fragilidade das conquistas sociais é tão aparente quanto a incipiência das iniciativas do Estado, no sentido de garantir algum nível de bem-estar para as massas populares, onde a própria noção de cidadania constitui algo a ser imperativamente resgatado, não há como prescindir de todo esforço no ajustamento dos processos em curso, conforme os interesses e as necessidades da maioria da população.

Cadernos da CUT, Jurídico e Relações Sindicais, n. 8, 1993, p.26-28.

MEMMOTT, Mark. Recuperação econômica não evitará demissões. **Folha de S. Paulo**, 21 de novembro de 1993, p.7-3.

MORAES, Luís Carlos. Alteração das relações trabalhistas no processo de integração.

Cadernos da CUT, Jurídico e Relações Sindicais, n. 8, 1993, p.12-16.

MOULAERT, Frank; SWYNGEDOUW, Erik e WILSON, Patricia. Spatial responses to fordist and post-fordist accumulation and regulation. **Papers of the Regional Science Association**, v. 64, 1988, p.11-23.

PALLOIX, Christian. Le procès de travail: du fordisme au néo-fordisme. **La Pensée**, Paris, n.185, jan./fev. 1976, p. 37-60.

ROBIN, Jacques. Mutation technologique, stagnation de la pensée. *Manière de Voir*, 18, Paris, **Le Monde Diplomatique**, mai, 1993, p. 72-74.

ROSSETTO, Miguel. O Mercosul do ponto de vista dos trabalhadores. **Boletim de Integração Latino-americana**, Brasília, Ministério de Relações Exteriores, n. 8, jan./mar. 1993, p.19-21.

SAYER, Andrew. Industrial location on a world scale: the case of the semiconductor industry. In: SCOTT, Allen J. e STORPER, Michael. (Eds.). **Production, work, territory. The geographical anatomy of industrial capitalism**. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p.107-123.

SCOTT, A. J. e ANGEL, D. P. The US semiconductor industry: a locational analysis. **Environment and Planning A**, v. 19, Londres, Pion, 1987, p. 875-912.

— e STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 25, 1988, p. 30-44.

SIVANANDAN, A. Imperialism and disorganic development in the silicon age. In: PEET, Richard. (Ed.). **International capitalism and industrial restructuring**. Winchester: Allen & Unwin, 1987, p. 185-200.

STORPER, Michael e CHRISTOPHERSON, Susan. Flexible specialization and regional industrial agglomerations: the case of the US motion picture industry. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington DC, v. 77, n.1, mar. 1987, p.104-117.

Entrevista com
Ricardo Antunes e Armando Boito Júnior

As perspectivas do socialismo e do governo Lula

Durante a realização do Seminário "Metamorfoses do Mundo do Trabalho", promovido pela Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, o sociólogo Ricardo Antunes e o cientista político Armando Boito Júnior, ambos professores da Unicamp, concederam essa entrevista à Revista Plural.

Plural: Qual a perspectiva da eleição do Lula em 1994 e qual a avaliação do seu programa de governo?

Ricardo Antunes: Não vou entrar no processo eleitoral, na possibilidade de vitória, mas como estão concebendo esse governo. A força dirigente hegemônica do PT vê o governo Lula como a possibilidade da implantação de um Estado de bem-estar, como existe nas democracias burguesas avançadas na Europa Ocidental, de maneira a ampliar os direitos sociais do trabalhador: casa, saúde, escola pública e gratuita, etc. Eu acho que essa é uma aspiração que pode congrega amplas massas das classes trabalhadoras. Se o programa efetivamente refletir isso, vai levar o Lula à vitória.

O problema que eu vejo no programa, fundamentalmente, é que eles imaginam ser possível construir um Estado de bem-estar social sem alterar o modelo de acumulação capitalista, que é monopolista e dependente. A própria idéia de bem-estar social é complicada, porque ela traz a idéia de que algo será estável. Você vai ampliar os direitos sociais e eles vão se consolidar como padrão de crescimento com distribuição. No

Brasil, essa estabilidade é muito difícil, porque para implantar e expandir os direitos sociais será necessário tocar na estrutura de concentração da propriedade da terra, da dependência frente ao capital estrangeiro, no super-lucro do sistema financeiro dos oligopólios. Isso se choca com interesses poderosíssimos, inclusive com interesses da alta classe média, que tem um padrão de consumo elevado, que com a abertura de mercado está tendo acesso, inclusive, a um consumo mais sofisticado do que tinha até então.

Ricardo Antunes: Na possibilidade de vitória, a postura do governo Lula dependerá da base social que o impulsionou e da composição hegemônica da frente que o apoiou. Se for, por exemplo, setores da Articulação mais setores do PSDB, um campo predominantemente de inspiração social democrática, eu penso que a tendência do governo vai ser mais ou menos integrada com a ordem contemporânea, com esse processo de globalização do capital, de internacionalização da economia, e aí, imagino que seria um governo muito prejudicial para os trabalhadores. Porque a integra-



“... tudo aquilo que era equivocadamente chamado de Bloco socialista, não foi capaz de romper com a lógica do sistema produtor de mercadorias, com a lógica do capital (...) o que houve foi uma tentativa de construção do socialismo.”

ção do Brasil nesse processo internacional, mesmo com uma preocupação social-democrática, acabará configurando perdas fundamentais para a classe trabalhadora. Esse seria o caminho mas nefasto, mais é uma possibilidade de um governo social democrata, que vai fazer o que é possível. Isso colocaria muito rapidamente as massas trabalhadoras contra o governo Lula e criaria uma situação muito propícia para uma sucessão de direita.

A segunda alternativa, que eu acho mais difícil, é uma base social que impulsionasse o governo Lula e que ele, dotado de traços democráticos e populares, iniciasse um conjunto de reformas estruturais no país, que não tivesse receio político e ideológico de ousar se colocar contra, em alguns aspectos pelo menos, a essa ordem globalizadora e mundializada, que é nefasta aos trabalhadores, principalmente para os do Terceiro Mundo, ainda que seja um país intermediário e industrializado. Nesse caso, seria inevitável que o governo Lula implementasse reformas estruturais com alguns traços anti-capitalistas, ainda que fossem reformas dentro do capitalismo.

Mas, por exemplo, para decidir uma reorientação do padrão de consumo, seria preciso quebrar esse sistema, este padrão de acumulação fundado numa super-exploração do trabalho, que é fundado no mercado interno restrito e seletivo das classes médias e altas e de produção para exportação. Desse modo você vai ferir interesses monopolistas, da ordem internacional, interesses ligados à grande propriedade da terra. Esse conjunto de mudanças preservaria setores estatais, que tem dimensão fundamental na indústria e na pesquisa tecnológica. Como implantar essa alternativa no Brasil numa ordem competitiva? É tendo mercado interno forte, pesquisa tecnológica de raiz nacional, e ousando enfrentar interesses pesados do capital japonês, alemão, norte-americano, nesse sistema mundializado? Ai seria preciso reorientar o sistema de produção, preservar a estatização daqueles setores que são decisivos nesse processo, enfrentar a questão agrária brasileira: desde reforma agrária e pequena propriedade, onde é possível, até mudanças agudas em fazendas que são privadas e teriam que ter traços de um sistema produtivo mais socializado.

São medidas muito ousadas. Para que o

Lula siga esse outro caminho, eu acho que é possível uma aliança com outros partidos de outros setores, mas não pode perder de vista que a centralidade tem que ser das classes trabalhadoras. Se fará isso eu não sei e confesso que tenho minhas dúvidas. Se implementar essas reformas, vai ter resistência capitalista e viveremos fases de tensões, mas acho que esse é o caminho que o governo Lula tem que enfrentar. A outra integração dentro da ordem é nefasta; é melhor que outro governo burguês faça isso e não um governo que tem uma postura de esquerda e acaba fazendo uma política de direita.

Plural: Diante dos acontecimentos do leste europeu, que perspectivas existem a respeito da alternativa para os trabalhadores em torno do socialismo, deixando um pouco de lado o salve-se quem puder?

Ricardo Antunes: A experiência iniciada em 1917 foi uma tentativa heroica e trágica de construção do socialismo. Heroica na sua origem e trágica no seu desdobramento, a partir da hegemonia stalinista. O pano de fundo desse processo é que tanto a revolução russa como a chinesa atingiram países de capitalismo tardio. Ela se viu nesse processo de 60 a 70 anos de vigência. Seis a sete décadas ela se viu impossibilitada de romper com uma lógica mundializada do capital, embora nesses países tenham havido, durante muitas décadas, medidas anti-capitalistas. Rússia, URSS, China, tudo aquilo que era equivocadamente chamado de bloco socialista, não foi capaz de romper com a lógica do sistema produtor de mercadorias, com a lógica do capital. O que se inicia em 1917, como a possibilidade de uma nova sociedade, termina em 1989 totalmente subordinada ao capital e ruiu por ter sido incapaz de romper com ele. O que permite uma conclusão ultra-sintética: não houve socialismo nesses países.

Hoje acho que é possível dizer isso com muita força: o que houve foi uma tentativa de construção do socialismo. Aqueles países, mesmo quando assumiram formas anti-capitalistas, instituíram formas híbridas nessas sociedades pós-revolucionárias, mas não se constituíram em países socialistas.

Um aprendizado essencial que vem de Marx, e que o socialismo do século XX em grande parte desconsiderou com exceções, é que o socialismo tem que ser pensado como

Plural

uma transição, simultaneamente nacional e internacional. E tem que ter como desdobramento a formação de um modo de produção e transição em escala global e tem que ferir o centro do capitalismo; senão ele vai minando essas experiências tardias ou anti-capitalistas.

Hoje eu diria que é insustentável dizer que a China é um país socialista. A China hoje é o exemplo típico do que eu estou falando, uma economia estatal, centralizada, mas que convive com relações de trabalho que cada vez mais se abrem para as relações capitalistas, que dialoga tranquilamente num mercado mundial capitalista, embora não seja uma sociedade capitalista. Alguém poderia dizer: mas o que é isso? Eu estou chamando de sociedade híbrida, que não é capitalista, mas que tem sido incapaz de romper com a lógica do capital. Isso coloca uma questão decisiva, e quem tem mais indicado pistas nessa direção é um marxista húngaro, radicado na Inglaterra, Steven Mesan. As revoluções em nossos dias não podem ser locais ou nacionais, elas têm que ser simultaneamente nacionais, enquanto revoluções políticas, mas concatenadas com processos de revoluções sociais mais ampliadas. Sem isso, não há socialismo. Essa é a lição mais forte do século XX.

As perspectivas que se colocam a partir disso são ao mesmo tempo positivas e negativas. O positivo é que apesar do leste europeu ter desmoronado, a partir de 1989, o sistema capitalista de 1989 para cá vive uma crise estrutural aguda. O autor alemão, Robert Kurz, diz que é uma crise que atingiu arrasadoramente o Terceiro Mundo, o Segundo Mundo e o núcleo do capitalismo. Não diria que é a crise terminal do capitalismo, eu acho que é um equívoco do livro do Kurz; agora, com certeza, é um crise aguda. Desemprego estrutural, competitividade tecnológica, produção essencialmente detrativa, desproletarização, expulsão de massas enormes do mundo do trabalho, quer dizer, o resultado disso é mais ou menos imprevisível: explosões sociais agudas, como em Los Angeles, as greves europeias dos últimos meses, confronto dos países do Terceiro Mundo. Quer dizer, 1989 marcou a derrocada do leste europeu e não a vitória do capitalismo, mas ele foi atingido, em alguma medida, com esta crise do leste europeu.

Plural: Um dos problemas do socialismo estava justamente nessa reprodução do

trabalho. O socialismo montava uma sociedade com trabalho para todos. Estaria aí o problema?

Ricardo Antunes: Essa é uma divergência longa. O culto do trabalho abstrato, que é próprio do capitalismo, foi levado ao limite e tudo aquilo que se fez ao longo da experiência, da revolução russa, mostra que ela não tomou medidas essenciais para eliminar aquilo que Marx chamava de estranhamento ou alienação do trabalho. Ao contrário, ela levou isso ao limite. Isso é um ponto positivo no livro do Kurz. O segundo ponto é que as perspectivas do socialismo se colocam na seguinte direção: é preciso que se reinvente o socialismo. Eu diria que o socialismo tem que ser renovador, radical, inspirado mais em valores decisivos do pensamento de Marx, que no marxismo do século XIX. Esse é o desafio que abre para o século XXI. Como pensar uma sociedade, que perceba que esse caminho para o socialismo não foi viável e que é preciso buscar outra alternativa.

Armando Boito: Acho que é necessário um balanço inspirado no marxismo dessa experiência socialista e saber o que se entende por socialismo e porquê foi exatamente que aquelas experiências redundaram em fracasso. Eu acho que um balanço desse tipo apontaria que o problema fundamental não reside no fato de que se tentava construir o socialismo num só país. O que ocorreu é que aquele tipo de padrão de desenvolvimento capitalista para os países atrasados da periferia foi simultaneamente implantado em vários países, pegou toda a Europa do leste. O marxismo enquanto ideologia política, não enquanto teoria, foi apropriado por classes subalternas do Terceiro Mundo, dos países de capitalismo atrasado, e que se serviram desse marxismo, modificado para levar adiante revoluções de libertação nacional, revoluções anti-feudais, que procuravam levar o capitalismo de novo tipo, socializado, com distribuição de renda, para a periferia do sistema.

Não se trata de um jogo de palavras, mas, para formular a coisa de uma maneira provocativa, o socialismo no terceiro foi a via do Terceiro Mundo para o capitalismo. A URSS era um país feudal, com 90% da população no campo, um Estado burocrático, havia servidão no campo, embora formalmente abolida no final do século XIX. O papel do campesinato aqui foi muito pe-

*Regina Ferreira Guerra
Professora do Departamento
de Psicologia - UFGO*

"Em todos os aspectos
que se pensava ser o
socialismo, via-se a
reprodução de uma
situação na qual uma
produção
especializada exercia o
poder dentro da URSS
e uma massa de
trabalhadores sem
condição de controlar a
produção, influir no
processo decisório."

queno. Essa pequena burguesia, intelectualidade revolucionária das cidades, se apropriou de um ponto de vista revolucionário, anti-imperialista, anti-feudal, democrático, burguês, se apropriou do marxismo. Aonde que isso aparece? A concepção dos dirigentes bolcheviques - isso vem num crescendo desde 1917 em diante e se consolida principalmente a partir da segunda metade da década de 1920 - ao meu ver, une Stalin Trotsky de maneira indissolúvel. A crítica de Trotsky a Stalin, em momento algum, versa sobre os pontos a que me referi. Concepção do trabalho no indivíduo, a concepção de Stalin e de toda a direção bolchevique, que sobreviveu aos anos 20, é que você tem que militarizar o trabalho na indústria. Aliás o termo era de Trotsky: militarização e trabalho. Você tem um poder unipessoal da chefia, coisa que o próprio Lenin já tinha defendido, apesar de alegar tratar-se de uma situação de crise. Você militariza o trabalho na indústria, dá o poder unipessoal ao gerente, a ditadura unipessoal do gerente, o termo é deles também, e o operário vai trabalhar no mesmo esquema com que se trabalha nas fábricas do tipo ocidental. Apenas a propriedade agora não é privada, de um capitalista, mas é propriedade do Estado.

Eles identificavam o socialismo com a estatização da economia mais planificação. Mas, as relações de trabalho, no interior de cada unidade produtiva, permaneciam intocáveis, e a planificação da economia não era uma planificação democrática, era burocrática, realizada em comitês. Em todos os aspectos que se pensava ser o socialismo, via-se a reprodução de uma situação na qual uma burocracia especializada exercia o poder dentro da URSS e uma massa de trabalhadores trabalha, sem condição de controlar a produção, influir no processo decisório.

O mesmo acontece na questão da terra - a conhecida experiência da socialização forçada da terra. Stalin foi criando uma situação tal que teve que militarizar o campo. Inicialmente tentou-se levar os camponeses para os Solvokoses e Kolkoses, através de campanhas de convencimento, com milícias operárias. Isso rapidamente se revelou inviável. Então veio a coletivização forçada. E se a coletivização é forçada, o trabalho também vai ser. Os camponeses não querem trabalhar em propriedades coletivas, então você tem que aumentar o controle

burocrático, aumentar o controle policial para que eles trabalhem. Quando Stalin abriu, pela primeira vez, o controle nos Solvokoses e Kolkoses, calcula-se que 80% dos camponeses abandonaram tudo. Então houve uma segunda onda para levá-los, aí se consolidou aquele sistema burocrático, policial, do controle do trabalho do camponês.

Na indústria, na agricultura e na concepção do Estado, Stalin foi substituindo a idéia de que a luta do socialismo era para o definimento do Estado, a substituição da burocracia direta pela democracia representativa, com o controle dos representados sobre os representantes, e um processo global do definimento do Estado, enquanto aparelho burocrático especializado. Ele foi abandonando essa idéia e voltando à tese de que, por uma etapa do socialismo, para se chegar ao definimento do Estado, é necessário passar por um fortalecimento do Estado. Então, em todos os campos, foi se rompendo com aquela concepção básica de que o socialismo era a unidade do produtor direto com os meios de produção e o auto-governo dos trabalhadores. Isso foi sendo abandonado na concepção stalinista e em grande parte na concepção de Trotsky também.

Hoje, eu concordo que a tentativa de transição ao socialismo foi derrotada, mas o capitalismo vive dificuldades de monta e há mesmo um ressurgimento dos grupos socialistas na Europa, que apostam nas contradições crescentes do capitalismo, inclusive no Primeiro Mundo. Esse momento tem que passar por um balanço crítico, sistemático da experiência soviética. Porque o Brasil também é um país que não resolveu a questão nacional, não resolveu a questão agrária, não resolveu a questão democrática. Então, também aqui, há um espaço para a apropriação capitalista da doutrina socialista. Você tem o socialismo africano, o socialismo asiático, tem países da África, como a Etiópia, que foram as forças armadas que implantaram o socialismo, entendido como estatização mais planificação da economia. É com essa idéia que se precisa romper para pensar num socialismo do tipo operário, um socialismo no qual os trabalhadores manuais têm um controle dos meios de produção e exerçam o controle político democrático sobre o conjunto da vida social.

“Em todos os aspectos que se pensava ser o socialismo, via-se a reprodução de uma situação na qual uma burocracia especializada exercia o poder dentro da URSS e uma massa de trabalhadores sem condição de controlar a produção, influir no processo decisório.”

Universidade e Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil

"Nossas universidades federais são pouco produtivas, corporativistas burocráticas e não se assemelham em nada às universidades de prestígio, de países desenvolvidos"

Rogério Ferreira Guerra
Professor do Departamento
de Psicologia - UFSC



A universidade brasileira (UB, de modo genérico) têm, ao longo de sua existência, enfrentado vários problemas. Com frequência, o seu fracasso em formar pesquisadores e profissionais para atender às necessidades de uma sociedade moderna, têm sido atribuído ao histórico descaso governamental para com a educação, de uma forma geral, a uma postura anti-científica e corporativista de seus profissionais, ao excesso de burocracia que viceja em suas entranhas e à não-renovação de seus quadros de pesquisadores. Mesmo sendo enormemente criticada nos meios de comunicação (Veja, de 08/05/91), em que somente seus pontos frágeis e deficiências conhecidos são apontados, as UBs são responsáveis por cerca de 90% da produção científica do país.

O Brasil conta com 95 UBs. Desse montante, 40 (42.1%) estão situadas somente nos três estados mais importantes da federação (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e empregam 40.894 (48.01%) professores universitários; existem poucas UBs, se levado em conta o tamanho da população, e a alta concentração de recursos humanos nestes três estados é uma característica importante que revela uma desigualdade no desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil (Anuário Estatístico do Brasil, 1992).

A situação precária das UBs e os baixos investimentos em ciência e tecnologia (CT) são de longa data. Com efeito, quase quatro décadas atrás J. de Sampaio Ferraz relatava que: "mudanças do governo, agitações políticas, verbas quase estacionárias, tropeços administrativos de toda a espécie, a volubidade clássica do temperamento brasileiro, vícios arraigados do funcionalismo público, a luta contra a intervenção política dissolvente no âmbito da casa devotada à ciência, tudo agravava a incompatibilidade crescente entre o que se devia fazer - e os meios e agentes de execução" (Sampaio-Ferraz, 1956?; pag. 226). Este relato é antigo e traz à tona diversos problemas relacionados com a CT no Brasil e mostra como a coisa pouco evoluiu desde aquela época.

A história do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil é um caso bastante interessante de ser analisado. Parece que o governo colonialista português não

tinha o mínimo interesse em promover a CT no Brasil e isto fez com que o nosso desenvolvimento fosse vagaroso e irregular (Ribeiro, 1982; Jacob, 1989). Entretanto, é interessante apontar que José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, foi certamente um grande pesquisador na área de mineralogia; na década de 50, das 1000 espécies de minerais conhecidas, 10 foram descobertas por José Bonifácio. Também pode ser observado que, por ocasião do consórcio de D. Pedro I com Da. Leopoldina de Habsburgo, ocorrido em 1817, a pesquisa científica recebeu considerável estímulo. Com efeito, Da. Leopoldina possuía bastante interesse em mineralogia - tinha uma coleção geognóstica mineralógica, que foi enriquecida mesmo na corte brasileira - e em seu séquito vieram, entre outros, o médico naturalista vienense Johann Emmanuel Pohl. No mesmo ano chegaram, por sua iniciativa, os grandes vultos da botânica Friedrich Ph. Martius e Johann Baptista Spix. D. Pedro II também estimulou a vinda de inúmeros cientistas ao Brasil (Leinz, 1956?; Castro, 1986; Ferreira, 1989; Pádua, 1989; Filgueiras, 1988). Todavia, esta tradição se perdeu e hoje existem inúmeros empecilhos, legais ou não, para o desenvolvimento da CT no Brasil. Talvez uma boa explicação da perda do bonde da história possa ser vista na obra *As ciências no Brasil*, do Prof. Fernando Azevedo: "Mas, se nada foi capaz de sustar o passo ou esfriar o zelo dessa legião de sábios e exploradores, picados de curiosidade científica e aparelhados de todo um equipamento conceptual e metodológico, adquirido na Europa, nem se interessaram eles, em geral, pela cultura do país, por onde andavam de passagem, e que lhes abria um campo maravilhoso para suas pesquisas individuais ou de grupos, nem contribuíram, por isso mesmo, para modificar a mentalidade do brasileiro que continuava em sua atitude de deslumbramento ou de indiferença em face da natureza, se não na de espectador, um pouco espantado, diante das aventuras desses estranhos forasteiros..." (Azevedo, 1956?; pag. 29).

O desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil tem sido precário e irregular. Entretanto, quatro marcos importantes podem ser estabelecidos: 1) a criação

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934, na Universidade de São Paulo - antes haviam poucos institutos espalhados, como a Escola de Ouro Preto, Instituto Butantã, Instituto Oswaldo Cruz e outros -, 2) a criação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas (hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq) e da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para concessão de bolsas de estudo e financiamento à pesquisa, 3) criação do Conselho Federal de Educação, para normatizar e estabelecer políticas de ensino superior, e, por último, 4) a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985 (Jacob, 1989).

No Brasil, a maior parte das pesquisas é feita dentro das universidades. Entretanto, estas, tanto a nível federal, estadual quanto municipal, não foram construídas para empreender projetos de pesquisa e, além disso, não há uma política governamental clara que prestigie o trabalho científico ou tecnológico original. Este ponto merece uma reflexão, uma vez que a quase totalidade dos recursos orçamentários das universidades públicas provém de órgãos governamentais oficiais.

As universidades federais brasileiras (UFBs, de modo específico) são regidas por uma legislação federal comum, de forma que salários, normas para contratação de professores, formas de premiação ao mérito ou regras para ascensão na carreira acadêmica não diferem ou diferem muito pouco de uma região para outra. A legislação brasileira não leva em conta a importância e o tamanho de um determinado estado ou região em que a universidade está situada, no momento em que é feita a distribuição dos investimentos. Além disso, a promoção acadêmica ocorre, via de regra, em função da simples passagem do tempo, não por merecimento, tornando mais difícil despertar interesses por atividades científicas, e não existe mecanismos legais que permitam a ascensão funcional unicamente em razão da competência, criatividade, publicações científicas, etc.

O número de UBs pouco aumentou no período 1981 a 1990. No caso das UFBs, que são as maiores universidades do país, excluídas àquelas mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo (USP, UNICAMP e

UNESP), observa-se que o número manteve-se praticamente o mesmo no período analisado (pulou de 34 para 36). Por outro lado, as universidades particulares, cuja taxa de participação na produção científica é muito baixa, tiveram o seu número duplicado (eram 20 e passaram para 40), no mesmo período (ref. 34). Em termos atuais, existem 95 UBs que, se for relacionado com o tamanho da população (147.305.524 habitantes, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, 1992), é bastante pequeno.

A produção científica das universidades particulares e municipais é muito baixa e a maior parte dos programas de pós-graduação está localizada nas UFBs ou nas universidades estaduais paulistas. Pode ser observado que a relação aluno/professor, no ensino de graduação, varia muito entre as diversas formas de universidades. Com efeito, no período de 1981 a 1990, estes números, em média, foram: 7.57, 7.25, 18.24 e 16.22, para as universidades federais, estaduais, municipais e particulares, respectivamente (Relatório MEC, SAG, CPS, CIP, 1992; Gaetani e Schwartzman, 1991). É evidente que seria interessante que um maior número de alunos pudesse usufruir do ensino superior; todavia, o ensino no Brasil não faz uso de tecnologias modernas (vídeo, ensino informatizado, laboratórios bem aparelhados, etc), de forma que as aulas são na base do giz, quadro-negro e produção de saliva! Assim sendo, a maior taxa aluno/professor das universidades municipais e particulares revela que estas estão mais voltadas para o ensino, não que sejam eficientes.

SOS Brasil

A palavra "cientista" foi cunhada pelo Rev. William Whewell, na sua obra *The Philosophy of the Inductive Sciences*, de 1840, para designar o cultor da ciência em geral. Desde então, a ciência tem avançado enormemente nos países ocidentais desenvolvidos. Os E.U.A. investem muito em CT; calcula-se que cerca de 2.7% do PNB daquele país é investido neste tipo de empreendimento e que, além do grande volume de recursos investidos, nota-se que o montante têm aumentado ao longo do tempo (Norman, 1992; Pavan e Viegas, 1988; Rosenberg e Birdzell, 1990). O Brasil, por sua vez, investe muito pouco em CT e o montante tem, ao contrário do que ocorre

"A força de um país e até de sua existência depende de seu adiantamento técnico, que se apóia na investigação científica regular e sistemática."

"O resultado desse processo é o desenvolvimento científico e tecnológico, e não a mera produção de conhecimento."

"A legislação brasileira tem impedido o livre trânsito de pesquisadores estrangeiros dentro de nossas universidades, tem trazido alguma dificuldade para aqueles que aqui já trabalham e, também tem desestimulado a vinda de novos talentos."



“O resultado desse descaso é maior dependência tecnológica, menos desenvolvimento e bem estar para a população.”

nos E.U.A., diminuído ao longo do tempo: 0.64%, 0.60%, 0.51%, 0.41% e 0.36% do PIB, nos anos de 1987, 1988, 1989, 1990 e 1991, respectivamente (ver Jornal Ciência Hoje, de 15/12/92; ver também Klein e Delgado, 1988; Guimarães, 1994), acompanhando alguns países do Terceiro Mundo e em flagrante contraste com países desenvolvidos cuja média de investimentos se situa em torno de 2% a 3% do PIB. O Japão, por exemplo, investe em CT algo em torno de 2.78% do seu PIB e cada vez mais este país percebe a importância deste tipo de investimento como forma de assegurar sua soberania econômica e tecnológica (Narin e Frame, 1989; Science in Japan). Os “tigres asiáticos”, países vizinhos ao Japão, vem, nos últimos anos, copiando este modelo.

Os E.U.A. gastam muito em CT. Somente os projetos Genoma Humano, Estação Espacial, Superconducting Super Collider e o Sistema de Observação Espacial da Nasa (ou

“Guerra nas Estrelas”) consumiram cerca de US\$ 6,8 bilhões em 1992; para 1993 foram previstos US\$ 8,5 bilhões (Norman, 1992). O Brasil, por seu turno, está na seguinte situação: “A proposta orçamentária do governo para 94 destina ao MCT US\$ 1,055, quase repetindo os US\$ 1,004 previstos no orçamento de 93 (executado com cortes). Mas a comissão de C&T, Comunicação e Informática da Câmara aprovaram, em 29/9, emenda que acrescenta US\$ 443 milhões ao MCT” (Jornal Ciência Hoje, 08/10/93). A CT no Brasil vive de orçamentos baixos, que sofrem cortes diuturnos, “descontingenciamento” ou priorização política. As manobras do executivo causam temor na comunidade de pesquisadores, uma vez que, via de regra, os cortes orçamentários são frequentes.

É bom lembrar que não é apenas a porcentagem dos investimentos que conta: os PIBs do Japão e Estados Unidos (US\$ 2.57 e US\$ 4.8 trilhões, respectivamente) são

várias vezes maiores que o do Brasil (US\$ 350 bilhões) (Folha de São Paulo, de 01/09/91) e isto mostra que, na prática, a distância do Brasil com o restante do mundo desenvolvido é muito grande e ela tem aumentado com o passar dos anos. O então Presidente Fernando Collor, que criou o Ministério da Ciência e Tecnologia com o claro objetivo de valorizar a atividade científica e tecnológica no Brasil, disse, à época, que investiria, até o final de seu mandato, 2% do PIB em CT (Ciência Hoje, 1989). O resultado foi o oposto, na medida em que os investimentos foram dramaticamente reduzidos, dando surgimento a um fenômeno cruel. O resultado desse descaso é maior dependência tecnológica, menos desenvolvimento e bem estar para a população. A modernização das UBs e dos institutos de pesquisa é de fundamental importância, da mesma forma que os pesquisadores competentes e dedicados devem ser prestigiados com mais financiamentos para seus projetos e melhores salários.

No plano estadual, as fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) funcionam, até o presente momento, de modo pouco satisfatório (atrasos na liberação de verbas, ingerência política por parte dos governantes, falta de critérios na condução da política científica, etc.) ou não saíram ainda do papel, existindo apenas no Diário Oficial. Com efeito, a FAPESP, a mais antiga e que inspirou todas as outras FAPs, foi criada em 18/10/60, sob a Lei Orgânica no. 5.918, e sofreu vários problemas desde a sua criação. Pela lei, cabia à FAPESP 0.5% dos impostos arrecadados pelo Estado de São Paulo e, neste sentido, recebeu 0.22% em 1962, 0.1% em 1964, 0.33% em 1971 e 0.19% em 1986; até 1984, os recursos eram liberados com 2 anos de atrasos, bastante desvalorizados pela inflação à época, também, galopante (Portella, 1987).

As empresas privadas nada ou praticamente nada investem em CT e procuram o apoio do Estado para maximização dos lucros empresariais, deixando flagrante a falta de preocupação com o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias para competir no mercado internacional. Neste sentido, é interessante ler o depoimento do empresário Edson Vaz Musa, presidente da Rhodia S.A., que dizia que “é um mito a

afirmação de que o Estado brasileiro investe pouco em pesquisa científica” e que parte da parcela de investimento deveria ir para a empresa privada, já que “no Canadá, o investimento em pesquisa custa à indústria apenas 32% do montante, porque 68% são financiados pelo governo, por meio de incentivos fiscais. Na Coreia, a empresa paga apenas 47% do que gasta; na França, 52%; nos Estados Unidos, 56%. Não se trata, como se vê, de um vício terceiro-mundista de buscar as benesses do Estado” (Folha de São Paulo, de 23/03/92). Grandes empresas americanas, japonesas ou européias investem muito em CT, ao contrário das empresas brasileiras; de acordo com o manifesto do presidente da Rhodia S.A., o Governo Federal deveria retirar parte dos míseros recursos das UFBs e institutos de pesquisa e despejá-los nas empresas privadas. Contudo, se o raciocínio fosse reelaborado, a falta de investimentos por parte das empresas privadas se revelaria um problema grave.

O Brasil é a sétima ou a oitava economia do mundo, mas a sua CT fica bem atrás, se for considerado a produção de artigos científicos, o número de doutores, o número de revistas especializadas ou gastos em projetos de pesquisa. Nossas autoridades veem com absoluto descaso a CT, de forma que a falta de equipamentos, baixos salários, evasão de talentos para o exterior (ver matéria “O povo da diáspora”, cujo título já mostra a grave situação do Brasil, exportador de talentos, publicada em Veja de 07/08/91), etc., não são correlacionados com o baixo desenvolvimento econômico; como dizia o então ministro da Educação Carlos Chiarelli, na matéria “O país arrisca seu futuro nas universidades” (Veja, de 08/05/91): “o aluno finge que estuda, o professor finge que ensina e nós fingimos que o pagamos”. O resultado dessa política não é nada bom.

CT e economia nacional estão intimamente relacionados. Uma base científica sólida está relacionada com grande desenvolvimento tecnológico (Drori, 1993) e, com efeito, postula-se que o conhecimento científico, atrelado ao desenvolvimento tecnológico, propiciou a economia de mercado e o alto nível de prosperidade na civilização ocidental (Rosenberg e Birdzell, 1990). Neste sentido, vale a pena lembrar o

“A legislação brasileira tem impedido o livre trânsito de pesquisadores estrangeiros dentro de nossas universidades, tem trazido alguma dificuldade para aqueles que aqui já trabalham e, também tem desestimulado a vinda de novos talentos.”

“O aulismo é fortemente estimulado e, quando um pesquisador faz uma importante descoberta ou publica um artigo, a instituição ignora completamente o feito, mostrando que esta não sabe qual é o seu real papel dentro de uma sociedade moderna.”

Prof. Houssay, prêmio Nobel argentino, quando já dizia em 1945 a respeito da importância da investigação científica: “A força de um país e até de sua existência depende de seu adiantamento técnico, que se apóia na investigação científica regular e sistemática” (Houssay, 1945; pag. 17).

Rotina das universidades

As UFBs se envolvem muito com política partidária e muito de sua atividade, projetos de pesquisa e intercâmbios estão mais condicionados, de modo populista e demagógico, aos interesses dos alunos ou da comunidade em que estas estão localizadas. As UBs chegam a dispendir cerca de 90% de seus recursos com pagamento de pessoal, sobrando muito pouco para investimentos em modernização de laboratórios, compra de equipamentos modernos ou edificações (Relatório MEC, SAG, CPS, CIP, 1992). Além de não dispor de recursos para modernização de laboratórios, as UBs sofrem de outros males. Com efeito, a burocracia interna e a visão que seus dirigentes administrativos têm sobre a natureza do trabalho acadêmico impedem ou dificultam que as UBs cumpram com suas obrigações precipuas.

A estrutura da UFB não permite agilidade no que diz respeito à compra de material para equipar os laboratórios de pesquisa. Muitas vezes, o pesquisador solicita um equipamento e quando o recebe - isto demora muito e a compra não ocorre muito frequentemente! - verifica que este equipamento está ultrapassado ou não atende às reais necessidades do laboratório que o solicitou. Após uma solicitação de compra de equipamento, esta invariavelmente cai nas mãos de um funcionário do departamento de compras que, devido ao desconhecimento do assunto, faz uma análise de modo superficial e pouco criteriosa, na tentativa de compatibilizar recursos financeiros disponíveis e dar início ao processo de licitação pública, de acordo com a legislação vigente. Após enorme dispêndio de tempo e energia, algumas empresas credenciadas exibem os seus produtos e seus preços e, então, é optado pelo valor mais baixo, em detrimento da qualidade ou versatilidade do equipamento. As empresas apresentam equipamentos muitas vezes inferiores, de péssima qua-

lidade, que são adquiridos para equipar os laboratórios. Um equipamento inútil pode ser adquirido simplesmente porque atende às especificações do edital, porque é mais barato ou porque simplesmente é nacional. Um pesquisador que solicita, por exemplo, uma balança de precisão - não é permitido especificar a marca ou modelo - pode adquirir uma peça de museu! As empresas fazem lobby junto às instituições oficiais do governo e a demora no pagamento fazem com que estas majormente artificialmente o preço, prevendo uma possível desvalorização da moeda. Uma vez que os recursos oferecidos pelo governo federal não são reajustados, um processo que deveria impedir o favorecimento de empresas ou o desvio de verbas públicas dificulta a aquisição de equipamentos importantes para o trabalho dentro dos laboratórios e, muitas vezes, permite o que é denominado de “superfaturamento” - um aumento abusivo do preço, de forma a permitir que empresários e funcionários públicos lucrem inescrupulosamente. O pesquisador da UFB não tem autonomia para gerenciar os recursos disponíveis para o seu laboratório e, desse modo, não pode barganhar preços, escolher melhor seus equipamentos, de acordo com suas reais necessidades, ou adquirir um equipamento com agilidade. Às vezes, o processo é tão demorado e ritualizado que chega a desestimular o próprio pedido.

Universidade e burocracia muitas vezes não se dão muito bem. Com efeito, a falta de compreensão é bastante antiga: “As universidades chocavam-se muitas vezes também com os funcionários reais e com seus esbirros, pouco dispostos a respeitar suas isenções fiscais e suas imunidades judiciais; mas, até o século XV, tais conflitos terminavam regularmente com vantagem para as universidades, pois o governo real desaprovava seus servidores e às vezes mesmo os condenava por ofensa aos privilégios dos estudantes; em 1304, o preboste de Paris, Pedro Jumel, que mandara prender e executar dois membros da universidade, foi demitido pelo rei e condenado a dependurar pessoalmente os cadáveres de suas vítimas, depois adotar à suas expensas duas capelas expiatórias, antes de partir em peregrinação para Roma” (Verger, 1990; pag. 53). Não é

preciso medidas tão drásticas para eliminar o excesso de burocracia nas UBs; basta boa-vontade, determinação e conhecimento histórico acerca da natureza da universidade e do conhecimento científico.

Internacionalização e xenofobia

Se comparado com o tamanho da população, o Brasil tem um baixo número de professores universitários. Além disso, este número pouco cresceu ao longo dos anos. Também, pode ser observado que a taxa de professor para cada grupo de 1000 habitantes é, na média geral do Brasil, bastante baixa. As regiões que mais concentram professores universitários, sul e sudeste, são as que mais concentram proporcionalmente estes profissionais.

O Brasil conta com cerca de 131.641 professores de ensino superior. Estes exibem baixa qualificação acadêmica: 86.949 (66,05%) não exibem nenhum título de pós-graduação "strictu sensu" (mestrado ou doutorado) e apenas 16.939 (12,9%) são doutores. Uma informação inacreditável é que existem 180 professores de ensino superior que nem sequer curso de graduação possuem! Também pode ser observado que a distribuição de professores nas diversas regiões é bastante desigual: 3,2% região norte, 16,9% região nordeste, 55,5% região sudeste, 18,7% região sul e 5,8% região centro-oeste (Anuário Estatístico do Brasil, 1992; Censo Educacional, 1991). A má distribuição de recursos humanos está associada com pobreza, atraso no desenvolvimento científico e tecnológico.

Carreira acadêmica e tempo de serviço se confundem nas UFBs. Basta que o profissional tenha apenas a graduação e faça parte do quadro funcional para que possa atingir, sem nenhum empecilho legal, o topo da carreira (professor titular). Também é triste constatar que a porcentagem de doutores pouco cresceu, permanecendo em torno de 12% ao longo dos anos. Isto revela um grande despreparo das UFBs para a produção de conhecimentos ou criação de novas tecnologias, condizentes com a modernidade que tanto almejamos. Outra informação importante é que menos da metade do corpo docente tem dedicação integral às atividades acadêmicas, quando o recomendável é uma maior parcela para ocasionar maior

engajamento em projetos de pesquisa.

Dentro das UFBs, não existe muita cobrança para que o professor se envolva integralmente com a instituição. O emprego no funcionalismo público federal é quase que vitalício e é muito difícil - salvo uma transgressão muito grave, como abandono injustificado de emprego ou malversação de dinheiro público - fazer com que um profissional improdutivo seja demitido para dar lugar a outro competente e mais engajado com a instituição. O regime de dedicação exclusiva (DE) não permite a acumulação de encargos extra-universidade e a remuneração adicional recebida deveria servir como um estímulo ao maior engajamento profissional. No entanto, a burla ao sistema de DE é muito frequente e a gratificação é concedida quase que automaticamente, sem nenhuma análise de mérito, algumas vezes a um profissional às portas da aposentadoria, para simplesmente aumentar o seu salário.

A produção científica nas UFBs é muito baixa. Nas universidades estaduais paulistas, as melhores do país, também a situação é precária, mas um pouco melhor. Com efeito, a Universidade de São Paulo (USP), a mais importante do país, teve taxas anuais de publicação, por professor, em torno de 1,5, 2,1, 2,3, 2,6, 2,6, 2,5 e 2,8 nos anos de 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990 e 1991, respectivamente (ver Anuário Estatístico da USP, 1992). É importante ressaltar que a maior parte desse montante foi publicada em jornais diários ou são resumos de pesquisa publicados e/ou apresentados em congressos, cujo critério de rejeição é bastante flexível ou simplesmente inexistente. Se for feita uma análise unicamente em cima do volume de publicações em revistas especializadas, verifica-se que as taxas de publicação decaem substancialmente, uma vez que estas representam 28,9% do montante total e que, além disso, somente uma pequena parte destes artigos (7,3%) foi publicada em revistas consideradas internacionais. A corrida publicacionista é algo que tem provocado inúmeras fraudes e má conduta científica, mostrando que ciência "is a serious business". Apenas para ilustrar este ponto, vale a pena citar o caso do químico Carl Djarassi, autor do famoso *The Pill, Pygmy Chimps, and Dega's Horse*, que publicou 8 livros e cerca de 1200

"As universidades são vistas como uma repartição pública e, portanto, regidas por normas administrativas que dificultam o desenvolvimento acadêmico"

artigos científicos, algo inimaginável para os padrões de produtividade científica brasileira.

O cientista brasileiro parece estar mais voltado para temáticas regionalistas e dificilmente se interessa em publicar artigos em inglês, em revistas consideradas internacionais; também pode ser observado que existem um número muito pequeno de revistas científicas brasileiras, consideradas internacionais e que adotam o inglês como língua franca (Guerra e Bernardi, 1991). Estas informações também indicam um campo pouco propício ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Uma interessante e curiosa classificação dos professores universitários foi feita pelos articulistas do Jornal Folha de São Paulo (de 17/03/93), que seria composta de 1) "professores tradicionais", representada por médicos, advogados, dentistas, etc., que não tem envolvimento com pesquisa ou não possuem títulos de pós-graduação "strictu sensu", mas que dariam aulas magistrais, 2) "professores engajados", que são muitas vezes da área humanas ou de educação, que teriam grande participação em movimentos políticos ou em associações docentes, 3) "professores proletários", que atuam em várias instituições particulares, que tem uma carga de aulas muito grande, não sobrando tempo para a pesquisa, e, por último, os 4) "professores idealistas", com doutorado, jovens, que publicam regularmente e envolvidos em tempo integral em pesquisa. Estes últimos, segundo a matéria no jornal acima mencionado, seriam em número bastante reduzido.

O pesquisador entra na UFB através de concurso público e, após o seu ingresso, um enorme conjunto de leis assegura a sua permanência até onde determina a sua vontade. O concurso público tem este defeito; se fosse feita uma contratação livre, uma instituição teria mais liberdade para escolher seus componentes, baseado unicamente na competência e engajamento em projetos de pesquisa, e demitir aqueles que não se enquadram na filosofia da instituição. Por pertencer à categoria de serviço público federal, o ingresso na UFB é por concurso público o qual, segundo a Lei no. 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, somente é facultado aos cidadãos de nacionalidade brasileira. A

legislação brasileira é xenófoba e descontrai completamente a importância da contratação de profissionais unicamente em função de seu mérito acadêmico, independentemente de sua nacionalidade. A "importação de cérebros" seria de grande valia e, sem dúvida alguma permitiria reduzir o atraso científico e tecnológico que se encontra atualmente o Brasil. Com efeito, este mecanismo foi de vital importância para o desenvolvimento científico dos E.U.A., após a Segunda Guerra Mundial. A Europa, por força dos laços históricos entre os países que a compõe e pela criação do Mercado Comum Europeu, está cada vez mais sem fronteiras; algumas previsões indicam que ocorrerá uma aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, por volta do ano 2010, de forma a propiciar um crescimento econômico maior que o dos E.U.A. (1,45 vezes) e do Japão (1,4 vezes) (Science in Europe, 1993).

A lei 8112, em seu Artigo 233, permite que, em caráter excepcional, um estrangeiro seja contratado como professor visitante por um prazo de 2 anos, sem renovação ou prorrogação do contrato; é difícil supor que esta pequena brecha possa trazer benefícios semelhantes àqueles que a Universidade de São Paulo - que é regida por leis do Estado de São Paulo e que, portanto, tem maior flexibilidade na contratação de profissionais - teve quando lançou mão da ajuda externa, quando de sua criação, para ser hoje a melhor universidade do país. Também é pouco provável que um pesquisador de reconhecida competência possa fazer uso de um contrato de trabalho precário, sem garantias de estabilidade, que enfrente a legislação xenófoba, para dar a sua contribuição à CT brasileira. A legislação brasileira tem impedido o livre trânsito de pesquisadores estrangeiros dentro de nossas universidades, tem trazido algumas dificuldades para aqueles que aqui já trabalham e, também, tem desestimulado a vinda de novos talentos. As UFBs deveriam ter uma legislação própria, de modo a valorizar a busca do conhecimento, a considerar que a ciência tende a ser cada vez mais um empreendimento internacionalizado e que a excelência acadêmica deve ser sempre buscada (Atkinson, 1990; Bloch, 1990; Censo Educacional 90, "Science in Europe" 92/93; ver também ma-

"O Brasil investe muito pouco em ciência e tecnologia e o montante tem diminuído ao longo do tempo. De 0,64% do PIB em 1987 para 0,36% do PIB em 1991."

téria "Campus of the future", publicada em Time, de 13/04/92).

Os E.U.A. detêm a grande maioria dos prêmios Nobel, nas diversas áreas do conhecimento, e é, também, o país que mais acolhe cientistas de outros países. Apesar de ter uma produção fabulosa de PhD, este número aumentou até 1960, atingiu o seu ponto mais alto por volta de 1972 e, então, começou a decair. O crescimento posterior tem sido lento, gerando uma forte demanda de cientistas (Atkinson, 1990; Bloch, 1990). CT é uma atividade vista como mola propulsora do progresso e desenvolvimento e grande parte dos cidadãos americanos exibem interesse por descobertas científicas (Evans e Duran, 1989). Um número crescente de cientistas estrangeiros atuam dentro das universidades e empresas americanas e as autoridades até estimulam este aumento, de forma que países carentes de recursos humanos enriqueçam um país já rico ("Science Careers 93: a survival guide", 1993; "Carrertrends for the 90", 1991; e matéria "Campus of the future", publicada em Time de 13/04/92).

O desenvolvimento da CT não é apenas uma questão de investimento; é necessário que os investimentos sejam diversificados e que os cientistas tenham liberdade na execução de seus projetos. A situação atual da URSS, que hoje nem sequer mais existe como país, é bastante precária e vários anos de investimento maciço em CT estão indo por água abaixo (Beardsley, 1993). Isto indica que a especialização tecnológica (no caso, tecnologia militar), sem uma base científica sólida, não significa muita coisa; um acidente histórico pode pôr tudo a perder num curto espaço de tempo, deixando à mostra a fragilidade de todo um sistema ineficiente de apoio à CT.

Como incentivar ou desestimular

O que se nota nas UFBs é que a pesquisa e o desenvolvimento de projetos não são estimulados. Em alguns casos, ocorre uma grande confusão em saber se estas deveriam se envolver mais com pesquisa aplicada, cuja utilidade é facilmente compreendida pelos burocratas e políticos, pessoas que, via de regra, tem uma compreensão bastante precária do que vem a ser ciência, ou se ela deve se engajar mais em pesquisa bási-

ca, que é vista como um luxo, somente permitido aos países ricos. Dentro das UFBs, pouco se faz em pesquisa original e a balança invariavelmente pende para a "pesquisa aplicada" - algo que muitas vezes não pode ser classificado como atividade científica, na medida em que não gera novos conhecimentos ou tecnologias, e que está mais relacionado com uma intervenção num segmento da população ou a utilização de uma



tecnologia já suficientemente conhecida para solucionar determinado problema.

A maior parte da produção científica brasileira ocorre nas UBs. Dentro das UBs, o segmento mais ativo em desenvolvimento de pesquisa e projetos são os cursos de pós-graduação, uma vez que os alunos tem isto como pré-requisito para a elaboração de suas teses ou monografias. Observa-se que 64.77% e 80.81% dos programas de mestrado e doutorado, respectivamente, estão concentrados na região sudeste; as regiões norte e centro-oeste são as menos desenvolvidas neste aspecto (Relatório Capes, 1993).

O Brasil produz pouco alunos de pós-graduação e, além disso, o tempo de formação é muito longo. Na UNICAMP, conside-

rada uma das "ilhas de excelência" do país, constata-se que o tempo médio necessário para obtenção do título de doutor é excessivamente longo, algo em torno de 10 anos se considerado que metade das teses de mestrado e 60% das teses de doutorado foram defendidas após mais de 5 anos nos respectivos programas. Outro fato grave é que a idade de ingresso no doutorado e para obtenção do respectivo título é bastante avançada: em 1988, 70% dos alunos iniciantes tinham mais de 30 anos e, quando obtiveram o título, 74% tinham mais de 35 anos de idade. As médias etárias de ingresso no mestrado e doutorado são 28.4 e 33.8 anos, respectivamente (Beiguelman, 1990).

No caso da Universidade Federal de Minas Gerais, cuja maioria dos cursos de pós-graduação tem conceitos A ou B junto a CAPES, constata-se que as médias etárias de ingresso nos programas de mestrados e doutorados, nas diversas áreas do conhecimento, são 29.5 e 34.7 anos, respectivamente (Relatório UFMG, 1989 e A.L.A. Gazolla, 1991). A mediana do tempo de permanência é bastante elevada, indicando que os alunos entram nos programas de pós-graduação com idade avançada, gastam muito tempo fazendo suas teses e saem diplomados numa faixa etária em que a pessoa começa a já estar preocupada com a aposentadoria! Com efeito, observa-se que, no ano de 1985, a idade média de ingresso no programa de doutorado em Patologia foi de 50.5 anos de idade; se for considerado que este aluno gastou 7.8 anos para conseguir o seu título e que a esperança de vida ao nascer do brasileiro é de 60.08 anos (Anuário Estatístico do Brasil, 1992), podemos seriamente indagar acerca da utilidade do título obtido e do referido programa de pós-graduação.

No Brasil, a "volubilidade do brasileiro", "vícios arraigados do funcionalismo público", "agitações políticas" etc, segundo Ferraz Sampaio (Sampaio-Ferraz, 1956?), não constituem um meio propício à atividade acadêmica. Imagina-se que possa haver importação de conhecimentos e tecnologias, sem qualquer tipo de barreiras, e que a pesquisa básica não é prioritária. Com efeito, foi publicada uma matéria na revista *Veja* (de 24/10/90), cujo título é "os EUA levam todas", onde fica evidente que a grande produção de prêmios Nobel ocorre

em função do "investimento pesado na investigação científica e tecnológica", basicamente em pesquisa básica. No Brasil se nota que a simples formulação da dicotomia pesquisa básica X pesquisa aplicada reflete pouco desenvolvimento científico e o pesquisador sério, esclarecido e engajado acaba se tornando uma pessoa excêntrica e um tanto deslocada dentro de seu departamento; ele é muitas vezes um idealista que leva adiante um sonho. Como já dizia o Prof. Houssay: "não há ciência aplicada, mas aplicações das ciências" (Houssay, 1945; pag. 18). Ao invés de estimular a pesquisa verdadeira, as UFBs estimulam o ensino "livresco" e a cópia ou a mimetização de uma tecnologia. O resultado é que o Brasil passa a ter necessidade de importar vários tipos de bens: computadores, insumos agrícolas, máquinas de precisão, produtos farmacológicos, vacinas e alguns tipos de alimentos, em razão da falta de incentivo à pesquisa original em CT.

Se for comparado o salário de um professor que ministra muitas aulas com o de um professor-pesquisador, verificamos, que até pouco tempo atrás, o primeiro recebia um salário maior, na medida em que o Decreto 94.664, de 23 de julho de 1987, estipulava uma gratificação de produtividade de ensino (GRAPE) correspondente a 20% do salário básico ao docente de 40 horas ou DE que ministrava, no mínimo 14 horas semanais de ensino. Não incluído aí o tempo de preparação das aulas, o tempo dispensado em atendimento ao alunado, o tempo que deveria ser dispensado no laboratório, etc. O "aulismo" é fortemente estimulado e, quando um pesquisador faz uma importante descoberta ou publica um artigo numa importante revista internacional, a instituição ignora completamente o feito, mostrando que esta não sabe qual é o seu real papel dentro de uma sociedade moderna. Dentro das UFBs, nota-se que existem vários cargos administrativos, preenchidos por professores não-afeitos à pesquisa, que recebem uma remuneração adicional, algumas vezes muito superior ao salário de um pesquisador. Estes professores acostumaram-se com a atividade política, são favoráveis à politização das universidades e exercem com maestria a arte de se perpetuarem nos cargos e se encaixam perfeitamente no perfil de "marajá", figura tão bem explorada pelo

ex-Presidente Collor quando no momento de sua campanha política. Existem muitos "marajás" dentro das UFBs mas, sem dúvida alguma, não é um pesquisador!

Para a promoção funcional nas UFBs, observa-se que o simples tempo de serviço e cargos burocráticos ocupados (que também são, em sua grande maioria, muito bem extra-remunerados, que, além disso, isenta o profissional de envolvimento com ensino e/ou pesquisa) chegam a ser mais valorizados que um importante resultado de pesquisa publicado, independentemente se este tenha tido repercussão internacional. Um exame superficial das UFBs revela facilmente o seu desvirtuamento ao longo dos anos.

Produção científica e formas de avaliação

Avaliar a produtividade do cientista brasileiro é algo problemático e sempre causa grandes confusões. Em vista disso, não é uma prática muito freqüente, dentro das UBs, fazer avaliação de produtividade, da competência ou assiduidade dos professores. Com efeito, o Reitor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, a mais importante do país, fez publicar no Jornal Folha de São Paulo, em 21/02/88, uma lista de 1108 "professores improdutos" que não publicaram nada nos anos 1985 e 1986. A "lista dos improdutos" não foi bem metabolizada pela comunidade acadêmica e causou enorme confusão dentro da USP, mostrando que mesmo a melhor instituição acadêmica do país tem "mares de ineficiência" (em oposição ao conceito de "ilha de excelência", que é comumente utilizado por alguns jornais diários para designar uma boa instituição acadêmica), que formas padronizadas de avaliação tendem a cometer injustiças ou insatisfações e que este processo não é prática usual nas nossas instituições universitárias. Todavia, é bom lembrar que existem várias instituições de fomento à pesquisa (CAPES, CNPq, FINEP, etc.) que rotineiramente avaliam os pesquisadores, no momento em que estes solicitam recursos para seus projetos, e isto tem ocorrido sem grandes problemas.

A imprensa não vê com bons olhos as UBs e, com muita freqüência, várias matérias jornalísticas ressaltam seus pontos frágeis, a influência dos partidos políticos na condução do seu dia a dia, sua ineficiência

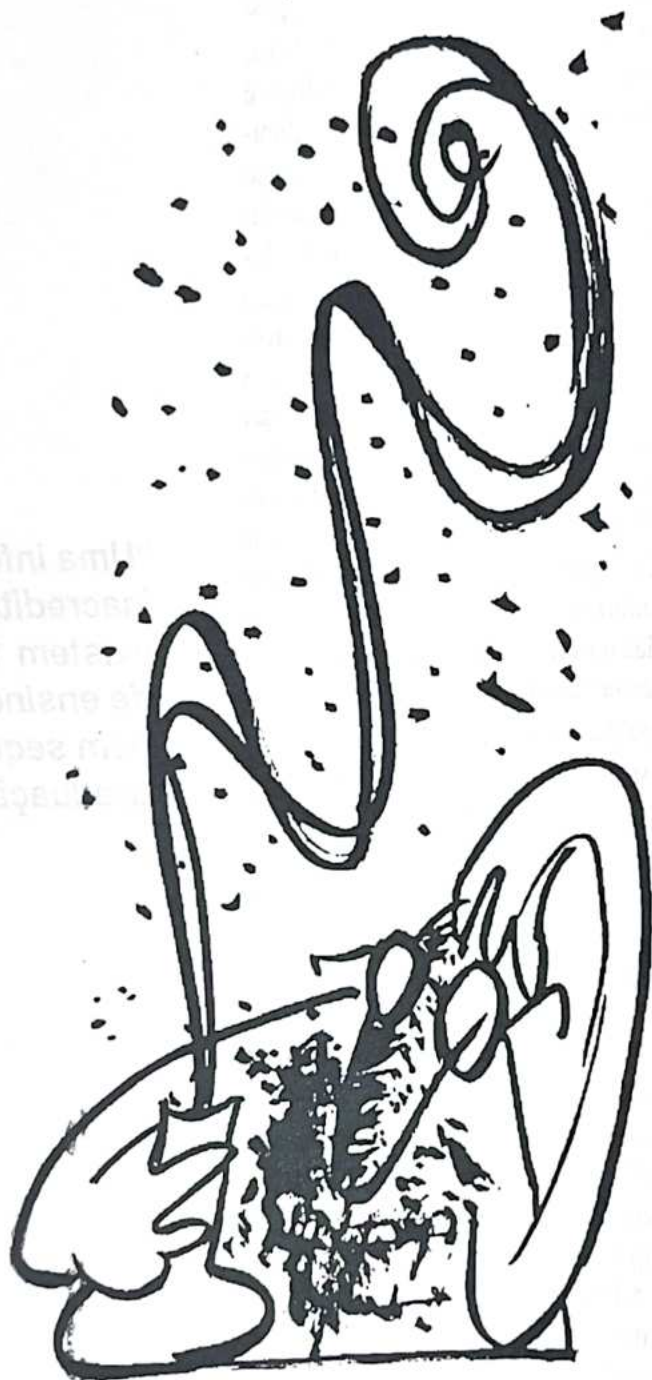
em formar profissionais que atendam às necessidades das empresas e indústrias, pesquisas consideradas inúteis, aos olhos da população, e os altos salários de seus dirigentes administrativos.

O governo brasileiro não entende a real vocação da universidade e trata seus professores como meros funcionários públicos, sem qualquer diferenciação; prova disso é o envio de um projeto de lei visando eliminar a aposentadoria por tempo de serviço (30 anos para homens e 25 anos para mulheres, atualmente), colocando em seu lugar a aposentadoria por idade (65 anos para homens e 60 para mulheres), independentemente do tempo de serviços prestados. A aposentadoria por idade é algo que deve ser seriamente discutido, uma vez que a expectativa geral de vida para o brasileiro é de 60.08 anos (Anuário Estatístico do Brasil, 1992). A proposta de alteração da lei de aposentadoria causou um enorme rebuliço dentro das universidades, levando a crer que o professor deveria "morrer trabalhando", sem tempo para gozar de sua aposentadoria, e provocou uma onda de aposentadorias de pessoas na faixa etária dos 45 a 50 anos de idade, no auge de sua produtividade, simplesmente por temerem as novas mudanças na lei. A mudança terminou não ocorrendo, até o presente momento, e o resultado prático foi o esvaziamento de alguns departamentos. Se é verdade que o professor se aposenta cedo, também é verdade que este gasta muito tempo em formação acadêmica (graduação + mestrado + doutorado), antes de ser contratado numa UFB, sem que isto seja computado como tempo de trabalho.

A história do Brasil revela que em momento algum a educação foi considerada como algo importante, mola propulsora do progresso e do desenvolvimento; algumas vantagens, que foram arduamente conquistadas ao longo do tempo, podem desaparecer por completo, de forma que isto, ao lado dos baixos salários, baixo status social e da falta de incentivos, podem se somar e acarretar o que vem acontecendo com o ensino de primeiro ou de segundo grau: ensino de péssima qualidade e totalmente desacreditado. A possibilidade de mudança na lei de aposentadoria fez com que muitas vagas fossem abertas e não foram repostas ou foram repostas por pessoas sem qualificação algu-

"Uma informação inacreditável é que existem 180 professores de ensino superior que nem sequer curso de graduação possuem!"

ma, somente possuidora de um título de especialização ou, quando muito, um título de mestrado. O governo brasileiro é bastante atrapalhado quando lida com o funcionalismo público e não se importa muito em saber, estrategicamente, quais setores foram



mais prejudicados com o referido projeto de lei. Para o governo federal a aposentadoria ou a demissão de um cientista ou de um faxineiro representa a mesma coisa: "enxugamento da máquina administrativa", algo que o público leigo vê com muita simpatia.

Gastos com universidade e pesquisa

A título de contenção de despesas, o governo federal não libera recursos financeiros para as UFBs e isto tem trazido muitas

dificuldades na aquisição de novos títulos bibliográficos ou renovação de assinaturas de revistas científicas especializadas. As bibliotecas existentes estão completamente desprovidas de títulos recentes e de revistas científicas importantes, dificultando a atualização de seus pesquisadores em suas respectivas áreas de atuação.

A legislação que rege as UFBs é anacrônica, não é condizente com o espírito científico; o resultado é que a importação de novos equipamentos e material bibliográfico é extremamente difícil. Esta dificuldade é devida à escassez de recursos orçamentários, que os burocratas e políticos de Brasília acham mais conveniente alocar em projetos que dão resultados visíveis e a curto prazo, ou pela própria dificuldade legal para importar equipamentos, drogas e reagentes, software, livros e revistas especializadas, etc. Ao invés de haver incentivos fiscais nas importações de equipamentos e material bibliográfico, ocorre o inverso, levando a crer que champagne, carros sofisticados, jet ski e microscópios ou revistas científicas possam ser vistos como sendo a mesma coisa. O resultado deste anacronismo é que os laboratórios e bibliotecas das UBs se encontram bastante desatualizadas.

Grande parte dos recursos das UBs provêm de investimentos governamentais oficiais. Não é prática frequente o financiamento de projetos de pesquisa por parte de empresas privadas ou de órgãos internacionais. Por outro lado, o empresariado, ao invés de apoiar a CT, procura extrair-lhe recursos e faz uso de meios inteligentes e eficazes para perpetuar o usufruto das benesses governamentais - de tanto fumar cachimbo, a boca acabou ficando torta!

A porcentagem dos investimentos em Educação e Cultura se situa em torno de 18% nas diferentes regiões do Brasil. Todavia, dentro dessa função, a distribuição é muito desigual. Os estados brasileiros também mantêm suas universidades e pode ser observado que os governos estaduais também exibem muitas disparidades em sua forma de distribuir seus investimentos, principalmente aqueles das regiões norte e centro-oeste. Estas duas regiões exibem os maiores gastos com Administração e Planejamento, que chega a atingir cerca de 2/3 do montante aplicado em educação e cultura!

Plural

Os recursos canalizados para as atividades indiretas são altos e os programas de educação ou de ciência e tecnologia, que chega a exibir taxas de investimentos próximas de zero, ficam bastante prejudicadas em razão da ineficiência da máquina administrativa. Muitas vezes, os recursos são aplicados para aumentar o número de empregos ou para servir como elemento de barganha política nos momentos de eleições para governador ou prefeito.

Considerando os anos de 1987, 1988 e 1989, observa-se que, em média, o MEC distribuiu seus recursos orçamentários da seguinte forma: 59.97% para o Ensino Superior, 0.09% para a Ciência e Tecnologia, 6.99% para o Ensino de Segundo Grau, 26.31% para o Ensino de Primeiro Grau e 5.37% para a Administração e Planejamento. O ensino superior consumiu mais da metade dos recursos do MEC; um exame da distribuição dos recursos dentro desta rubrica revela que eles foram assim distribuídos: 80.0% para o Ensino de Graduação, 1.07% para a Pesquisa Básica, 1.17% para a Pesquisa Aplicada, 4.43% para Bolsas de Estudo, 0.01% para Edificações, 0.07% para Administração e 10.3% para diversas outras formas de investimentos. Em síntese, o MEC gasta a maior parte de seus recursos com o ensino superior e, dentro dessa rubrica, 80.0% dos recursos vão para o ensino de graduação, sobrando muito pouco para investir em pesquisa ou aparelhamentos dos laboratórios (Reatório MEC, SAG, CPS, CIP, 1992).

É pensamento corrente no Brasil considerar que obras "subterrâneas" (obras que "não aparecem", que só dão resultados a longo prazo ou que não rendem dividendos políticos imediatos) não são prioritárias e que não vale a pena nem mencioná-las no plano orçamentário. Sem dúvida alguma, a educação e cultura é uma obra "subterrânea", na ótica do governo brasileiro.

Burocracia, política sindical e mérito

A universidade deve ser racional e ágil, de forma a permitir um bom ensino e a produção e divulgação de conhecimentos e tecnologias. Todavia, a UFB faz parte do serviço público federal e, assim sendo, ela é vista como meramente uma repartição pública e é, portanto, regida por normas admi-

nistrativas que dificultam o desenvolvimento acadêmico. Ela é conduzida, no seu dia a dia, por funcionários sem nenhuma qualificação técnica para a administração universitária, pessoas que não entendem a importância da fluidez das decisões, como princípio, e isto provoca perda de tempo e energia em formação de comissões e em preenchimento de formulários ou pareceres técnicos. Parece que a burocracia é uma forma encontrada pelos dirigentes administrativos para expressar o seu poder. No momento em que um administrador assume um cargo (por eleição direta, muitas vezes através do voto universal, secreto, feita entre alunos, professores e funcionários), ele é tentado a produzir uma montanha de formulários e questionários para saber "quem compõe a universidade", forma comissões para emitir parecer sobre os mais diversos assuntos, convoca reuniões, etc, tentando ser "democrático" e "transparente", como se isto estivesse relacionado com a melhoria da universidade; muitas vezes, isto irrita e afasta as pessoas, invés de estimular maior engajamento.

O orçamento das UFBs está quase que em sua totalidade alocado para o pagamento da folha de pessoal, de modo que sobra muito pouco para investir em pesquisa. O que sobra muitas vezes é utilizado para comprar mesas, armários, máquinas de escrever, não material de laboratório ou material de consumo (drogas, reagentes, etc.) utilizados em pesquisas.

O corporativismo impede que ocorra uma avaliação correta, serena e objetiva das atividades dos profissionais que atuam dentro das UFBs e isto estimula o ócio e a incompetência profissional. É claro que um profissional sério e bem intencionado não se deixa levar por uma falta de avaliação e se envolve com pesquisa de forma desejável. Todavia, um profissional com este tipo de perfil é difícil de ser encontrado, e a repercussão imediata disso é que nossas UFBs são pouco produtivas, corporativistas, burocráticas e não se assemelham em nada às universidades de prestígio, de países desenvolvidos. Para quem não quer trabalhar, a UFB é um verdadeiro paraíso: ganha-se pouco, mas não se cobra nada e o emprego é quase que vitalício! Por outro lado, para quem deseja fazer algo de relevante, ela é

ATKINSON, R.C. Supply and demand for scientists and engineers: a national crisis in the making. *Science*, n.248, p.425-432, 1990.

AZEVEDO, F. de. *As ciências no Brasil. Rio de Janeiro*: Edições Melhoramentos, 1956?

BEARDSLEY, T. Trends in russian science: Selling to survive. *Scientific American*, v.268, n.2, p.68-76, 1993.

BEIGUELMAN, B. Uma análise crítica da pós-graduação no Brasil. *Ciência Hoje*, v.12, n.68, p.18-21, 1990.

BLOCH, E. Education and human resources at the National Science Foundation. *Science*, n.249, p.839-840, 1990

CASTRO, C.M. (1986). *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986

COELHO, E.C. *A sinecura acadêmica: a única universitária em questão*. São Paulo: Vértice e IUPERJ, 1988

DRORI, G.S. The relationship between science, technology and the economy in lesser developed countries. *Social Studies of Science*, n.23, p.201-215, 1993

EVANS, G. e DURAN, J. Understanding of science in Britain and USA. In: Jowell, R.; Witherspoon, S. and Brook, L. (Eds.), *British social attitudes - Special international report*. London: Gower Publishing Co. Ltd., 1989.

FERNANDES, A.M. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: CNPq, Editora da UnB e ANPOCS, 1990.

Ferreira, M.P. José Bonifácio, mineralogista. *Ciência Hoje*, v.10 n.56, p.21-24, 1989

FILGUEIRAS, C.A.L. Pioneiros da ciência no Brasil. *Ciência Hoje*, v.8, n.44, p.52-58, 1988

GAETANI, F. e SCHWARTZMAN, J. Custo do ensino e eficiência das universidades. *Ciência Hoje*, v.13, n.74, p.36-42, 1991

GIANOTTI, J.A. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986

GUERRA, R.F. e BERNARDI, N.. Revistas científicas brasileiras: escolha do idioma e algumas dificuldades. *Ciência e Cultura*, v.43, n.1, p.77-81, 1991

GUIMARÃES, R.. *Avaliação e fomento da C&T no Brasil: Propostas para os anos 90*. Brasília: MCT/CNPq: 1994

HOUSSAY, B.A.. A universidade e a investigação científica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.III n.9, p.3-22, 1945

Jacob, G. (1989). Pesquisa e pós-graduação no âmbito das universidades. In: Vahl, T.R.;

Meyer Jr., V. e Finger, A.P. (Orgs.). **Desafios da administração universitária**. UFSC: Florianópolis.

Klein, L. e Delgado, N.G. . Recursos para a ciência: Evolução e impasses. **Ciência Hoje**, v.8, n.48, p. 28-33, 1988.

LEINZ, V. . A geologia e a paleontologia no Brasil. In: Azevedo, F. de.(Org.). **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos: v. I,

1956?

MENEZES, E.D.B. de . Professores estrangeiros no Brasil, uma perspectiva histórica. **Ciência Hoje**, v.14, n.83, p.38-46, 1992.

MULLHOLAND, T. M. Modernidade e avestruz. **Ciência Hoje**, v.13, n.74, p.18-19, 1991.

NARIN, F. e FRAME, J.D. . The growth of japanese science and technology. **Science**, n. 245, p. 600-605, 1989.

NORMAN, C. . Science budget: selective growth. **Science**, n. 255, p. 672-675, 1992.

PÁDUA, J.A. José Bonifácio, conservacionista. **Ciência Hoje**, v.10, n.56, p.14-20, 1989

PAVAN, C. e VIEGAS, J.A. **Constituinte, ciência e tecnologia**. São Paulo: Cidade Press, Editora e Gráfica Hamburg, 1988

PORTELLA, S. Sistemas estaduais de C&T. **Ciência Hoje**, v.6, n.3, p. 67-70, 1987.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

ROSENBERG, N. e BIRDZELL, L.E., Jr. . Science, technology and the western miracle. **Scientific American**, v.263, n.5, p. 42-54, 1990.

SAMPAIO FERRAZ, J. de . A meteorologia no Brasil. In: Azevedo, F. de (Org.). **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, v. I, 1956?

SCHWARTZMAN, S. Ciência e tecnologia na Nova República. **Ciência Hoje**, v.9, n.50, p.62-69, 1989.

VERGER, J. . **As universidades na idade média**. Trad. de F.M.L. Moretto. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

Anuário estatístico do Brasil 1992. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ver relatório: A evolução do ensino superior no

um inferno, no qual as pessoas dedicadas não são respeitadas e encontram os mais diversos tipos de obstáculos para tocar o seu trabalho a contento.

A UFB se envolve muito em política partidária e há um movimento forte e poderoso em prol de eleições diretas para todo o tipo de cargo dentro da universidade, inclusive para reitor que é o cargo mais alto dentro da administração universitária. As eleições são feitas, algumas vezes, na base do voto universal, de forma que um voto de um aluno recém-saído do 2º. Grau ou de um funcionário analfabeto tem o mesmo valor que o de um pesquisador reconhecido internacionalmente ou de um professor titular com vários anos de serviço prestados. Este fenômeno é extremamente prejudicial para o aperfeiçoamento da universidade e faz com que um alto dirigente possa ser eleito unicamente em função de sua popularidade e não por seus méritos acadêmicos. Em pouco tempo o mérito acadêmico passa a ser apenas uma extravagância - tornando a figura do pesquisador algo parecido com a de um ser de outro planeta! - e fica cada vez mais difícil eliminar esta excrecência (sobre os malefícios do populismo dentro das UBs, ver Gianotti, 1986; Coelho, 1988). Vale a pena citar o relatório do Prof. Joseph Ben-David, feito em 1976, sobre as universidades brasileiras: "Universidades controladas muito estritamente pelos governos, ou muito ciosas em salvaguardar privilégios tradicionais para professores e alunos, podem ficar enredadas por uma confusão de hábitos e procedimentos, e paralisadas por correntes políticas originadas dentro ou fora da universidade... Além disso, os professores se defrontam com representantes de alunos que pressionam em favor de padrões acadêmicos mais frouxos (e, eventualmente, pela conformidade a preferências políticas), têm que se submeter a procedimentos administrativos irracionais, e sua promoção fica mais à mercê de política intradepartamental e intrauniversitária do que de sua eficiência e qualificação" (Ciência Hoje, 1987, pag. 70). Este é o problema: confundir excelência acadêmica com atividade política.

Política de contratação

A formação de um quadro de pesquisadores é extremamente difícil em razão da inexistência de uma política clara de

contratação e de formação de novos pesquisadores. Muitas vezes, dentro da UFB, é aberto um concurso para uma determinada disciplina - não para uma determinada linha de pesquisa -, sem que haja alguma preocupação em admitir uma pessoa jovem, dinâmica e portadora de um título de doutor. Invariavelmente, o concurso atribui, de modo igual, pontos para 1) aula ministrada sobre um determinado assunto previamente determinado, 2) prova escrita sobre a área do concurso e 3) curriculum vitae. Esta forma de seleção pode fazer com que uma pessoa com "bastante tempo de casa", sem mérito acadêmico algum e prestes a se aposentar, possa ser aprovado com facilidade num concurso público. Uma vez que aula ministrada também é objeto de avaliação, um "discurso bem azeitado" ou uma simples sistematização da leitura de um livro pode fazer com que um profissional competente - principalmente se este for portador de uma dificuldade na fala! - seja prejudicado na pontuação final. O concurso tem validade de dois anos e pode ser facilmente prorrogado por mais dois anos; neste espaço de tempo, é muito provável que uma pessoa se aposente ou se afaste e um concursado medíocre possa ser convocado para engordar o corpo docente da universidade. Em síntese, uma boa dicção e uma sistematização de alguns livros consultados podem superar anos de dedicação à pesquisa ou um curriculum vitae bem consolidado. Nas UFBs, o profissional é selecionado para dar aula, não para fazer ciência ou criar tecnologias.

No que diz respeito à formação de novos pesquisadores, a UFB pouco investe no aperfeiçoamento de seu pessoal produtivo. As saídas para um pós-doutoramento são difíceis e, em razão do ingresso de pessoas pouco tituladas, dá-se preferência às saídas para mestrado e doutoramento. Este procedimento revela que a UFB age de modo incorreto ao permitir que pessoas pouco qualificadas ingressem em seus quadros - provocando um enorme dispêndio de esforço para formar uma pessoa que já deveria possuir titulação condizente - e que a política de aperfeiçoamento do quadro docente não se baseia em mérito acadêmico.

A UFB é regida por uma política do "baixo clero" (o termo é interessante e foi

criado para designar pessoas com baixa qualificação acadêmica, que fazem uso da demagogia e do populismo para atingirem cargos administrativos, muitas vezes com intuito de estabelecer uma política partidária dentro da instituição, ou pessoas que simplesmente desconhecem a importância da excelência acadêmica) e é muito difícil reverter este quadro. Com efeito, a Universidade Federal da Bahia contratou, de uma só vez, no intuito de suprir as deficiências no ensino, cerca de 200 professores auxiliares de ensino - profissionais portadores apenas do título de graduação ou de especialização "latu sensu" (ver *Jornal Ciência Hoje*, de 02/10/92). Estas pessoas não possuem nem sequer mestrado em alguma área do conhecimento e não exibem nenhuma qualificação acadêmica que permita fazer pesquisa científica ou formar pessoal qualificado; isto revela o estado precário das UFBs e, mais grave ainda, revela que existe uma enorme carência de profissionais qualificados.

O Brasil produz poucos doutores. Estes entram nos programas de pós-graduação com idade bastante avançada e demoram muito tempo para obter a titulação, resultando num enorme déficit de pessoal qualificado para empreender projetos ligados à CT. A saída é alterar a nossa legislação xenófoba e, à curto espaço de tempo, importar talentos de outros países (Menezes, 1992; Mulholland, 1991).

Um professor auxiliar que entra UFB, que se aposenta com 25 (mulheres) ou 30 anos (homens) de serviços prestados, terá dispendido um enorme tempo em formação acadêmica (mestrado e doutorado, mais ou menos 10 anos); este longo tempo pode ser acrescido de licenças-prêmio, licenças sabáticas, dispensa por motivo de saúde, etc., levando a crer que, no final das contas, esta pessoa dará uma contribuição muito pequena à instituição. A relação custo-benefício indica que os custos são altos e os benefícios pequenos, no momento em que é constatado que uma grande parte do tempo não é utilizada para o engrandecimento da instituição, mas para formação do profissional. O ideal é contratar profissionais jovens, portadores do título de doutor.

Para onde vai a universidade?

Apesar de todos os problemas que as UBs enfrentam, existem inúmeros pesquisadores de grande talento e motivação para o trabalho que, com muita dificuldade e dedicação, conduzem a universidade. A CT no Brasil não é internacionalizada, como ocorre nos países desenvolvidos, e ela é um tipo de empreendimento de alto risco para o pesquisador! Não é força de expressão. Com efeito, a história recente do Brasil revela que pesquisadores importantes sofreram, ao longo dos anos, sérias restrições ideológicas; ocorreram cassações, demissões, aposentadorias forçadas de vários cientistas importantes, que quase aniquilaram laboratórios e instituições de grande tradição em pesquisa (Fernandes, 1990; *Ciência Hoje* 1984, 1991, 1986). As restrições ideológicas diminuíram muito com o advento da "abertura política", mas, hoje, as restrições são orçamentárias.

O Brasil exibe uma grande carência de talentos científicos, devido aos inúmeros problemas na pós-graduação (poucos programas de mestrado e doutorado, enorme tempo dispendido na elaboração das teses, falta de recursos orçamentários, etc), falta de uma política governamental que premie a excelência acadêmica, política partidária dentro das UBs, etc. Qualquer política que vise o aperfeiçoamento das UBs tem que ser baseada em critérios universais de avaliação acadêmica, de modo a permitir que o talento acadêmico seja prestigiado e que o ócio e a incompetência sejam eliminados. Problemas como burocracia, corporativismo, absenteísmo, inexistência de condições materiais para o trabalho dentro dos laboratórios, etc., possam e devem ser sanados se é que se deseja que as UBs atuem como autênticas universidades e não como meras "repartições públicas".

Por último, vale a pena citar o comentário do Papa Urbano V (1362-1370), quando diante da laicização das universidades mantidas pela igreja católica: "convenho que todos aqueles que faço educar não serão eclesiásticos. Muitos tornar-se-ão religiosos ou seculares, outros permanecerão no mundo e tornar-se-ão pais de família. Pois bem! Seja qual for o estado que escolherem, mesmo se exercerem profissões de trabalhos manuais ser-lhes-á sempre útil ter estudado" (Verger, 1990; pag. 95).

Brasil (graduação) - 1962-90. **Estudos Estatísticos**. Brasília: MEC, SAG, CPS, CIP, Junho de 1992.

Ver : Science in Japan. Coletânea de textos sobre a ciência no Japão, de diversos autores e nas diversas áreas do conhecimento. *Science*, n.258, p. 561-630.

Ver editorial : Cerco e aniquilamento. *Ciência Hoje*, v.9, n.50, p.7, 1989.

Ver relatório: **Sinopse de dados financeiros - Educação, Cultura e Desporto**. Brasília: MEC, SAG, CPS, CIP, mai. 1992.

Ver relatório: **Sinopse estatística do ensino superior**. Brasília: Censo Educacional 90, MEC, SAG, CPS, CIP, ago. 1989.

Ver : Science in Europe. Coletânea de textos sobre a ciência na Europa, de diversos autores e nas diversas áreas do conhecimento. *Science*, n. 256, p.457-488, 1992; *Science*, n. 260, p.1733-1752, 1993.

Ver relatório : Science Careers'93: a survival guide, publicado em *Science* (special section), n.261, p.1765-1813, 1993. Ver também o relatório: Career trends for the '90s, publicado em *Science* (special section), n. 252, p.1110-1147, 1991.

Ver relatório : A atuação da CAPES no desenvolvimento da capacidade institucional de formação de recursos humanos e na consolidação da Pós-Graduação. Documento apresentado na Reunião Nacional da CAPES, de 29/06 a 01/07/93, no Rio de Janeiro.

Ver relatório : Avaliação da pós-graduação da UFMG 1987-1989, elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, M.G., 1989. Ver também o artigo: A pós-graduação na UFMG, de A.L.A. Gazolla, publicado em *Ciência Hoje*, v.12, n.70, p.69-71, 1991.

Relatório : Universidade e ciência observadas por Ben-David, *Ciência Hoje*, v.7, n.37, p.68-73, 1987.

Ver matéria : O dia em que a universidade pegou fogo, de vários autores, publicada em *Ciência Hoje*, v.3, n.13, p. 40-59, 1984.

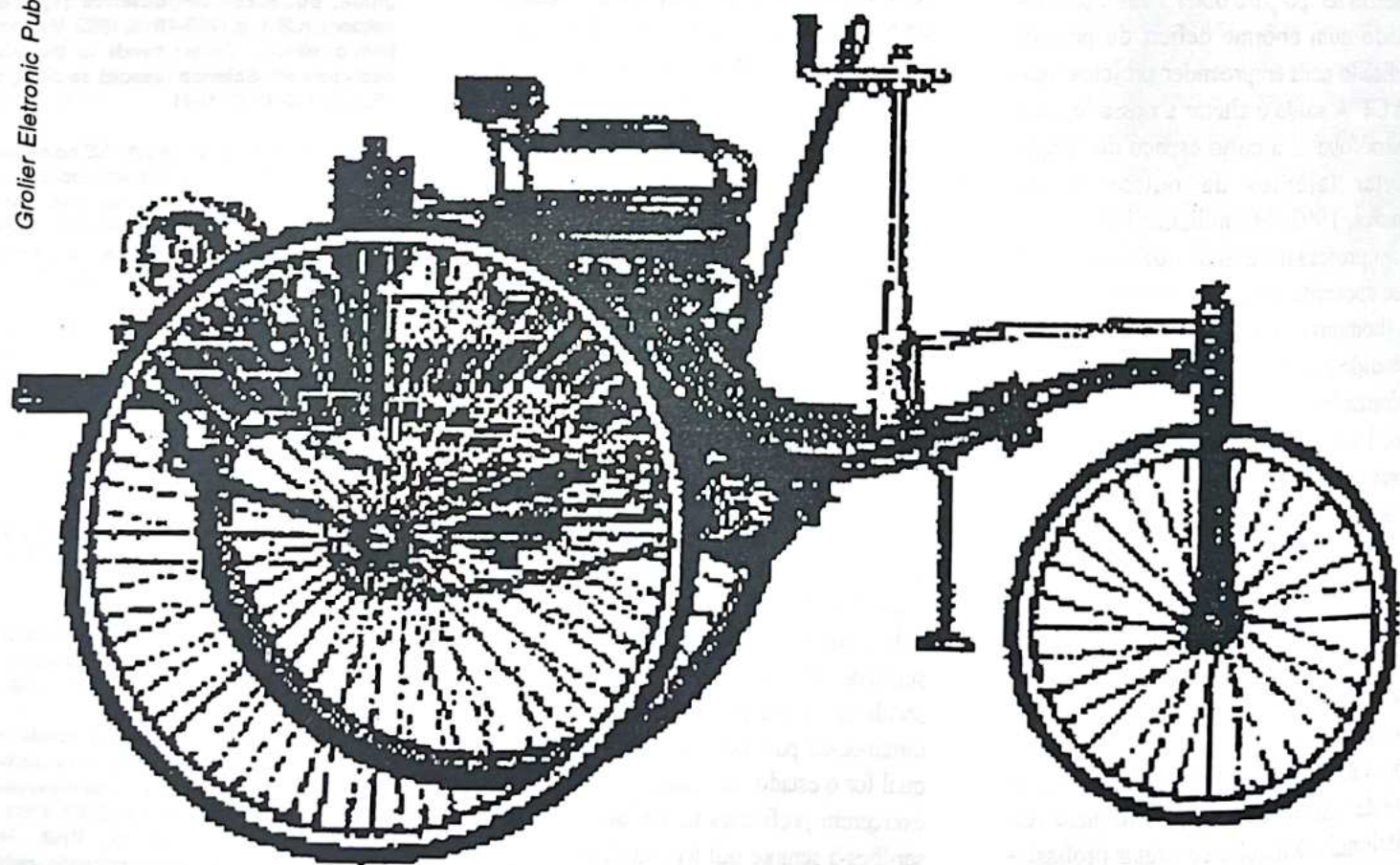
Ver entrevista : Herman Lent, o cavaleiro de Manguinhos, concedida a José Jurberg, Moacyr Vaz de Andrade e Alicia Ivanishevich. *Ciência Hoje*, v.13, n.74, p.62-67, 1991. Ver também o discurso do Prof. Haity Moussatchi, pesquisador cassado, publicado em *Ciência Hoje*, v.4, n.26, p. 9, 1986.

Educação e Informática

João Josué Da Silva Filho
Professor do Departamento de
Estudos Especializados em
Educação, do Centro de
Ciências da Educação

***Reflexões em torno da
relação entre mercado
de trabalho, qualificação
e escola.¹***

Grolier Eletronic Publishing



Am 1986, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, através de seu Departamento de Ensino de 1º Grau, resolveu enfrentar a questão da inovação tecnológica na área da educação. Para abordar um dos aspectos mais instigantes naquele momento, organizou-se um espaço de trabalho denominado - Centro de Educação e Informática do Paraná - CEDIPAR - do qual fui coordenador entre 1986 e 1987.

Basicamente, o que se propôs como tarefa do CEDIPAR foi abrir o debate, entre os professores, a respeito do uso dos computadores na educação. A idéia era fomentar a discussão sobre o impacto da informatização na sociedade como fator a ser considerado no encaminhamento da formação dos educandos. Foram realizados 8 encontros regionais e uma Feira Estadual que reuniram cerca de 580 professores.

Nestes encontros os professores trabalharam em oficinas de experimentação com a linguagem/"filosofia" LOGO², em torno das quais se desenvolveu uma certa explicitação das bases teóricas da informática, algumas implicações técnicas, além do debate acerca das relações entre informática e sociedade.

Acompanhou este trabalho um estudo exploratório que buscava levantar/identificar concepções dos professores acerca do processo de inovação tecnológica, tanto na sociedade quanto na educação, principalmente no que se referia à especificidade da informatização neste processo. Foram aplicados dois questionários, um antes de iniciada cada oficina, outro após seu encerramento.

Ainda que pese a precariedade científica do método utilizado (foram propostas questões abertas sem parâmetros previamente elaborados), este estudo

exploratório possibilitou, em certa medida, uma percepção das opiniões dos professores, que considero importante colocar neste artigo.

Mercado de trabalho, qualificação e escola

Investigando os motivos pelos quais 97,3% dos professores participantes das oficinas do CEDIPAR manifestaram-se favoravelmente à introdução de uma tecnologia que pouco conheciam (praticamente ninguém havia tido maior contato com um computador antes), entendendo ter encontrado razões que, na minha opinião, apresentam um certo interesse para discussão dos caminhos da informatização na escola.

A maioria das pessoas, os professores inclusive, entende ser imprescindível "preparar os alunos para o trabalho", para o mundo altamente sofisticado e especializado do futuro. "É necessário direcionar os jovens para a profissão do futuro".

Na minha opinião, pelo menos dois equívocos permeiam esta questão. O primeiro diz respeito ao caminho que a informatização da sociedade tomará e o segundo confunde o papel que a escola deve desempenhar na relação entre educação e trabalho. Considero que estes aspectos merecem uma discussão mais acurada.

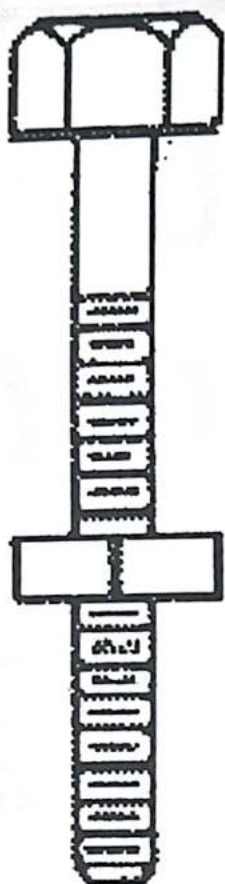
Informatização e sociedade

Do ponto de vista do senso comum, a informatização da sociedade implica em uma demanda de especialistas cada vez maior. Compõe-se com esta visão de mundo, e de certa forma a complementa, a idéia de que as máquinas arcarão com todo o trabalho "chato e repetitivo", reservando ao homem o trabalho criativo e interessante.

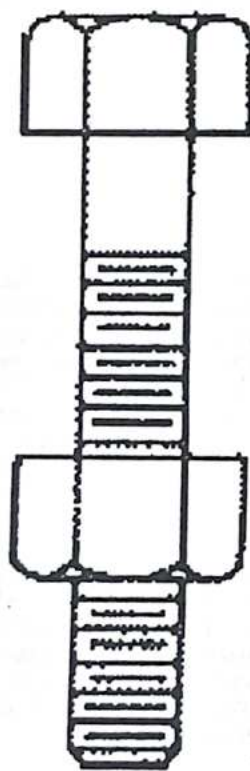
Uma análise mais aprofundada destas questões tem indicado perspectivas não tão alentadoras.

1 - Este artigo foi elaborado com base no texto-roteiro da aula apresentada como prova didática do Concurso a Professor Titular em Fundamentos Epistemológicos da Educação, realizada dia 26.mai.1993. Prefiro manter em notas de rodapé as citações para que o leitor tenha a possibilidade de aprofundar a reflexão sobre argumentação que encontrará de forma concisa no corpo do artigo. Com algumas adaptações e atualizações apresenta a síntese de uma questão que discuti em minha dissertação de mestrado: SILVA FILHO, JOÃO JOSUÉ. **Educação e Informática: uma experiência de trabalho com professores.** (Dissertação de Mestrado) São Paulo, SP: PUC, 1988. Orientador: KUENZER, Acácia Z.

2 - Sobre a explicitação da "filosofia" LOGO, ver PAPERT, S. **LOGO: Computadores e Educação.** São Paulo: Brasiliense. 1986.



standard



heavy

Em primeiro lugar, vale dizer que o capitalismo, nesta sua fase monopolista - de internacionalização da economia - aposta na inovação tecnológica como caminho para a solução da crise que vem enfrentando. Uma das expectativas dos empresários é que a informatização venha favorecer a histórica necessidade de acumulação de capital (otimizar a retirada da mais valia) através do aumento da produtividade.

A adoção de novas tecnologias reductoras da intervenção do trabalho humano no processo de produção encaminha a superação dos problemas que os empresários vêm enfrentando com a resistência cada vez maior dos trabalhadores à organização vigente e, cuja consequência, tem sido a "queda ou a estagnação da produtividade"³. O advento da automação abriu a possibilidade de incrementos de produtividade verdadeiramente espantosos. A máquina não precisa dormir, não pára amiúde para se alimentar, não reclama de baixos salários e não faz greve. Esta é uma possibilidade que a classe empresarial considera altamente promissora.

Revela-se por esta via uma forte tendência em tornar as máquinas cada vez mais auto-suficientes: impor através delas uma padronização do modo operacional e criar cadências de trabalho. A máquina, em um certo sentido, não é neutra. Ela "obriga" as pessoas à utilização de uma certa linguagem (códigos) que no mundo do trabalho incorpora os sistemas de aferição de produtividade, os quais, por sua vez, exercem extrema pressão sobre os operadores, obrigando-os a trabalhar segundo um ritmo imposto externamente por aqueles que planejaram o trabalho.

Uma outra expectativa em relação à situação de crise diz respeito à "indução de um novo ciclo de consumo, tal como foi o advento do automóvel e dos eletrodomésticos (...) cujos efeitos complementares sobre emprego,

salário e demanda líquida seriam capazes de assegurar uma nova era de expansão do sistema"⁴.

É fundamental perceber que esta expectativa do empresariado faz parte também das expectativas da classe média e da classe trabalhadora. Acalenta-se a esperança de ascender a novos padrões de consumo, para uns, ou de resolver os cruciais problemas de sobrevivência, para outros. Neste sentido, esta expectativa possui um forte poder de convencimento.

Contudo, no meu entender, a questão fundamental não é se conseguiremos induzir um novo ciclo de consumo ou não, mas sim: **quem se beneficiará com este novo ciclo de consumo?**

A alguns parece indiscutível que o aumento de produtividade levará a uma eliminação de empregos, porém, não necessariamente a uma redução de lugares de trabalho.

Entendem que novos empregos serão criados a contento. Esta é, sem dúvida, uma questão que exige avaliação muito rigorosa

Em um artigo no Jornal "A Folha de São Paulo", Maurício Greco comenta as conclusões do Professor Paulo Roberto Feldmann em sua tese de doutorado defendida na Fundação Getúlio Vargas⁵:

"Segundo o Professor Feldmann, "o crescente barateamento dos produtos eletrônicos vem possibilitando a disseminação da automação por todos os setores da economia. Este aspecto leva à seguinte consequência: **como o emprego de mão-de-obra reduz-se em todas as áreas da economia, não há para onde escoar os trabalhadores dispensados com a automação**". Contra os argumentos de que esta perspectiva está completamente descartada, ele afirma: "em uma pesquisa feita na Alemanha pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Europeu se constatou que o uso de um robô desemprega entre

dois a dez trabalhadores. Nos EUA, Paul Stassman, vice-presidente da Xerox, estima que só a automação dos escritórios deverá eliminar entre oito e doze milhões de empregos e, no Brasil, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômicas e Sociais) calcula que, com a disseminação da automação pela manufatura brasileira, entre 800 mil e 2,4 milhões de empregos deixarão de ser gerados".

Naturalmente existem os empregos que serão gerados com o advento da informatização. Mas, aí também o Professor Feldmann chama a atenção para alguns dados:

"Um estudo realizado por James Martin, em 1975, apontava que em 1985 haveria quinze milhões de programadores de computador nos EUA. Martin errou - apenas trezentos mil norte-americanos trabalham hoje, como programadores. A área de informática emprega, no total, um milhão e duzentas mil pessoas, ou seja, 1% da população economicamente ativa dos EUA."⁶ e diz ainda, "apesar do Brasil possuir um dos maiores parques industriais em informática do mundo, menos de quatrocentas mil pessoas trabalham em atividades ligadas a essa área, incluindo fabricantes e usuários. Isso representa 0,6% da população economicamente ativa do país"⁷.

Para não deixar dúvidas sobre a complexidade do problema o professor Feldmann conclui citando o paradoxo desta questão.

"Ao mesmo tempo em que a automação gera desemprego, ela é necessária para que a indústria possa se manter competitiva em qualidade e preço e, assim, atender aos requisitos do mercado nacional e internacional. Ruim com o robô, pior sem ele. Sem a modernização, a indústria não consegue exportar, além de não atender satisfatoriamente ao mercado interno. Isso pode gerar um desemprego maior ain-

da"⁸.

Nos países altamente industrializados as transformações ocorridas no conteúdo do trabalho forçarão um processo de mobilidade, treinamento e reciclagem⁹ da força de trabalho, com o intuito de superar os problemas de desemprego estrutural. Contudo, nos países de industrialização recente, como o Brasil, as coisas tendem a ficar mais complexas:

"A modernização concomitante dos três setores (primário, secundário e terciário) combinada com a inflação de dois dígitos, levam à diminuição dos investimentos, da demanda e dos salários, com efeitos dramáticos sobre o nível do emprego e a qualidade de vida das populações mais carentes"¹⁰.

Forçados a se modernizar pelas tendências de informatização em escala mundial (se não, não conseguem competir) os países periféricos apelaram para a poupança externa, que é o mecanismo transnacional disponível neste momento do capitalismo (com altíssimos custos).

Orientados para o mercado externo, estes países acabam amarrados nos ônus dos "royalties", o que, em absoluto, tem contribuído para reduzir a dependência externa ou produzido maiores avanços na capacitação tecnológica endógena. Além disto, amarram-se nestes procedimentos de abertura irrestrita do mercado financeiro nacional, a má administração dos recursos e o atendimento a interesses que nem sempre são os mais confessáveis.

A constatação deste quadro nos leva a temer pelas possibilidades de redistribuirão da riqueza, a partir dos mecanismos emergentes da inovação tecnológica.

Alguns autores são enfáticos quando se trata desta questão. Dejours (1987) alerta que:

"A automação aumenta extraordinariamente a produtividade dos poucos

3 - RATTNER, H. *Informática e Sociedade*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985, p.163.

4 - RATTNER, H.(op.citada), 1985, p. 164, grifo meu.

5 - FELDMANN, Paulo R., Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. Citado por Greco, Maurício. Medidas que evitarão agravar problemas sociais. São Paulo. *Folha de São Paulo: Caderno de Informática*. 05/08/87.

6 - FELDMANN, P.R., in: Greco, M. artigo citado FSP (05/08/87).

7 - FELDMANN, P.R., in: Greco, M. artigo citado FSP (05/08/87).

8 - FELDMANN, P.R., in: Greco, M. artigo citado FSP (05/08/87).

9 - Christophe Dejours chama atenção para este processo, que na prática, tem se tomado na França, mais um processo de seleção, principalmente, no caso dos trabalhadores imigrantes. DEJOURS, C. O Trabalho Desumano. in: *Revista INFO*, n. 52, mai.1987.

10 - RATTNER, H.(op.citada), 1985, p. 166.

que permanecem empregados, resolvendo a crise econômica e criando uma crise de emprego. Haverá, de um lado, produtores que serão ao mesmo tempo os consumidores porque são os únicos que têm trabalho e remuneração; e, de outro lado, uma imensa maioria vivendo de migalhas, dos restos dessa sociedade. O enriquecimento dos produtores/consumidores será enorme e o empobrecimento dos outros, fatal". Ratnner (1985) cita o diagnóstico de um estudo encomendado pelo clube de Roma:

"Longe de assegurar a plena realização de uma era de afluência e de consumo ilimitado, com a redução do trabalho e a expansão das atividades de lazer, conforme se depreende de um raciocínio formal sobre a lógica técnica da microeletrônica, os críticos apontam as origens das novas tecnologias no complexo industrial militar e em sua lógica social subjacente, cujos objetivos não conduzem certamente ao estado de bem-estar geral".¹¹

Minha intenção neste artigo não é a de reforçar um quadro apocalíptico da situação atual e de seus desdobramentos no futuro. Entendo que a prática social se dá no seio das contradições inerentes a esta mesma prática social e que a contradição entre capital e trabalho terá de ser superada, historicamente, nos embates que forem se estabelecendo entre os interesses de uma e de outra classe. O que me interessa é buscar na raiz das questões levantadas uma percepção mais abrangente e aprofundada que ajude a melhor orientar a prática no setor educacional.

A função da escola

Partindo do pressuposto de um compromisso com a construção de um mundo mais justo e humanizado, a análise feita aqui reforça a convicção na necessidade de instrumentalização das classes menos favorecidas, na perspectiva de contribuir com a possibilidade de que elas venham a construí-lo.

Um dos requisitos para isto é uma compreensão clara das questões que são postas em jogo e das relações que se estabelecem na prática social. Este requisito é fundamental para que os trabalhadores, organizados, possam exigir a implantação de um conjunto de medidas sociais e políticas capazes de reverter os impactos negativos do chamado "progresso técnico".

Quando vários professores afirmam a necessidade de se "qualificar os alunos", de "prepará-los para a vida exercendo um saber prático", o diagnóstico está correto, mas o quadro pode ser de pouca clareza se expressar os limites da ideologia dominante, cuja visão é imediatista e utilitária. Também a nível de nossos professores pode acontecer, como resultado das manobras de esvaziamento do saber escolar por anos a fio, de encontrarmos as mesmas dificuldades teórico-metodológicas que embaralham a visão de conjunto da situação educacional e que acabam atrapalhando a superação dos entraves colocados pelas contradições da prática social global.

"Para superar essa limitação (...) é preciso ir para além da imediatez tentando captar a totalidade, o que só é possível pela ação, buscando apreendê-la e compreendê-la como momento do conjunto da sociedade em seu processo histórico."

É necessário perceber a questão da construção do conhecimento na forma pela qual a sociedade capitalista produz e reproduz sua sobrevivência, o que, em última instância, é a sua lei básica. A dinâmica do capital combina diferentes processos. Combina processos de dissolução, preservação e instauração de novas relações de produção. Articula o desenvolvimento desigual e combinado. A história deste processo tem sido a de reduzir a autonomia e aumentar a produtividade. Contrariamente ao que o senso comum acredita, a ten-

11 - RATTNER, H. (op.citada), 1985, p. 167.

dência histórica do capitalismo não é a de uma qualificação irrestrita. Bravermann discute esta questão no interior do capitalismo monopolista:

"O capitalismo em sua fase eufórica conseguiu dar a impressão de que, ao invés de um proletariado cada vez mais miserável, como previra Marx, estaria criando e expandindo uma nova classe média, participe dos benefícios gerados (...). Ao contrário o capitalismo ao buscar um constante aperfeiçoamento dos meios de produção, ao aperfeiçoar a tecnologia utilizada nas fábricas e escritórios, transforma cada vez mais, o trabalho intelectual tradicional, cujos trabalhadores comporiam a nova classe média, em trabalho manual".

Começa a perder força até o contraste antes existente entre o pessoal do escritório e o pessoal do piso de fábrica uma vez que o próprio escritório se sujeitou à racionalização.

"As funções de pensamento e o planejamento tornam-se concentradas em grupos cada vez menores dentro do escritório, ao passo que para a massa dos demais passou a ser o lugar do trabalho manual"

De certa forma, funções que eram exercidas por funcionários com requisito de escolaridade média, são agora, executadas por pessoal menos instruído e mais barato para a empresa. Um exemplo típico deste processo é o caso da substituição dos equipamentos no comércio, na contabilidade, nos bancos, etc., que ao lado da eliminação de certas funções, desvaloriza umas tantas outras "como as dos contadores, caixas, secretárias, etc."

Estas considerações não significam, entretanto, mesmo do ponto de vista capitalista, que a escola não possua funções importantes a desempenhar para o sistema. Isto seria negar a assertiva de Marx de que não só a máquina é meio de produzir mais-valia, mas também

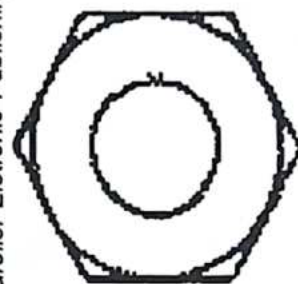
qualquer "outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho". Ou ainda conforme a explicação de Rossi (1980):

"A maquinaria moderna dinamizando a produção, operada por pessoal capacitado, intensifica o ritmo de trabalho aumentando a produtividade do trabalho e a geração do excedente. Mas o mecanismo pelo qual se obterá esse feito dinamizador, produtivo e reprodutivo, em relação ao trabalho desqualificado e rotinizado (...) será outro. Aumentar-se-á o excedente a ser apropriado pela empresa (...) instrumentada pela "racionalização" (...) ao mesmo tempo em que, sempre que as condições políticas o permitam, o capitalismo procederá ao aviltamento dos salários do trabalhador..."

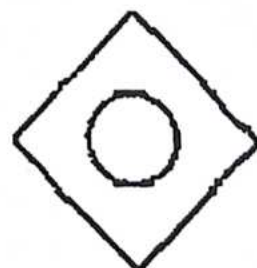
Diversos mecanismos de aviltamento dos salários têm sido utilizados. Mas aquele que diz respeito à substituição do pessoal mais qualificado pelo pessoal menos qualificado nos interessa, principalmente por exigir uma maior reflexão sobre um contra-senso que comprova ter o aperfeiçoamento tecnológico requisitado não a maior preparação escolar do trabalhador, mas, até, a dispensando:

"Há uma relação dialética entre a "subida" de poucos e a "descida" de muitos, entre a valorização do trabalho do operador altamente sofisticado e a desvalorização do trabalho dos que não precisam mais que repetir rotineiras e fracionárias operações. A subida dos escolhidos não é só necessária para a confirmação da ideologia das classes dominantes, é parte do mecanismo complexo de valorização - desvalorização do trabalho que nos dois sentidos aumenta o excedente apropriado pela empresa".


Por esta via é possível compreender que contraditoriamente, apoiado pelo crescimento do excedente, as classes dominantes têm interesses de que se estenda a oportunidade escolar universal-




hexagonal



square



“A máquina não precisa dormir, não pára amiúde para se alimentar, não reclama de baixos salários e não faz greve. Esta é uma possibilidade que a classe empresarial considera altamente promissora.”



mente.

A expansão da oferta educacional faz parte dos mecanismos da ideologia dominante que procura compor os interesses restritos da classe dominante como se fossem os interesses de toda a sociedade. Além de promover a “igualdade de oportunidades”, “a escola se incumbirá de prover, sempre que possível, o sistema com um número excedente de trabalhadores habilitados(...) de modo a garantir não só a mão-de-obra necessária, mas ainda um número suficientemente amplo de trabalhadores habilitados que, por não poderem colocar-se, dada a inexistência de empregos, farão pressão para serem admitidos (...) não só a um “salário de mercado” como, muitas vezes, abaixo dele, anulando, com sua pressão, os esforços dos trabalhadores no sentido de obterem melhores salários”.

No entanto, a educação escolar não é somente o palco da reprodução da ideologia dominante. A expansão das oportunidades educacionais, contraditoriamente, é também uma via de acesso do trabalhador ao saber produzido social e historicamente, um espaço fundamental de apropriação do instrumental teórico-metodológico necessário à elaboração do conhecimento, por ele produzido cotidianamente na luta pela sobrevivência:

“Apesar de todas as suas limitações, a escola é vital para o trabalhador e para seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao saber. E é só a partir das pressões que estabelecerá no seu interior, aliada aos esforços dos intelectuais progressistas e orgânicos, que a classe trabalhadora poderá forçá-la à democratização”

Considerações finais

O maior objetivo de toda esta discussão, é buscar alguns subsídios, que nos auxiliem no esclarecimento do grande equívoco que se comete ao imagi-

nar, que o aumento do conhecimento sobre informática, significa necessariamente, um “seguro” contra o desemprego. Aliás, esta questão de “preparar” para o mercado de trabalho, já se tornou uma questão clássica na educação.

O senso comum tende a ignorar a dinamicidade da prática social e os mecanismos que a atividade empresarial capitalista prefere utilizar para o preparo da mão-de-obra especializada de que tem necessidade (treinamento nas próprias empresas, em agências delegadas por elas - Senai, Senac - estágios em outras empresas, etc.).

Diante do temor de não estar “preparada”, a classe média procura “salvar a própria pele e a dos seus filhos”. Proliferam os cursos de informática para crianças, os cursinhos de programação, pais adquirem micros para seus filhos treinarem em casa etc. A pressão propagandística dos interessados na venda de equipamentos, aliada à exarcebação do modismo da ficção científica e à ausência de uma compreensão mais clara das regras de funcionamento da sociedade, acaba estourando como uma angústia da “falta de preparo” que, naturalmente, pressiona o sistema educacional (que por outro lado, não caso das escolas particulares, sentindo o potencial deste mercado e a necessidade de superar a concorrência, investe nele).

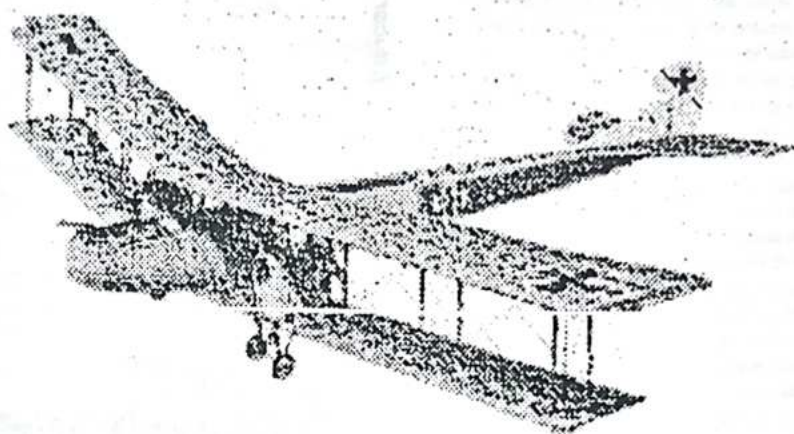
O equívoco reside exatamente no que se entende por “preparo”. No senso comum de grande parte das pessoas, isto significa “treinar” alguém para exercer tarefas específicas que estejam relacionados com possíveis possibilidades do mercado de trabalho. Mudanças no perfil da demanda, realinhamento do mercado por razões econômicas e/ou tecnológicas, somente são levadas em conta para definir um “modismo” educacional. Os aspectos concernentes à compreensão das relações que se esta-

belecem no complexo social que vivemos hoje, são, e no por acaso, freqüentemente colocados em plano secundário.

É evidente que a escola tem um papel a cumprir na formação da criança, inclusive no que diz respeito à sua qualificação profissional, mas, de maneira alguma, este papel é redutível ao treinamento de tarefas "práticas" e "funcionais". Contribuir para que as crianças, de fato, se insiram nesta realidade e nesta história exige da educação escolar uma outra qualidade de proposta. Exige o compromisso com a transmissão/assimilação do conhecimento que humanidade construiu até aqui. Exige o compromisso com a apreensão dos elementos necessários à sistematização e à compreensão dos questionamentos levantados pela experiência cotidiana. Exige que se construa claramente a noção de que este mundo é obra coletiva da humanidade, e que, como tal, todos devem ter direito a condições dignas de vida.

Há ainda um outro aspecto que gostaria de comentar aqui. Apesar da quase totalidade (97%) dos professores se manifestarem favoráveis à introdução da informática na educação naquele estudo do CEDIPAR, muitos deles levantaram preocupações com relação aos limites objetivos desta possibilidade. Entre as dificuldades apresentadas, a principal delas dizia respeito aos altos custos dos equipamentos e à escassez de assistência técnica especializada em diversos locais.

Estas colocações refletem, sem dúvida, um dos aspectos mais polêmicos da questão da implantação da informática no ensino público: a questão dos altos investimentos necessários para que tenhamos uma ação realmente abrangente e não nos limitemos às "experiências" elitizantes. Embora eu concorde que este é um problema a se equacionar, principalmente pela falta de resultados mais objetivos quanto aos be-



nefícios desta medida em comparação com uma série de outras medidas que urge serem tomadas na educação brasileira (como a universalização do ensino básico, por exemplo), tenho por princípio não descartar a possibilidade, e a necessidade, de transformar este quadro para uma perspectiva mais favorável à classe trabalhadora. Esta minha convicção advém de tudo o que já foi dito aqui sobre a irreversibilidade do processo de informatização da sociedade e o seu alto potencial concentrador de poder. Não gostaria também, de engrossar a fileira daqueles que, vislumbrando a "escassez de recursos", passam a rejeitar pura e simplesmente qualquer inovação. Compreendo que a história das "inovações" no Brasil, principalmente na área educacional, tem sido trágica, mas entendo que não devemos cair no outro extremo, o de uma postura um tanto elitista que vê como solução para o problema dos recursos limitados na educação, o "barrateamento" do ensino público.

Minha proposta é que busquemos delinear com clareza cada vez maior as necessidades desta educação que entendemos fundamental para os interesses da classe trabalhadora e, dentro dos limites objetivos que se colocam, tanto de ordem material como ideológica, procuremos ampliar os espaços, os recursos e as possibilidades de uma educação coerente com estes interesses.

"Diante do temor de não estar "preparada" a classe média procura "salvar a própria pele e dos seus filhos". Proliferam cursos de informática para crianças, pais adquirem micros...."



“O sucesso e o funcionamento do poder disciplinar se devem ao uso de instrumentos simples como o olhar hierárquico”

Interdisciplinaridade: meta ou mito¹?

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri
Professor do Departamento de Fundamentos Epistemológicos da Educação no Departamento de Estudos Especializados em Educação - CED/UFSC

O artigo focaliza uma experiência de interdisciplinaridade desenvolvida pelo Ciclo Básico da PUC / SP na década de 1970, assim como a teoria que naquela época servia de referência, problematizando-as a partir da concepção de saber e de poder elaborada por Michel Foucault. Evidencia, com isso, a necessidade de se considerar as relações de poder disciplinar, ao se buscar elaborar o saber numa perspectiva interdisciplinar.

¹ Este artigo foi elaborado com base no texto-roteiro da aula apresentada como prova didática do Concurso a Professor Titular em Fundamentos Epistemológicos da Educação, realizada dia 26 maio de 1993. Prefiro manter em notas de rodapé as citações para que o leitor tenha a possibilidade de aprofundar a reflexão sobre argumentação que encontrará de forma concisa no corpo do artigo.

A interdisciplinaridade está na ordem do dia. Muito se escreveu no Brasil nas últimas três décadas². Trata-se de um debate árduo em torno da conceituação de interdisciplinaridade, uma “tarefa inacabada”³ sobre um fenômeno que “está muito longe de ser evidente”⁴.

Em muitos processos de reforma acadêmi-

ca, inclusive nesta Universidade Federal de Santa Catarina, a interdisciplinaridade apresenta-se como um dos princípios pedagógico-científicos propostos como fundamentais. Mas será mesmo uma meta viável na estrutura escolar vigente? Sob que condições pode-se evitar que se torne mais um mito? Um mito que serviria para camuflar contradições estruturais da prática pedagógica e

científica e manter intactas as regras instituídas por um jogo desigual de saber-poder...

Aqui pretendemos apenas chamar a atenção para o problema. Com esta perspectiva, vamos focalizar, primeiramente, uma experiência de interdisciplinaridade: a que foi realizada na proposta de "Ciclo Básico" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, particularmente durante toda a década de 1970. Procuraremos, em seguida, comparar a concepção de interdisciplinaridade, assumida nesta experiência, com seu conceito predominante naquele período. Por fim, tentaremos nos apoiar na teoria de saber-poder disciplinar de Michel FOUCAULT, para problematizar as possíveis razões estruturais dos impasses encontrados. Com esta reflexão, pretendemos levantar uma hipótese de análise sobre as (im)possibilidades da prática interdisciplinar na universidade: a articulação efetiva entre áreas e sujeitos de saber científico (pretendida pelas propostas de interdisciplinaridade) só se tornaria possível na medida em que se superarem as estruturas e os mecanismos de poder disciplinar.

Interdisciplinaridade na PUC/SP

O Ciclo Básico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP) foi criado em 1971, implementando a determinação da Reforma Universitária (Lei 5540/68 e Decreto-lei 464/69), que previa a criação de Primeiro Ciclo, o primeiro ano do curso de graduação, para introduzir os alunos na vida universitária. A proposta da PUC / SP significou uma tentativa de se constituir numa proposta inovadora, na medida em que incorporava uma preocupação humanista⁵, uma concepção da aprendizagem como processo⁶, assim como a intenção de promover a interdisciplinaridade (FLEURI, 1982:13-8).

Procurou-se viabilizar a "integração disciplinar" em nível de alunos, professores e coordenação.

Em nível de alunos, esperava-se facilitar a interdisciplinaridade pela formação de turmas de alunos matriculados em diversos cursos. Em nível de professores, a interdisciplinaridade era procurada nas equipes de professores das "disciplinas comuns" ao elaborar os respectivos programas pedagógicos, cuja integração era buscada em nível de coordenação geral, tendo como referência os objetivos gerais do Ciclo Básico. A articulação entre os professores se dava também nas "interequipes", formadas por professores, da mesma turma, que se reuniam periodicamente para avaliar conjuntamente o desempenho

de seus alunos.

Concepção de Interdisciplinaridade

A prática do Ciclo Básico pretendia efetivamente superar o caráter pluri- ou multidisciplinar⁷, de simultaneidade ou justaposição de "disciplinas", para construir um grau superior de cooperação e coordenação das várias áreas de saber, em torno de objetivos e métodos comuns. Isto se materializava na formulação de objetivos e programas pedagógicos comuns. Da mesma forma, a metodologia proposta pretendia implementar a "intensidade de trocas" em todas as relações pedagógicas, ou seja, entre os professores (nas equipes e interequipes) entre professores, monitores e alunos (nas salas de aula), buscando uma relação de "diálogo e confiança mútua".

O Ciclo Básico funcionava, pois, com base na programação pedagógica elaborada em equipes de professores de cada disciplina, tendo os objetivos gerais comuns como ponto de partida e de articulação conjunta dos planos pedagógicos. Tal articulação ocorria seja mediante o trabalho da Coordenação, seja através das discussões realizadas nas "interequipes" de professores. Neste trabalho, JAPIASSU, certamente poderia reconhecer um empreendimento interdisciplinar, na medida em que conseguiu "incorporar os resultados de várias especialidades (...), a fim de fazê-los *integrarem e convergirem*, depois de terem sido comparados e julgados" (1976:75). Tal coordenação - reforçaria JANTSCH - procede de um nível superior que define a finalidade da ação conjunta

Obstáculos à Interdisciplinaridade

Vários estudos revelam o surgimento de dificuldades de integração em diferentes níveis da prática do Ciclo Básico. Entre os alunos, percebeu-se a formação de grupos fechados e não disponíveis à mudança. O monitor assumia atitudes de vigia. Os professores das "disciplinas comuns" simplesmente desconheciam os das "específicas". Entre os professores das disciplinas comuns, a integração era buscada através de uma programação articulada pela Coordenação Geral, assim como pelas discussões nas "interequipes". Mas a Coordenação não conseguia mais que uma articulação formal entre as programações das cinco equipes de professores. E as interequipes gastavam todas suas energias em avaliar o desempenho de cada aluno, mediante o registro e a comparação dos registros elaborados durante as aulas.

Diante destes fatos, impõe-se perguntar so-

⁵ A mais recente dissertação de mestrado sobre o assunto, no Brasil, defendida em abril de 1994 é a de Maria Isabel Batista Serrão, *Interdisciplinaridade e ensino: uma relação insólita*. São Paulo, PUCSP, 1994. A autora, em sua revisão de literatura, relaciona 116 textos, na maioria (94) publicados entre 1990 e 1993. As reflexões feitas até agora no Brasil, em sua grande maioria, têm como referência principal a teoria desenvolvida a partir dos trabalhos de Hilton Japiassu (cuja primeira publicação sobre o tema foi *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, em 1976) e dos de Ivani Fazenda (cuja tese de mestrado foi publicada em 1979 sob o título *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?*). A relação de dissertações, teses, livros e artigos publicados sobre o assunto evidencia a influência direta, por assumir a mesma matriz teórica, ou indireta, por criticar a linha de análise desenvolvida por estes autores no enfoque dado à questão. Para Maria Isabel Serrão (1994: 10-11) a controvérsia principal em torno da "interdisciplinaridade" aparece no debate em que "uns a defendem enquanto atitude, postura, novo modo 'de ser e ver o mundo', na tentativa de buscar respostas aos inúmeros problemas encontrados, tanto no pantanoso campo da pesquisa educacional, quanto no do ensino. Outros, no entanto, a rejeitam, por compreendê-la como mais um 'modismo' caracterizado não só pelo desprezo de um certo rigor científico como também pela desconsideração dos determinantes históricos, sócio-políticos, culturais e psicológicos que a configuram".

⁶ A conceitualização de interdisciplinaridade é, sem dúvida, uma tarefa inacabada: até hoje não conseguimos definir com precisão o que vem a ser essa vinculação, essa reciprocidade, essa interação, essa comunidade de sentido ou essa complementariedade entre várias disciplinas. É que a situação de interdisciplinaridade é uma situação da qual não tivemos ainda uma experiência vivida e explicitada, (...) sendo ainda processo tateante na elaboração do saber, na atividade de ensino e de pesquisas e na ação social" (Severino, 1988:11, apud Serrão, 1994: 11-12)

⁷ (...) o fenômeno interdisciplinar está muito longe de ser evidente. Por estar ganhando uma extensão considerável, merece ser elucidado, tanto no nível de seus conceitos, de seu domínio de investigação, quanto em sua metodologia própria e ainda incipiente" (Japiassu, 1976:08. Citado também por Serrão, 1994: 11)

A filosofia humanista se configurava na preocupação de "formar o aluno como homem e como profissional", promovendo a "formação da consciência crítica" através de cinco "disciplinas comuns": "Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo", "Antropologia e Realidade Brasileira", "Psicologia", "Metodologia Científica" e "Comunicação e Expressão Verbal". Estas disciplinas chamavam-se de "comuns" porque todos os alunos ingressantes nos diversos cursos deviam fazê-las. Além delas, o Ciclo Básico previa duas "disciplinas específicas" com o objetivo de introduzir o aluno ao curso pelo qual optou.

A preocupação com o processo da aprendizagem enfatizava a necessidade de planejamento das atividades pedagógicas, elaborado pelas equipes de professores responsáveis pelas cinco disciplinas comuns, e articulado por uma Comissão Coordenadora em torno de objetivos comuns (que convergiam para a "formação da consciência crítica"). O programa das disciplinas era visto como meios para suscitar processos criativos na relação entre professor e alunos. Nesta relação, aparecia também a figura do monitor, como um auxiliar do professor para facilitar uma relação de diálogo e confiança mútua. A avaliação foi proposta no sentido de se fazer verificação contínua da correlação dos objetivos propostos com o desempenho dos alunos, do professor e do monitor. A avaliação era concebida também como conjunta, pois a observação e os registros sobre o desempenho de cada aluno feitos por um professor deviam ser comparados com os dos colegas para se fundamentar uma deliberação consensual sobre a promoção ou reprovação do aluno.

⁸ Tanto o multi- quanto o pluridisciplinar realizam apenas um agrupamento, intencional ou não, de certos 'módulos disciplinares', sem relação entre as disciplinas (o primeiro) ou com algumas relações (o segundo): um visa à construção de um sistema disciplinar de apenas um nível e com diversos objetivos; o outro visa à construção de um sistema de um só nível e com objetivos distintos, mas dando margem a certa cooperação, embora excluindo toda coordenação" (JAPIASSU, 1976:73).

* ... para nós, 'disciplina' tem o mesmo sentido que 'ciência'. E 'disciplinidade' significa a exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, isto é, o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos do ensino, da formação, dos métodos e das matérias; esta exploração consiste em fazer surgir novos conhecimentos que se substituem aos antigos" (JAPIASSÚ, 1976:72).

A interdisciplinaridade implica numa "axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade" (JANTSCH, E. "Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation", in OCDE, *L'interdisciplinarité*, 1972, p. 108-109, apud JAPIASSÚ, 1976:74).

"Podemos dizer que nos reconhecemos diante dum empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrar e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Onde podemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos" (JAPIASSÚ, 1976:75).

"Em nível de interdisciplinaridade, ter-se-ia uma relação de reciprocidade, de mutualidade, ou melhor dizendo, um regime de co-propriedade que iria possibilitar o diálogo entre os interessados. Neste sentido, pode dizer-se que a interdisciplinaridade depende basicamente de uma atitude. Nela a colaboração entre as diversas disciplinas conduz a uma "interação", a uma intersubjetividade como única possibilidade de efetivação de um trabalho interdisciplinar" (FAZENDA, 1978:26).

Neste sentido, a perspectiva de análise do poder desenvolvida por Foucault parece muito fecunda: "o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de divagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de sêne, convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos" (Foucault, 1988:90).

Estes métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de 'disciplinas'. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo; nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (...) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco a aprofundar sua sujeição, mas à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política de corpos que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe" (FOUCAULT, 1977:126).

O poder disciplinar (...) organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e

bre as razões destas dificuldades.

Hilton JAPIASSÚ, seguindo as pegadas de Georges GUSDORF, identifica quatro tipos de obstáculos à prática interdisciplinar: epistemológico, institucional, psicossociológicos e cultural (JAPIASSÚ, 1976:94-7).

A própria história das ciências evidencia que cada disciplina, uma vez emancipada da filosofia, subdivide-se em setores autônomos, constituindo uma linguagem própria, que encerra o conhecimento num espaço fechado sem comunicação com outras linguagens (obstáculo epistemológico). Tal separação do saber é consagrada pelas instituições de ensino e pesquisa (obstáculo institucional), que criam uma multiplicidade de compartimentos estanques cada vez mais restritos, fomentando a concorrência e conflitos de poder, que esterilizam o avanço da produção científica (obstáculo psicossociológico). A separação rígida das disciplinas é, ainda, agravada pelas diferenças culturais e legitimada por determinadas correntes filosóficas.

Ivani FAZENDA acrescenta, ainda, obstáculos metodológicos, materiais e quanto à formação.

Limites teóricos

O nível de explicação, proporcionado por JAPIASSÚ e FAZENDA, nos permite entender que as tentativas de integração entre diferentes disciplinas no processo pedagógico do Ciclo Básico, envolvendo alunos, monitores, professores, administradores, esbarraram em dificuldades inerentes à própria constituição das ciências e das relações burocráticas de poder, agravadas pelos obstáculos psicossociais e culturais, além das exigências metodológicas, pedagógicas e materiais. Tal explicação, mesmo sendo contundente e esclarecedora como constatação dos problemas inerentes à implantação de um trabalho interdisciplinar, pouco contribuem para sua solução, pois se constata como causa do fracasso da proposta interdisciplinar os próprios obstáculos que esta pretende superar.

Para superar o círculo explicativo vicioso, assim como o imobilismo decorrente, é preciso buscar uma outra chave teórica que dê conta de problematizar mais profundamente a questão, no sentido de se explicitar em um nível mais fundamental as contradições emergentes e apontar perspectivas mais radicais de superação.

Os estudos de Michel FOUCAULT, na linha da arqueologia do saber e da genealogia do poder, talvez possam nos oferecer alguns subsídios.

Ao pesquisar o aparecimento histórico das

Ciências Humanas, FOUCAULT (1990) constata que elas são o produto de uma interrelação de saberes, que revela uma ordem interna, constitutiva do saber, a qual ele chama de "épistémè". Para FOUCAULT, em uma cultura e em dado momento só existe uma "épistémè" (daí seu aspecto de globalidade) e revela um "a priori" histórico (daí sua profundidade), que torna possível os diversos saberes e a própria ciência. Assim, a formação dos saberes e a relação entre eles devem ser buscadas não em nível gramatical (das frases), nem lógico (das proposições), mas em nível dos enunciados que constituem um discurso.

Concepção de saber-poder disciplinar

Ao buscar entender o porquê dos saberes, FOUCAULT explica sua existência e suas transformações como dispositivos de relações de poder. Através de suas pesquisas sobre o nascimento da prisão e dos dispositivos de controle da sexualidade, Foucault vê delinearem-se formas locais e institucionais de exercício de poder diferentes do poder exercido pelo Estado¹⁰. Trata-se de poderes moleculares e periféricos que, embora articulados com o aparelho de Estado, não foram absorvidos por este. Foucault identifica este tipo de poder como "poder disciplinar"¹¹.

A disciplina distribui os indivíduos no espaço, estabelece mecanismos de controle da atividade, programa a evolução dos processos e articula coletivamente as atividades individuais. Utiliza recursos coercitivos como a vigilância, sanções e exames (cf. FOUCAULT: 1977: 123-204).

A distribuição dos indivíduos no espaço, mediante a cerca, o quadriculamento, a fila, forma um *quadro* real e ideal que permite identificar, classificar e controlar os indivíduos. O *quadro* é, assim, um processo de saber porque permite classificar e verificar relações. É uma técnica de poder, porque permite controlar um conjunto de indivíduos.

O controle das atividades é feito mediante o horário, que induz os indivíduos a se dedicarem e cumprirem fielmente o que foi pré-determinado. Além disso, para obter maior eficácia e rapidez, a disciplina impõe uma relação entre um gesto e a atitude global do corpo, assim como entre o gesto e o objeto. Tal eficiência aumenta na medida em que tal *manobra* respeita e incorpora as exigências e o comportamento natural do corpo.

Além de esquadriinhar o espaço, de subdividir e recompor as atividades, a disciplina capitaliza o tempo e as energias dos indivíduos, de

maneira que sejam susceptíveis de utilização e controle. E isto mediante quatro processos: divisão da duração em segmentos, organização de seqüências, finalização de cada segmento por uma prova, estabelecendo-se séries temporais diferenciadas. Tais mecanismos, que garantem a formação evolutiva do indivíduo constituem o exercício.

As instituições disciplinares ainda articulam os indivíduos como um **aparelho** eficiente. Neste aparelho, o indivíduo torna-se um elemento que se pode movimentar e articular com os outros. Da mesma forma, a série cronológica de uns deve se ajustar ao tempo dos outros, de modo que as forças individuais sejam aproveitadas ao máximo e combinadas num resultado ótimo. Por fim, esta metódica combinação exige um sistema preciso de comando, baseado em sinais definidos, que provoque imediatamente o comportamento desejado. Tais processos se realizam na **tática**.

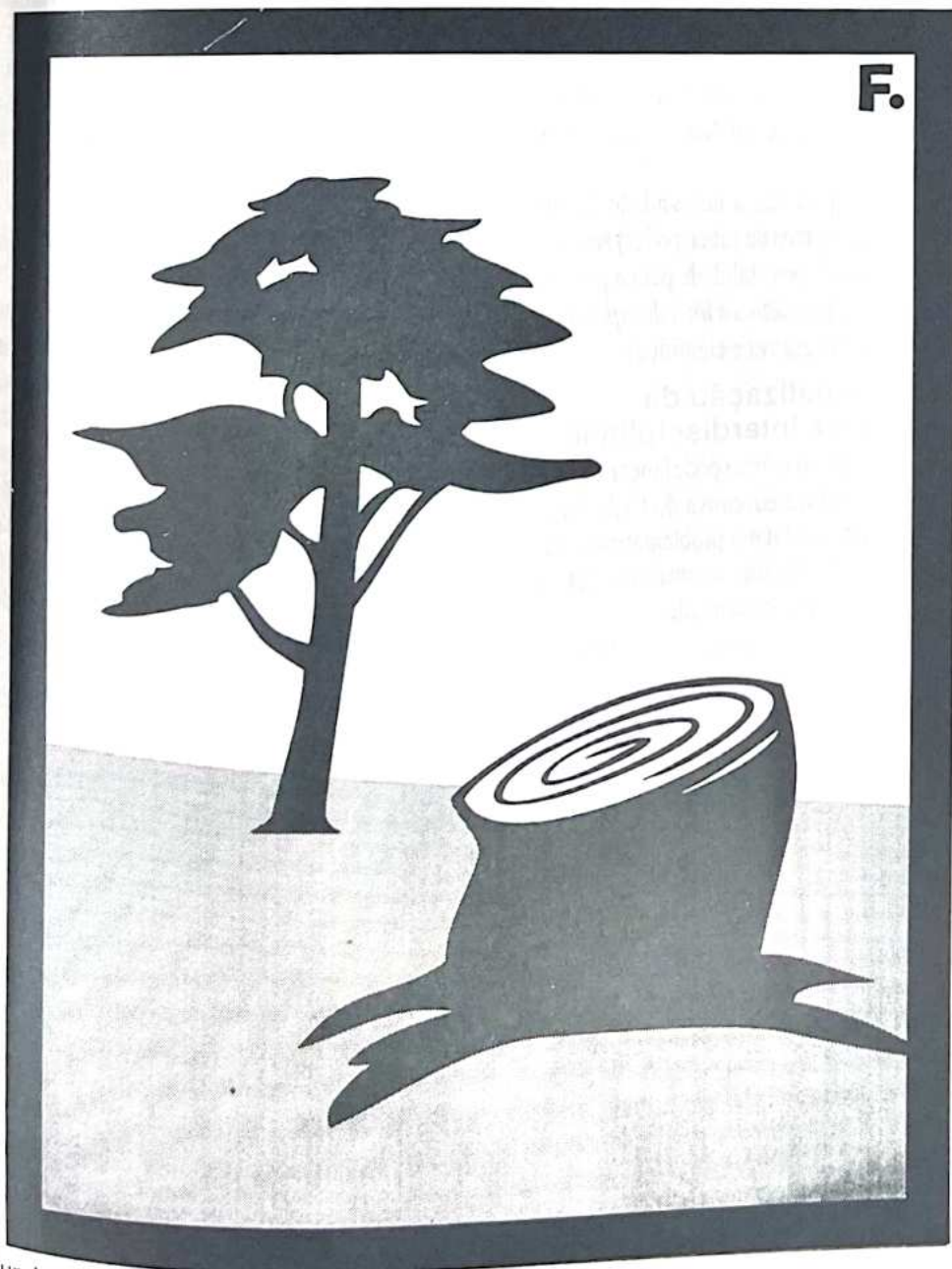
A disciplina constitui-se, pois, num conjunto de mecanismos, que esquadriham o espaço, decompõem e recompõem as atividades para adequar os gestos com as atitudes e objetos, estabelecem a seriação dos atos e a acumulação de forças, compõem as forças individuais sob comando centralizado.

O sucesso e o funcionamento do poder disciplinar se devem ao uso de instrumentos simples como o **olhar hierárquico**¹², a **sanção normalizadora**¹³ e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o **exame**¹⁴.

Disciplina: ciência ou estrutura de saber-poder?

Evidentemente, a concepção de "disciplina", expressa por Foucault difere da concepção de "disciplina" tomada acima, de H. Japiassú. Este identifica "disciplina" com "ciência", enquanto um específico "domínio homogêneo de estudo". E Foucault entende "disciplina" como um tipo de poder que torna as pessoas "dóceis e produtivas".

"... a metodologia proposta pretendia implementar a "intensidade de trocas" em todas as relações pedagógicas".



lateralmente, essa rede 'sustenta' o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um 'chefe', é o aparelho inteiro que produz 'poder' e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo" (FOUCAULT, 1977:158).

¹³ "Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem à expiação, nem mesmo exatamente à repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto - que se deve fazer funcionar como base mínima, como medida a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a 'natureza' dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida 'valorizadora', a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal. A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, *normaliza*" (FOUCAULT, 1977:163).

¹⁴ "O exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória" (FOUCAULT, 1977:171).

¹⁵ "A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (...) Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada" (FOUCAULT, 1977:127).

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade: uma análise da legislação do ensino brasileiro de 1961 a 1977.** (Tese de Mestrado). São Paulo, PUCSP, 1978, 111p.

FLEURI, R.M. **Consciência crítica e universalidade.** (Tese de Mestrado). São Paulo, PUCSP, 1978, 81p.

— **O Ciclo Básico da PUCSP: uma proposta inovadora?** São Paulo: Loyola, 1982, 48p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** 5ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990, 408p.

— **Microfísica do poder.** 6.ed. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986, 296p.

— **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1977, 278p.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976, 220p.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1981, 218p.

SERRÃO, Maria Isabel Batista. **Interdisciplinaridade e ensino: uma relação insólita.** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUCSP, 1994, 134p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, Jeanete M.D. **Serviço social e interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 1989.

vas"

Mas podemos também entender a ciência como uma forma de saber constituído a partir das relações de poder disciplinar.

Com efeito, a disciplina (para Foucault) aparece como o conjunto de mecanismos de poder que individualizam o homem, subjugando-o a um quadro classificatório e serial de relações. E os saberes se configuram como dispositivos que, produzidos nas relações de poder, se tornam constitutivos de poder, na medida em que compõem, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Por isso, a crescente especialização e fragmentação das ciências, mais do que expressão de uma "patologia do saber", são produzidas a partir da própria estrutura do poder-saber disciplinar. Neste sentido, qualquer tentativa de integração de pessoas ou saberes em instituições disciplinares (como a universidade), sem subverter radicalmente a máquina classificatória do saber-poder disciplinar, aparece como quimera. Pelo contrário, as tentativas de articular os discursos, em nível da linguagem e da lógica, desconhecendo a *épistémè* que configura seus enunciados e desconsiderando as relações de poder disciplinar que os sustentam, acabam servindo para camuflar e perpetuar tais relações de poder.

Em outras palavras, a necessidade da *anti-disciplina* (em termos de saber-poder) se coloca como condição de possibilidade para a proposta de articulação, que motiva a *interdisciplina* (quanto prática educativa e científica).

Problematização da proposta interdisciplinar

Este referencial teórico pode lançar algumas luzes sobre a prática educativa do Ciclo Básico da PUC/SP e possibilitar a problematização das dificuldades enfrentadas, ao implementar sua proposta de interdisciplinaridade.

Em primeiro lugar, podemos nos perguntar se a proposta do Ciclo Básico da PUCSP, que se apresentava como pedagogicamente inovadora, não teria sido - do ponto de vista do saber-poder disciplinar - conservadora ou mesmo reacionária?

Tal questão se justifica, pois, à primeira vista, as inovações propostas na experiência do Ciclo Básico mantiveram intactos os mecanismos básicos do poder disciplinar. Com efeito, mantém-se a divisão espacial que separa os professores em equipes, os alunos em turmas, individualmente identificados pelo "espelho de classe" (quadro de fotografias que permite ao professor identificar visualmente seus alunos); o controle das atividades mediante o horário e a rotina das atividades didáticas; os exercíci-

os didáticos minuciosamente programados pelos planos pedagógicos, garantindo a progressão serial e classificável do desempenho dos alunos; a articulação global das atividades pedagógicas, mediante a padronização definida pelos objetivos e procedimentos metodológicos. Da mesma forma, o que se chamou de avaliação contínua e conjunta aparece como um novo sistema de *exame*, que se configura como *vigilância* perpetrada pelo sistema de observação constante e de registro minucioso do comportamento dos alunos, assim como agravamento da *penalidade*, mediante a ampliação do sistema de aprovação ou reprovação simultânea em todas as disciplinas.

Em segundo lugar, podemos nos perguntar se a proposta do Ciclo Básico não acabou agudizando a dominação nas relações pedagógicas, mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos disciplinares de poder.

Neste sentido, chamam atenção algumas constatações - consideradas irrelevantes ou negativas - como o fato de que monitores assumissem "atitudes de vigia", ou que os alunos formassem "grupos fechados e não disponíveis à mudança" (FLEURI, 1982:27), questionando a "estrutura das relações pedagógicas", consideradas "massificantes" e coercitivas, ou ainda que o conteúdo era estudado superficialmente, ou que o método era "cansativo", etc. (FLEURI, 1978:20-1). Estas reações não seriam sinais da resistência ao poder disciplinar maquiado?

Por fim, poderíamos ainda questionar se, neste contexto, o discurso "humanista", que justificava a proposta de objetivos (formação da consciência crítica) e da metodologia (baseada no diálogo e confiança mútua entre professor-aluno), assim como a "proposta de interdisciplinaridade" não se constituem como dispositivos de poder, na medida em que velam os conflitos emergentes nas relações pedagógicas e induzem todos a se submeterem aos mecanismos disciplinares?

Em suma, a concepção de *poder disciplinar* nos permite, a uma certa distância no tempo, questionar se a experiência de interdisciplinaridade desenvolvida no Ciclo Básico da PU/CSP na década de 70, estaria de fato conservando relações de dominação, ao manter os dispositivos disciplinares, legitimados por um "inovador" discurso, que propõe uma visão "humanista", "dialógica" e "interdisciplinar". Esta reconstrução e problematização de uma memória histórica nos alerta para a necessidade de se explicitar e enfrentar as relações de poder disciplinar, a partir das quais atualmente estão se configurando discursos e projetos de interdisciplinaridade.

Sobre a Tirania

Quando comecei a lecionar na UFSC, em 1978, cansei de ouvir dos outros professores, principalmente dos mais antigos, a história da denominação dos graus de nossa carreira. Naquela época, compunha-se o quadro de professor permanente apenas de assistente, adjunto e titulares, sendo que as duas primeiras denominações estavam relacionadas à última; em outras palavras, elas expressavam com nitidez o vínculo hierárquico existente, já que o professor titular era catedrático, era ele quem ditava as diretrizes a serem usadas por seus subordinados no ensino. Em outras palavras, repetindo a venenosa piada corrente na época, o professor assistente era aquele que assistia o catedrático, e lhe servia para apagar o quadro.

Assim, vivia-se diretamente a tirania do catedrático. Como é comum na tirania (veja-se o sentido original da palavra), a situação dos tiranizados poderia ser mais ou menos problemática, dependendo das "luzes" de que fosse dotado seu tirano imediato - em ciência, em esclarecimento, na generosidade que deveria ser essencial a cada professor.

Durante estes anos, no bojo de nossas lutas pela carreira, pela isonomia, pelo ensino público e gratuito, pelos nossos salários, muitas vezes discutimos tal história, muitas vezes foram propostas mudanças nas designações dos níveis de carreira, especialmente quando se olhava a carreira das extintas fundações federais. Cada uma delas tinha uma forma diferenciada de organização do magistério, algumas até por designação numérica. E falava-se então na "democratização" da carreira, em usar nomes que expressassem a realidade, já que fazemos todos o mesmo tipo de trabalho, independente do nível em que nos encontramos no quadro do magistério.

Henfil costumava dizer que o Brasil é o país da semântica. O mundo do risível é um mundo que põe de pernas para o ar o mundo real, tornando-o, como diz Curtius, um mundo às avessas. Henfil não foge à regra; assim, sua semântica é uma semântica ao contrário: quando se dizia "os ventos democráticos varrem o país", ele mostrava manifestantes apanhando da polícia, e assim por diante, evidenciando o contraste entre o discurso e a realidade. Em outras palavras, muda-se o discurso, mas a realidade continua a mesma... Assim, o estranhamento causado pela designação usada pelo cartunista mineiro torna-se clara, apesar de invertida: o Brasil é o país da semântica estática, mas da sintaxe flutuante e enganadora.

Regina Carvalho Pacheco
Professora do DLLV - UFSC



Em outras palavras, usam-se pseudônimos para os bois, parafraseando o filósofo Millôr Fernandes. Quem quiser saber o que isto significa, na prática, basta acompanhar as propostas levantadas na estatuinte, totalmente esvaziada de qualquer interesse da comunidade acadêmica.

Pois no decorrer destes catorze anos de universidade, muitas mudanças ocorreram. Colegas concluíram mestrado, saíram para doutorado, fizeram concurso para titular. Como o doutoramento não altera personalidades, apenas lhes dá segurança maior, alguns colegas permaneceram as mesmas pessoas simples, apenas agora mais especializadas, e com a atribuição de aulas no Pós e orientações protocolares. Outros porém, passaram por um maravilhoso processo de peagadeusificação e, montados no alto de seu Olimpo particular, ocupam-se em lançar seus raios contra qualquer tentativa dos "mortais", por mais "heróicos" que sejam eles, de fazer seja o que for, de maneira independente, como se simples mestres ou especialistas não mais tivessem competência para qualquer coisa.

Antes, os discursos rezavam que a competência não se expressa pela titulação. Agora, a titulação é só o que conta, embora haja alguns doutores mais, outros doutores menos competentes - em sua própria classificação. Como na *Animal Farm* de George Orwell, todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros...

Dá para notar que estou sendo sarcástica? Dá para notar que estou zangada? Pois bem, vou lhes explicar porque. A causa imediata é a procura que tenho tido, por alunos da graduação, para lhes orientar projetos de pesquisa. Sou especialista em Linguística, estou concluindo mestrado em Teoria da Literatura - e sei que o CNPq exige mestrado como título mínimo para orientação de tais projetos. Em vista disso, encaminho os alunos para os professores mestres mais adequados para o tipo de pesquisa que os acadêmicos estão interessados em fazer, na segurança de que satisfazem (os professores), os quesitos exigidos pelo CNPq e, por decorrência, de outras financiadoras de pesquisa. Para minha surpresa, daqui a pouco os alunos vêm de volta, pois os colegas mandaram dizer que nem adianta tentar, pois, na UFSC, se o orientador não tiver doutorado, o projeto nem sequer será levado em consideração.

Ora, sempre defendemos, neste caso específico, que o que deveria contar, que o item mais importante a ser avaliado, deveria ser a qualidade do projeto. Fui confirmar com as pessoas que havia indicado, e ouvi histórias e histórias ratificando a informação inicial: os projetos que não são orientados por doutores às vezes não são sequer lidos. A triagem inicial se baseia neste critério: descartam-se de início os orientadores sem doutorado. E, dizem as más línguas, a triagem seguinte passa pelos "bons doutores" e pelos "maus doutores". Em que ponto entra o projeto, ninguém soube dizer.

Minha primeira reação foi de completa perplexidade; a segunda, de revolta. Mas a minha reação final acaba sendo sempre o riso, para minha sorte, talvez. Porque eis-nos aqui, ironicamente, de volta ao começo: se a universidade saiu da época em que o titular era o tirano do saber, nós completamos um giro de vinte anos e estamos de volta à mesma situação. Mudaram os nomes, usaram-se pseudônimos, mas a semântica, ah, a semântica é exatamente a mesma...

Alfred Weber

Estilo De Pensar Através Da Sociologia

A Alfred Weber considerava-se um representante de uma profunda historicização da pesquisa sociológica. A sociologia é sociologia histórica ou não é sociologia, argumentava ele. Esse ponto de vista voltava-se sobretudo contra o empiricismo a-histórico e destituído de espírito (*geistloser Empirismus*).

Quanto ao conteúdo, a obra de Alfred Weber estende-se de trabalhos específicos e teóricos sobre a economia (*National-ökonomie*), de estudos sobre mudanças culturais e a sociologia da cultura até uma teoria da história universal. Alfred Weber não deixou nenhuma dúvida em aberto no seu pensamento quanto à sua convicção de que a história não ensina, de que ela não nos brinda com verdades e orientações da nossa ação. Além disso a perscrutação do futuro não dizia respeito à sua especialidade. "A história", dizia ele, "responde somente às questões, que lhe endereçamos. Ela não responde a partir de si mesma" (Alfred Weber, 1950, p. 27). Além disso ela não nos dá nenhuma resposta, mesmo por ocasião da mais cautelosa "síntese de dados históricos isolados" (*ibid.*). No entanto, era para ele um ponto pacífico que o homem deveria descortinar "o complexo total dos fatos" (*ibid.*), na busca da resposta às suas indagações. A finalidade da profunda compreensão da história de Alfred Weber é o autoconhecimento do homem. "A história é o que foi feito por nós, por isso podemos reconhecer-nos nela" (*ibid.*, p. 26). Weber estava firmemente convicto de que uma sociologia histórica, como ele a compreendia, poderia ajudar os homens a reconhecer melhor e em maior profundidade as situações historicamente surgidas como condições da ação na e sobre a história contemporânea (*gegenwärtigen Handelns und Gestaltens*), para que eles pudessem destarte perceber as possibilidades da sua liberdade e a sua obrigação à responsabilidade. Não serão atuais as perguntas feitas por

Weber: "Onde estamos, afinal de contas? De que tipo é a mudança fundamental, que sentimos em nós e ao redor de nós? O que podemos e devemos esperar?" (*ibid.*)

A análise histórica de Weber culminava freqüentemente em uma sinopse e orientação: "A própria história, considerada na sua totalidade, não tem um sentido objetivo, que possa ser percebido pela visão humana. Mas ela é um gigantesco instrumento do auto-conhecimento e leva assim ao sentido do homem... Pois a salvação do homem está na tentativa de cumprir a sua determinação em meio a um mundo, que não pergunta diretamente por ele; ela está, portanto, na tentativa do homem ser homem (*Mensch*)" (Alfred Weber, 1949). No centro da compreensão da sociologia de Weber está a sua idéia, a sua visão do papel ativo do sujeito social, da personalidade no processo histórico, das possibilidades e da atuação da liberdade humana como força plasmadora da história. É certo que na sua doutrina a relevância dessa formulação do problema relegava muitas vezes a questão da objetividade da vida social e do conhecimento racional da sociedade a um plano excessivamente secundário, mas na observação e na análise de situações e problemas sociais concretos Alfred Weber chegava a resultados sociológicos impressionantemente seguros. De resto, não é difícil ignorar que toda a sua obra é perpassada por uma antítese e uma tensão interna entre a sociologia como ideologia, como visão, e a sociologia como ciência. Na história da sociologia alemã, Alfred Weber realizou um trabalho original com as suas descobertas (*Erkenntnisse*) sobre contribuições à relação entre a sociologia e a política e entre a ciência e a democracia, nas suas descobertas sobre e contribuições à sociologia da burocracia e nas suas descobertas sobre e contribuições ao papel da cultura, da ciência e dos intelectuais na sociedade. Para ele a sociedade não era uma grandeza autosuficiente. Ele acompanhou os proces-

Richard Bräu (Greiswald)
Filósofo e professor aposentado da
Universidade Greifswald
Tradução Peter Naumann

**"Weber sentia
dolorosamente "a
discrepância
extraordinária entre o
querer espiritual e o
poder fazer (*Können*)
espiritual nos nossos
tempos. Falamos muito e
realizamos pouco."**

“Weber queria entrar em ação contra a inércia e contra uma ‘engrenagem’, contra ‘a forma mundana mais brutal da vida: o capitalismo moderno e a generalizada reificação racionalista da vida, um aparelho gigantesco, que suga as pessoas, um sistema de amplas bases, no qual os meios estão sentados no trono dos fins’...”

sos sociais e políticos da sua época com curiosidade, ceticismo e espírito crítico, não economizando nunca nas intervenções pessoais na vida política viva.

Com vistas ao tema da unidade de vida e doutrina, da pesquisa, ciência social e atuação política na esfera pública - tema definidor da personalidade de Alfred Weber -, quero concentrar-me a seguir em três problemas:

1. Alfred Weber - o homem e a sua obra, ciência como cultura e forma de vida.

2. Alfred Weber - a sua compreensão da sociologia e do método histórico-sociológico. O que pode a sociologia e o que ela deve fazer?

3. Alfred Weber e o papel dos intelectuais na sociedade moderna.

O homem e sua obra

Alfred Weber foi um pensador original e muito independente. A sua vida (1868-1958) estende-se da véspera da fundação do império alemão (1871) até poucos anos antes da construção do Muro de Berlim. Nessa dimensão temporal Alfred Weber deixou, na qualidade de democrata, cidadão extremamente ativo na vida política e cientista de formação universalista, uma obra e um legado espiritual, que pode também oxigenar (beleben) eficazmente o pensamento científico contemporâneo. Weber via como uma causa decisiva do desenvolvimento falho da Alemanha e da Europa a autonomização e coisificação do estado centrado na idéia do poder (Machtstaat).

Ele se manifestou muitas vezes em termos impressionantes sobre os perigos, que resultam desse tipo de estado e dos seus aparelhos e da sua burocracia para o indivíduo. A partir da pleora de fatos históricos e da sua experiência prática, o erudito professor de Heidelberg chegou a uma visão da totalidade e contraditoriedade, de unidade e multiplicidade da história, a um projeto para o convívio político de todos os estados europeus. A política deveria legitimar-se no campo de provas da razão prática. A sua compreensão da razão decorre da sua compreensão da história. Ele identificava as condições de constituição da razão prática na nova época na disposição e na capacidade para o diálogo e o compromisso. A guerra era para ele uma forma completamente anacrônica da solução de conflitos e não deveria mais ter legitimidade. Weber sentia dolorosamente “a discrepância extraordinária entre o querer espiritual e o poder

fazer (Können) espiritual nos nossos tempos” (Alfred Weber, 1912, p. 4). “Falamos muito e realizamos pouco” *ibid.*). Weber queria entrar em ação contra a inércia e contra uma “engrenagem”, contra “a forma mundana (Diesseitsform) mais brutal da vida (Dasein): o capitalismo moderno e a generalizada reificação (Versachlichung) racionalista da vida, um aparelho gigantesco, que suga as pessoas, um sistema de amplas bases, no qual os meios estão sentados no trono dos fins...” (*ibid.*, p. 28). Estas palavras aparecem em uma palestra proferida em 1911 em Praga. No seu contexto ele falou da culpa que o cristianismo teria diante dessa situação, voltava-se no entanto também de maneira problemática contra Kant e a Ilustração: “Não diria que estamos hoje libertos de toda essa época espiritual, que criou isso, que acreditava dissolver a vida em fórmulas conceitualmente racionais, sem deixar restos; mas sem dúvida não estamos mais completamente sob o seu domínio. Não foi Kant, como já se afirmou tantas vezes e como sempre se afirma de novo, quem nos libertou. O célebre conceito kantiano da liberdade é ele mesmo racional, é, na sua inteligibilidade, pouco mais do que um fantasma de idéias (gedankliches Gespenst)” (*ibid.*). Na filosofia de Bergson, Weber via no mínimo um contrapeso a Kant (*ibid.*, p. 19).

O esforço bem evidente de Weber em não deixar-se limitar ao universo intelectual da razão e das ciências exatas e a sua relação com a filosofia iluminista, no mínimo contraditória e no máximo parcialmente distanciada, tinham, é natural, uma relação estreita com a sua rejeição do materialismo histórico de Karl Marx.

As convicções filosóficas de Weber não resultam num sistema filosófico coerente. Configuram antes uma atitude espontânea diante da vida, um ponto de vista ditado pela vivência e pela experiência. Weber era completamente livre de dogmas de visão de mundo (Weltanschauung).

Na realidade ele partia sempre racionalmente de fatos constatáveis. Da literatura filosófica ele registrava e assimilava seletivamente o que o alimentava espiritualmente e sobretudo aquilo, com o qual ele concordava. Ele via a finalidade da filosofia da seguinte maneira: ela deve “identificar da forma mais simples possível as forças transcendentais, que atuam em nós, e eleva-las à consciência a partir da experiência interior” (Alfred Weber, 1943, p. 435).

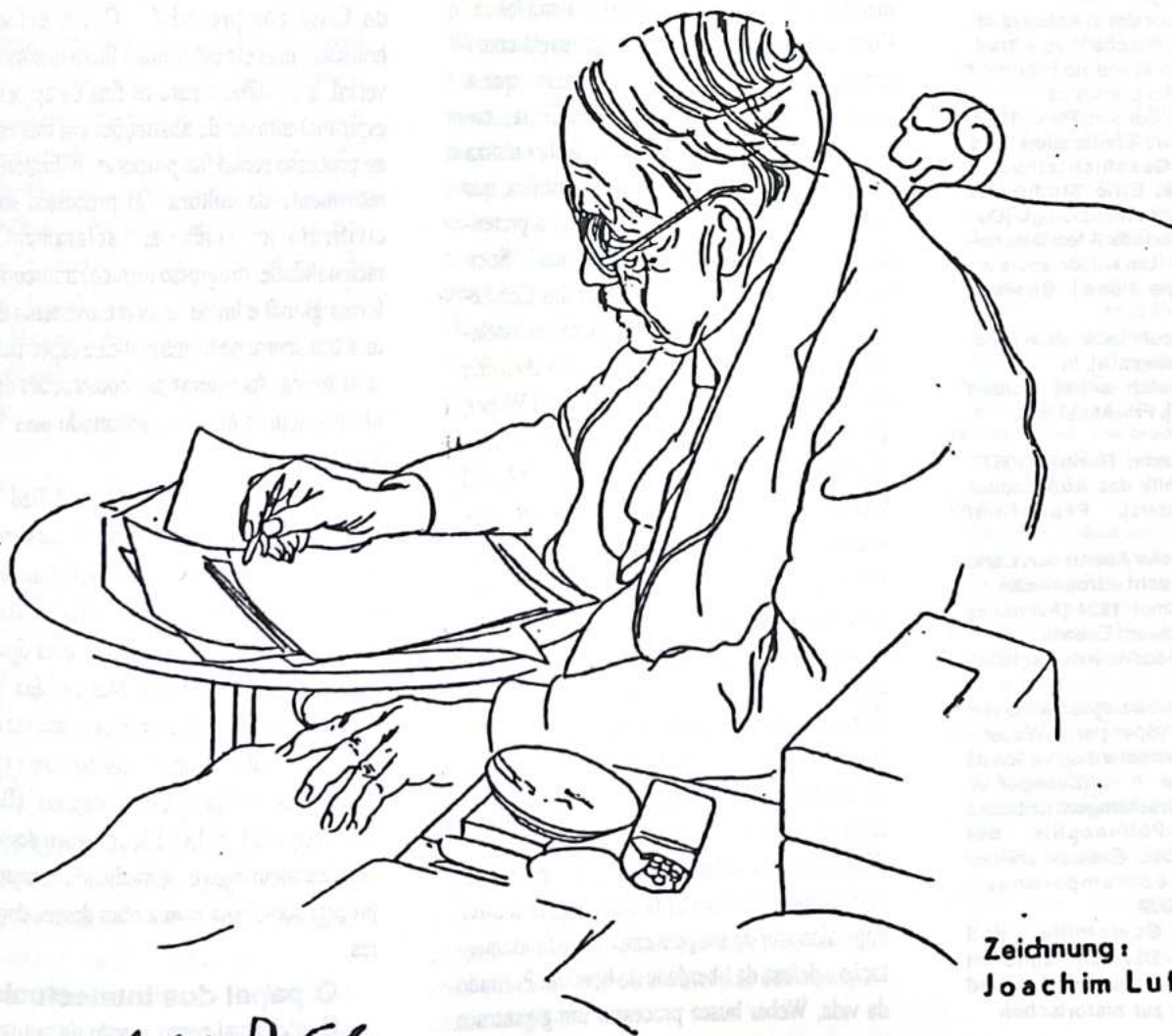
Com relação ao pensamento filosófico, Weber sentia-se atraído pelo que o vivificava e conseguia fundamentar as suas idéias. Nesse sentido ele foi fortemente influenciado pelas idéias de Friedrich Nietzsche, Henri Bergson, Hermann Graf Keyserling e Hans Driesch. Pode-se constatar nele, no entanto, um certo equilíbrio permanente entre a análise sóbria dos fatos e a contemplação destes a partir da tradição do vitalismo filosófico. Conforme afirmou Jürgen von Kempster, Weber "permanece aferrado, se é que se pode dizer assim, a um empiricismo irracionalista ou, talvez melhor, a um vitalismo, que se compreende como empírico" (Jürgen von Kempster, 1992, p. 71). Além da influência da filosofia da vida e do vitalismo, as convicções fundamentais (Grundanschauung) de Alfred Weber foram influenciadas decisivamente por Max Weber, Heinrich Rickert e Karl Marx.

Mas Weber soube viver também a ciência como forma de cultura no cotidiano da ciência,

o que é especialmente difícil. "A falta de fantasia concreta diante do outro, quando estamos completamente dominados pelas nossas próprias idéias" (Alfred Weber, 1948), produz, conforme a sua experiência, consequências muito negativas na vida e na ciência. Ele se defendeu contra a falta de fantasia concreta e nunca quis sucumbir a ela. A abertura científico-metódica, a tolerância humana e a força do caráter representavam para ele formas imprescindíveis do intercâmbio científico.

Cientistas importantes, que outrora tinham estudado com Weber ou trabalharam durante algum tempo com ele, enveredando depois por caminhos distintos ou mesmo opostos na ciência, souberam valorizar a sua compreensão fundamental da ciência como forma da cultura: Norbert Elias (1990, pp. 123-129), Erich Fromm (Rainer Funk, 1987, pp. 46, 70), Golo Mann (1991, pp. 282-284, 316-317) e Karl Mannheim (Eberhard Demm, 1983, p. 10).

"A abertura científico-metódica, a tolerância humana e a força do caráter representavam para ele formas imprescindíveis do intercâmbio científico."



Zeichnung:
Joachim Lutz

O método histórico sociológico

Na sociologia de Alfred Weber, o homem não é um ser passivo, confinado à margem do mundo; muito pelo contrário, ele ocupa um lugar central nele. "Não se deve desconhecer", conforme ele afirma, "que a nossa realidade histórica tem o caráter de uma época de profundas transformações (Umbruchzeit), como ela ainda não foi vivenciada pela humanidade em comparável grau de profundidade e amplitude" (Alfred Weber, 1955, p. 14). Com isso está também delimitada a questão da dimensão histórica: a questão da liberdade do homem. Épocas de mudança social, revoluções e fases de profundas transformações, épocas de viradas bruscas na história da humanidade ou também de nações isoladas estiveram e estão com frequência estreitissimamente ligadas à busca da investigação nova e mais profunda dos problemas dos homens, à busca de novas pretensões e chances para os homens. O homem vive sempre sob condições e estruturas existenciais concretas, submetidas à transformação social e à mudança. Com isso o destino do homem se revela como um destino histórico, e não é por acaso que a sociologia é, quanto à sua origem e essência, "sociologia da história" (ibid., p. 12). Weber utiliza diversos conceitos para a disciplina científica, que no seu entendimento podem fazer jus à pretensão da sociologia: "Sociologia Histórica", "Sociologia da História", "Interpretação das Constelações" (ibid., p. 12), "Sociologia das constelações" (ibid., p. 32), "Sociologia como doutrina da estrutura interna" da história (Alfred Weber, 1951, pp. 9 s.), "Sociologia da cultura" (ibid.), "Sociologia como administração da crise" (Alfred Weber, 1960, p. 595). É certo que se pode reconhecer matizes no significado dos conceitos, devidos ao seu respectivo contexto, mas o interesse central dessa compreensão sociológica da história está direcionado sempre para a análise das situações, das "situacionalizações" (Verumstandungen) (Alfred Weber, 1955, p. 29), que plasman o homem e agem sobre as possibilidades do homem plasmar e configurar as situações. A partir da análise dessas relações, Weber procura reconhecer os pressupostos remanescentes da liberdade humana. O motivo impulsionador do seu pensamento é a fundamentação e defesa da liberdade do homem. Partindo da vida, Weber busca processar um gigantesco

material histórico, para chegar assim a uma "visão de conjunto do material da existência histórica da sua época" (ibid., p. 12). Como sociólogo, ele trabalha post festum e constata o que ocorreu, o que surgiu e o que se desenvolveu, para relacionar isso com o homem: "De um lado estão as condições sociológicas agrupadas objetivamente por ela (pela sociologia) na forma de uma constelação, do outro lado está, como 'dado oposto', o homem na sua espontaneidade, na sua respectiva especificidade e nas variações da sua essência" (ibid., p. 33). Na determinação do objeto da sociologia o conceito da "existência" (Dasein) acaba tendo um valor superior ao conceito da "sociedade": "O objeto da sociologia é, contudo, a existência no seu agrupamento (Gruppierung) ao redor do homem e não apenas ao redor da sociedade" (ibid., p. 209).

"Sem dúvida esse método é intuicionista e sintético. Mas ele é ao mesmo tempo conscientemente analítico" (Alfred Weber, 1927, p. 11); assim o próprio Weber compreendeu o seu método e assim ele também queria que o seu método fosse compreendido. O seu enfoque é holístico, mas ele estrutura o fluxo histórico universal, a existência para os fins da apropriação espiritual através de abstrações em três esferas: no processo social, no processo civilizatório e no movimento da cultura. Os processos social e civilizatório (ciência, esclarecimento da racionalidade, progresso técnico) transcorrem de forma global e linear, mas o movimento da cultura transcorre de forma cíclica e especificamente histórica. As esferas são construções de tipos ideais e têm, a meu ver, sobretudo uma função heurística.

Caracterizando a posição de Alfred Weber na sociologia do séc. XX, Beate S. Riesterer chegou na sua dissertação sobre Weber ao seguinte resumo: "A sociologia da história universal de Alfred Weber caracteriza-se por uma discussão profunda e crítica de Karl Marx e Max Weber, ela é uma tentativa diferente e consciente de responder ao materialismo histórico e uma rejeição de todas as explicações monocausais" (Beate S. Riesterer, 1981, p. IX). Ele aprendeu desses dois grandes sociólogos e ele mediu ativamente a sua própria sociologia com a obra desses dois autores.

O papel dos intelectuais

O intelectual como sujeito da política e da

- Bräu, Richard. Kritische Analyse der geschichtssoziologischen Auffassungen Alfred Webers - Studie zur Auseinandersetzung mit einer besonderen Strömung der bürgerlichen deutschen Soziologie des 20. Jahrhunderts [Análise crítica das concepções da sociologia da história em Alfred Weber - um estudo de discussão de uma corrente específica da sociologia burguesa alemã do séc. XX]. Tese de livre-docência em Filosofia, apresentada à Universidade de Greiswald. Demm, Eberhard (1983). Alfred Weber und sein Bruder Max [Alfred Weber e seu irmão Max]. In: *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, v.35, n.1, 1976.
- Demm, Eberhard (ed.). *Alfred Weber als Politiker und Gelehrter* [Alfred Weber como político e erudito]. Stuttgart, 1986.
- Demm, Eberhard. *Ein Liberaler in Kaiserreich und Republik. Der politische Weg Alfred Webers bis 1920* [Um liberal no império e na república. O caminho político de Alfred Weber até 1920]. Boppard/Reno, 1990.
- Eckert, Roland. *Kultur, Zivilisation und Gesellschaft. Die Geschichtstheorie Alfred Webers. Eine Studie zur Geschichte der deutschen Soziologie* [Cultura, civilização e sociedade. A teoria da história em Alfred Weber. Um estudo sobre a história da sociologia alemã]. Basileia; Tübingen, 1970.
- Elias, Norbert. Notizen zum Lebenslauf [Anotações à margem da biografia]. In: *Norbert Elias über sich selbst* [Norbert Elias sobre si mesmo]. Frankfurt/Main, 1990.
- Funk, Rainer. *Erich Fromm*. Reinbek, 1987.
- Gay, Peter. *Die Republik des Außenseiter* [A república dos outsiders]. Frankfurt/Main, 1970.
- Käsler, Dirk. *Soziologische Abenteuer. Earle Edward Eubank besucht europäische Soziologen im Sommer 1934* [Aventuras sociológicas. Earle Edward Eubank visita sociólogos europeus no verão de 1934]. Opladen, 1985.
- Kempski, Jürgen von. *Universalgeschichte und Gegenwartsdiagnose* (Spengler, A. Weber, Sorokin) [História universal e diagnóstico da época contemporânea (Spengler, A. Weber, Sorokin)]. in: *Brechungen. Kritische Versuche zur Philosophie der Gegenwart* [Refrações. Ensaios críticos sobre a filosofia contemporânea], Frankfurt/Main, v.1, 1992.
- Kruse, Volker. *Soziologie und 'Gegenwartskrise' - Die Zeitdiagnosen Franz Oppenheims und Alfred Webers - Ein Beitrag zur historischen*

cultura política foi para Alfred Weber um tema de discussão durante toda a sua vida. O intelectual era para ele, não em último lugar, um tema que lhe permitia conscientizar-se e assegurar-se da sua própria ação política, durante toda a sua vida. Eberhard Demm teve o mérito de reconstruir com grande capacidade de empatia o caminho político de Alfred Weber (Eberhard Demm, 1990).

A evolução política de Alfred Weber não se deu sem contradições nem sem erros pequenos e, por enquanto, grandes. Nos debates dos intelectuais, que se acendiam sobretudo a partir de 1890 na Alemanha do imperador Guilherme II, em torno da política e das teorias sociais, Fritz R. Ringer reconhece na sua conhecida monografia sobre os mandarins alemães entre 1890 e 1933 Alfred Weber como um dos intelectuais mais inteligentes e enérgicos do grupo dos modernistas, enfrentando combativamente o grupo oposto dos ortodoxos: Ringer caracteriza Weber como um "reformador radical" (Fritz R. Ringer, 1987, pp. 149 s.). Na República de Weimar o erudito de Heidelberg era uma das figuras centrais da minoria de catedráticos universitários alemães, que se empenhavam construtivamente em prol da ordem republicana. Se seguirmos a tese do historiador norte-americano Peter Gay, segundo a qual a República de Weimar teria sido uma "república dos outsiders", podemos ver em Alfred Weber um dos outsiders sustentadores do estado na área da ciência e da cultura dessa primeira república alemã. "A cultura da República de Weimar foi uma criação de outsiders, que tinham sido colocados pela história no centro das decisões durante um breve, alucinante e frágil instante" (Peter Gay, 1970).

Nos anos depois da Segunda Guerra Mundial, Alfred Weber demonstrou ser extremamente ativo nas suas intervenções e iniciativas diante da questão da culpa dos alemães, da superação do passado, da problemática dos caminhos para a unidade da Alemanha e nas campanhas contra o rearmamento e a corrida nuclear na metade da década de 1950. Não importa quão distintos foram esses debates e essas ações, de acordo com a sua época e seus interesses: Weber sempre se interessou em primeiro lugar em dar-lhes uma direção e uma orientação espirituais.

Na sua análise da sociologia da República de Weimar, Volker Kruse revelou, através da

construção na forma de um tipo ideal, quatro aspectos do sociólogo enquanto intelectual (Volker Kruse, 1990, pp. 31 s.):

1. o sociólogo enquanto especialista na sua disciplina (Fachwissenschaftler);
2. o sociólogo enquanto cidadão representante da tradição cultural burguesa (Kulturbürger);
3. o sociólogo enquanto diagnosticador do seu tempo;
4. o sociólogo enquanto intelectual político.

A pessoa e a obra de Alfred Weber aproximam-se notavelmente desse tipo ideal de intelectual.

Durante toda a sua vida, Alfred Weber - que foi no final da sua existência um adepto confesso do socialismo democrático - ocupou-se com o socialismo como teoria e movimento. Ele foi sempre um opositor declarado do socialismo de estado de tipo soviético: rejeitava o "comunismo, ao menos o de tipo contemporâneo", pois ele "abre mão dos direitos da pessoa e dos direitos de liberdade do homem" (Alfred Weber, 1979, p. 124). É uma ironia do destino constatar que Weber atacou frequentemente o socialismo praticado na RDA e no Leste Europeu com argumentos que não estavam tão distantes do pensamento autêntico de Marx. Repugnavam-lhe no socialismo estatal de tipo soviético as práticas e os "perigos da conformação totalitária ou mesmo terrorista" (ibid., p. 114) e a "sujeição do pensamento à noção do estado" (Staatsbefangenheit des Denkens) (ibid., p. 124) no interior do sistema. A sua avaliação do sistema da economia planificada do socialismo estatal foi muito clarividente, quando ele afirmou que essa economia "tem muito pouco a ver com a libertação das massas. Ela pode ajudar a suavizar as crises e a evitar o duro golpe de um nível excessivo de desemprego. De resto ela é um meio puramente técnico-econômico, que resulta sobretudo de situações de carência, tais como elas são criadas pela guerra e pela total confusão econômica, que sucede as guerras com intensidade correspondente à sua extensão. Por isso essa economia está hoje mundialmente difundida. Mas a sua difusão excessiva somente se presta para desembocar numa burocracia autoritária onipresente e com isso matar a liberdade, que é a meta do socialismo" (ibid., p. 125). Depois das experiências práticas dos tempos atuais, resta constatar com sobriedade a precisão desse prognóstico de 1945.

Soziologie der Weimarer Republik [Sociologia e diagnóstico dos tempos atuais - Os diagnósticos sobre a época contemporânea de Franz Oppenheimer e Alfred Weber - Uma contribuição ao estudo da sociologia histórica da República de Weimar]. Wiesbaden, DUV, 1990.

Mann, Golo. **Erinnerungen und Gedanken - Eine Jugend in Deutschland** [Memórias e pensamentos - Uma juventude na Alemanha]. Frankfurt/Main, 1991.

Rickert, Heinrich. **Die Philosophie des Lebens** [A filosofia da vida]. Tübingen, 1920.

Riesterer, Beate S. **A Study in Alfred Weber's Sociology of Universal History** [Um estudo sobre a sociologia da história universal de Alfred Weber]. Tese de doutorado em Filosofia na Universidade de Massachusetts/MS, 1981.

Ringer, Fritz R.. **Die Gelehrten. Der Niedergang der deutschen Mandarine 1890-1933** [Os eruditos. A decadência dos mandarins alemães entre 1890 e 1933]. Munique, 1987.

Weber, Alfred. **Religion und Kultur** [Religião e cultura]. Jena, 1912.

Weber, Alfred. **Der produktive Geist** [O espírito produtivo]. In: *Neue Freie Presse* de 02.02.1911.

Weber, Alfred. **Gedanken zur deutschen Sendung** [Idéias sobre a missão da Alemanha]. In: *Sammlung von Schriften zur Zeitgeschichte* [Coletânea de escritos sobre a história contemporânea], 1915.

Weber, Alfred. **Die Krise des modernen Staatsgedankens in Europa** [A crise da idéia moderna do estado na Europa]. Stuttgart/Berlin; Leipzig, p.1, 1925.

Weber, Alfred. **Tschechische geschichtliche Mission und deutscher Geist** [A missão histórica tcheca e o espírito alemão]. In: *Frankfurter Zeitung* de 18.04.1926.

Weber, Alfred. **Ideen zur Staats- und Kultursociologie** [Idéias para a sociologia do estado e da cultura]. Karlsruhe, 1927.

Weber, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie** [Ensaio Completo de Sociologia das Religiões]. Tübingen, v.1, 1988.

Lei de Patentes

José Walter Bautista Vidal
Ex-Secretário de tecnologia
Industrial - STI do MIC
Representando o Fórum para a
Defesa do Uso do
Conhecimento

O FÓRUM PELA LIBERDADE DO USO DO CONHECIMENTO foi fundado com o objetivo de promover o debate nacional sobre a Lei de Patente, durante a sua tramitação no Congresso Nacional. Hoje, o FÓRUM conta com a participação de mais de mil entidades, entre essas a ANDES-SN. Em função da pressão do capital internacional, principalmente norte americano, o governo deste país vem pressionando o Brasil para modificar a legislação patentária, a fim de abrir o nosso país às ações de empresas americanas. O Brasil, como se sabe, foi um dos primeiros signatários da Convenção de Paris, no final do século passado, que estabelecia e regulamentava as normas e regras sobre a proteção à Propriedade Intelectual e Industrial, a nível mundial.

O governo Collor, com intuito de colocar o país na "modernidade", encomendou uma Lei de Patentes, cujo objetivo final, não foi o de proteger a Propriedade Intelectual e Industrial, mas sim de dispor os nossos recursos de biodiversidade, aos interesses internacionais. Estes hoje, através do controle de registros de patentes, a nível mundial, colocam o resto do mundo, numa posição de dependência tecnológica, onde as grandes corporações industriais do ramo de remédios, da agricultura e de alimentos, ditam as regras.

O projeto de Lei de Patentes, já foi aprovado na Câmara Federal e atualmente se encontra em discussão no Senado Federal. O FÓRUM vem trabalhando, incansavelmente, no sentido de tornar a lei mais democrática possível, de forma que esta não venha a ferir e prejudicar, os interesses do país e de suas gerações futuras, no que diz respeito a proteção da vasta riqueza nacional, tanto no campo da vida como da biodiversidade.

NO dia 9 de novembro de 1993, o Senado Federal chamou as entidades da Sociedade Civil, para participar de duas audiências públicas, nas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos. Nesta ocasião, o FÓRUM se fez representar pelo Professor José Walter Bautista Vidal, que proferiu este pronunciamento, o qual temos a satisfação de oferecer aos leitores da Revista Plural. O professor Bautista Vidal, como é comumente conhecido, foi por três vezes Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio. Por oito anos, teve sob sua responsabilidade a gestão da política nacional de patentes e de transferência de tecnologia. Ele vem tendo uma importante atuação no FÓRUM e nas discussões sobre a Lei de Patentes e seu combate tem sido na defesa dos interesses do Brasil, acima de tudo.

Este texto, visa dar uma compreensão histórica e mundial, sobre os interesses imediatos que uma lei de patentes, ditadas pelos interesses internacionais, nos moldes da que está sendo discutida no Congresso Nacional, pode significar para um país como o Brasil. Este pronunciamento deve ser destacado, pois foi um marco importante na audiência pública no Senado Federal, no dia 9 de novembro de 1993, dando um novo redirecionamento aos rumos da discussão sobre a Lei, travada entre os Senadores e a Sociedade Civil. A partir dele, os Senadores puderam ter uma nova dimensão do problema e se sentiram sensibilizados à gravidade da questão e suas consequências para o nosso País.

Altamir Dias

II Senador Iran Saraiva Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Senador Elcio Alvares, relator do PLC 115/93. Senhores Senadores, autoridades representantes de entidades públicas e privadas, meus senhores e minhas senhoras.

Tenho grande honra de representar nesta Audiência Pública o FORUM PARA A LIBERDADE DO USO DO CONHECIMENTO, entidade que foi criada para discutir em âmbito nacional a "lei das patentes" O FORUM que represento agrega cerca de trezentas instituições nas áreas industriais, de ciência e tecnologia e de serviços, sindicatos de profissionais de engenharia, da biologia, da agricultura, farmacêuticos entre outros e de trabalhadores. Por três vezes Secretário de Tecnologia Industrial do MIC, tive, durante 8 anos, sob minha responsabilidade a política nacional de patentes e de transferência de tecnologia.

Assim não poderia analisar a questão das patentes senão no âmbito maior das políticas econômica de comércio externo, da indústria, da agricultura, da ciência e da tecnologia, e não exclusivamente no campo dos interesses de um pequeno grupo de Corporações Transnacionais.

Os pacotes tecnológicos, industriais e agrícolas, são as principais peças que compõem a equação de desenvolvimento de um país. São por natureza, os elementos agregadores dos fatores de uma sociedade e correspondem do ponto de vista estrutural e estratégico, aos motores do poder contemporâneo. De seu âmago surgem políticas e diretrizes que promovem a evolução econômica e política ao tempo em que conformam a espinha dorsal e o intelecto da produção. Seu controle é essencial às nações soberanas. São assim instrumentos de hegemonia ou de subjugação e fundamentam-se nos patrimônios naturais e na inteligência dos povos, no vislumbre político e técnico das sociedades e dos Estados e na eficiência e dimensões econômicas nacionais, para formar estruturas de poder. Suas consequências atingem em profundidade o campo social e Plural

promovem divisão internacional do trabalho. Resultam em opções por forma e modos de produção, excluindo ou acrescentando empregos, em valorização ou desvalorização relativa dos fatores regionais e locais, em direta relação com a emancipação econômica, a eficiência produtiva, a concentração ou distribuição de riqueza, a libertação nacional, podendo representar também condicionamentos, culturais resultantes, de alienantes e subjugadoras hegemonias externas. As atividades tecnológicas transpassam todos os grupos e níveis da sociedade, do Estado às escolas, das oficinas ao campo. Elas são essenciais para o controle nacional dos patrimônios físicos e culturais, para a satisfação das necessidades e aspirações da população, para o bem-estar coletivo e para o fortalecimento do Estado, este como ente político que consolida a existência de um povo historicamente organizado. Assim, o domínio da agregação tecnológica é crucial para a competição entre os povos e para garantir a soberania nacional.

O processo tecnológico deve fluir naturalmente, sem intervenções exógenas, da interação racional do homem com a natureza, tendo como referência histórico-cultural a Nação. Se seus recursos naturais são abundantes e estratégicos, o processo tecnológico autônomo pode sustentar, sem dependências perigosas e subjugadoras por décadas ou séculos, a evolução das atividades humanas, no processo de construção de civilizações.

O controle externo

Enquanto corria o desenvolvimento industrial-tecnológico autônomo das hoje nações hegemônicas do Norte, nas regiões tropicais do Sul, a situação era diversa e adversa, induzidas pelos industrializados a adotarem "modelos" tecnologicamente dependentes, foi retirada das nações do Sul a oportunidade de fundamentarem sua evolução em suas próprias realidades físicas e culturais. Deste modo, suas estruturas produtivas e de poder não conseguem reagir ante as dificuldades, pois as tecnologias exógenas que as comandam impõem permanentes restrições ao uso de suas pró-

"Induzidas pelos industrializados a adotarem "modelos" tecnologicamente dependentes, foi retirada das nações do Sul a oportunidade de fundamentarem sua evolução em suas próprias realidades físicas e culturais."

***"Ao contrário do que
propalam, o
protecionismo vem
aumentando
vertiginosamente nos
países industrializados e
já são evidentes os sinais
de dura guerra
econômica nos alvares
do século XXI entre os
grandes blocos
econômicos."***

prias vantagens relativas. Condicionadas a fatores de controle externo, não conseguem se ajustar às realidades que as circundam. Este estilo pouco consistente de evolução, de crescimento econômico dependente, conduz necessariamente a resultados negativos. Ou seja, o controle externo das opções tecnológicas levou esses países do Sul a se transformarem em simples campo de manobra de Corporações Transnacionais que objetivam o controle de seus mercados, a garantia de fornecimento de recursos naturais estratégicos, a preços muitas vezes inferiores aos custos, e ao domínio de sua estrutura produtiva e da própria sociedade. Assim, a vulnerabilidade tecnológica imposta pelas receitas externas criam ineficiências estruturais permanentes, decorrentes de inadequações de toda ordem aos fatores locais, configurando crescimento econômico de efeitos perversos sobre a sociedade, que perde poder de competição e de autogestão. Ou seja, este "modelo" dependente tem efeitos que se opõem ao desenvolvimento. Disto tudo resultou parque industrial invertebrado, apelativo a todo tipo de subsídios causador de infração e presa fácil de interesses externos. Na dinâmica de poder imposta por essas Corporações, a Nação se transforma em mercado e os cidadãos em consumidores, subordinando-se tudo o demais a esses paradigmas.

Essa é a velha e carcomida dinâmica que tem suas origens no período colonial quando, em 1654, Cromwell impôs pela força a Portugal tratado econômico que o subjugava a Inglaterra. Isto resultou no controle do outrora vasto comércio português por mercadores ingleses. Nossa Metrópole colonial ficou reduzida a uma nobreza esbanjadora e corrupta e o povo empobrecido, apesar de suas ricas colônias. Esta situação consolidou-se em 1703, com o Tratado de Methuem, em que Portugal se restringia a exportar vinhos e azeite e entregava o mercado interno e o de suas colônias ao domínio inglês. Rapidamente, as vinhas e as plantações de oliveiras passaram a propriedade do capital inglês. Sobraram ape-

nas em mãos portuguesas as funções servis de intermediários e as corrompidas do Estado. Deste modo, nos 150 anos que durou o Tratado de Methuem converteu Portugal em colônia da Inglaterra e o Brasil em colônia de uma colônia.

O poderio inglês sobre nós aumentou e se consolidou no início do século XX com a chamada Abertura dos Portos, 1808, com tarifas favorecidas com a Inglaterra, chantagem alcançada pelo embaixador inglês sobre a família real quando da sua fuga para o Brasil, sob a "proteção" da esquadra de Sua Majestade britânica. Esta "abertura" nos custou o afastamento da Primeira Revolução Industrial, da qual fomos excluídos. Já em 1785, nossa incipiente industrialização fora destruída por decreto de Dona Maria I, de inspiração evidente, que dizia "Eu a Rainha, hei de bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de tecidos sejam extintos e abolidos em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios no Brasil". Cerca de 3.000 teares foram destruídos para a pompa e garbo de Sua Majestade inglesa e, naturalmente, como sacrifício ante a decantada eficiência da também incipiente indústria têxtil britânica Pura Modernidade.

Já em fins do século XV, as leis mercantilistas da Inglaterra prescreviam a proibição de quase tudo que não era produzido em território inglês, Elizabeth I determinava que o trabalho nacional deveria ser sustentado energeticamente, as importações eram castigadas com a expropriação dos bens dos responsáveis e os tecidos só poderiam ser exportados depois de tingidos e acabados. Nenhuma importação deveria ser feita sem que houvesse uma exportação equivalente. Neste contexto, foram tantas as restrições impostas às colônias da América do Norte que foram levadas à revolta e à independência.

Foi então a vez de Alexandre Hamilton lançar as bases das políticas protetoras que viabilizaram o desenvolvimento dos EUA transformadas em Lei em 1789. Em 1820 veio o compromisso de Missouri, em 1824, o Factory System, e a Tarifa das Abominações em 1828, que

Plural

virtualmente fecharam o mercado norte-americano, reservando-o para seus próprios produtores.

Na atualidade, as grandes dificuldades da Rodada do Uruguai, que se arrasta desde 1986 no GATT, demonstram como as nações industrializadas defendem até as últimas consequências seus mercados internos, somente permitindo riscos quando são as mais fortes. Em contrapartida, exigem o escancaramento das economias fracas.

Ao contrário do que propalam, o protecionismo vem aumentando vertiginosamente nos países industrializados e já são evidentes os sinais de dura guerra econômica nos alvares do século XXI entre os grandes blocos econômicos. Nos últimos 20 anos, na Comunidade Econômica Européia as barreiras não-tarifárias passaram de 15° para 43° das importações, na Alemanha subiram de 16° para 44°, na Itália de 13° para 49° e na Inglaterra da liberal Thatcher de 10° para 49°, sem contar as barreiras tarifárias. Nestas os EUA são mestres; vejam o que fizeram com nossas exportações de álcool etílico, de suco de laranja e tantos outros produtos.

Em nome da modernidade

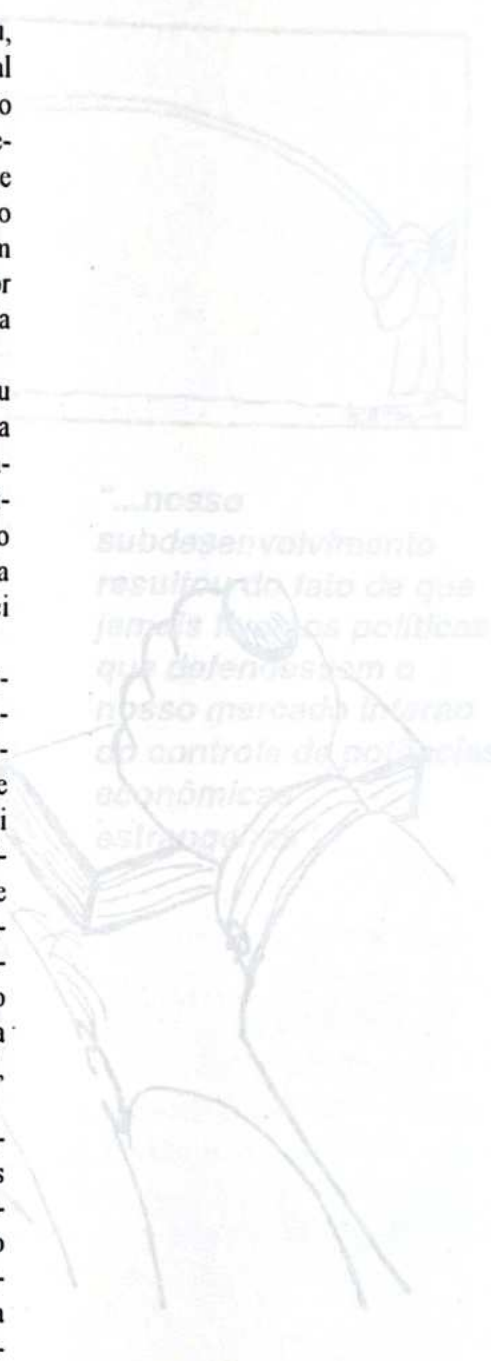
Ao estabelecer-se relação da nossa experiência com a desses países industrializados podemos afirmar que nosso subdesenvolvimento resultou do fato de que jamais tivemos políticas que defendessem o nosso mercado interno do controle de potências econômicas estrangeiras, como afirmava Roberto Simonsen: "Nunca tivemos política tarifária para suportar o nosso desenvolvimento industrial". Fizemos isto em grande extensão trazendo para dentro do País Corporações Transnacionais das áreas automobilística, eletro-eletrônica, química, petroquímica etc. Quando fizemos uma lei para proteger um sub-setor da área estratégica, a da informática, fomos objeto de reiteradas agressões externas e subserviências internas, que resultaram na destruição dessa política de excepcionais resultados para o desenvolvimento nacional. Sobre esta e outras questões dizia o saudoso Senador Severo Gomes: "Em nome da

modernidade do Visconde de Cairu, estamos demolindo o parque industrial brasileiro, construído em mais de meio século de sacrifícios de um povo numeroso (...) É um processo tão violento e coerente que não pode ser apenas filho da eventual ignorância dos que tomam decisões. Ele está no centro do maior conflito de interesses de que tem notícia a história".

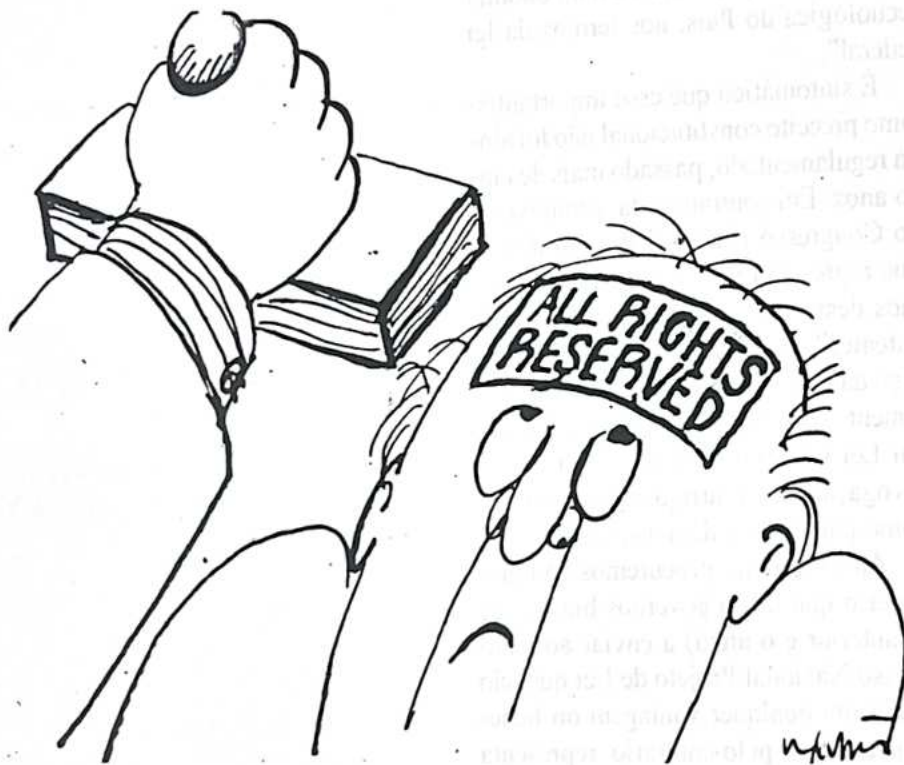
A Constituição de 1988 diz no seu artigo 219: "O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos da lei federal".

É sintomático que esse importantíssimo preceito constitucional não foi ainda regulamentado, passado mais de cinco anos. Em contrapartida, promove-se no Congresso Nacional Projeto de Lei que representa uma afronta aos princípios desse preceito, a chamada "lei de patentes", que pretende substituir o Código da Propriedade Industrial. Evidentemente a transformação desse Projeto em Lei somente seria plausível com a revogação desse artigo constitucional, como passamos a demonstrar.

Antes, porém, procuremos compreender o que levou governos brasileiros (o anterior e o atual) a enviar ao Congresso Nacional Projeto de Lei que não apresenta qualquer vantagem ou benefício ao País, pelo contrário, representa um retrocesso à legislação existente, ademais de "inovar" criando a patente de seres vivos, em escabrosa extrapolação à tradição de restringir a concessão do privilégio das patentes exclusivamente a novas invenções de aplicação na produção. A explicação para essa alternativa se fundamenta na pressão exercida pelo Governo dos EUA, desde 1986, de incluir nas negociações da Rodada do Uruguai, no GATT, as questões de propriedade intelectual, patentes, serviços e investimentos, apesar de forte oposição de importantes países do Terceiro Mundo - os mais prejudicados - como a Índia e o Brasil. Isto se fez forçando o GATT, por pressão dos EUA, a assumir



atribuições da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, órgão vinculado às Nações Unidas. A situação ficou mais complicada para nós quando o recém-eleito Presidente Collor de Mello se comprometeu com o Presidente George Bush aprovar legislação que, nas concessões de patentes, avançasse em relação às próprias recomendações ainda não aprovadas pelo GATT, de interesse de um pequeno grupo de Corporações Transnacionais de origem da área farmacêutica norte-americanas, organizadas em oligopólios e com grande poder de "lobby".



Os reflexos da Rodada do Uruguai foram explicitados pela Comissão de Comércio Internacional dos EUA que avaliou estarem os interesses americanos satisfeitos com a referida Rodada, na qual se decidiu aumentar os privilégios de propriedade industrial, especialmente nas áreas de biotecnologia, patentes de sementes, produtos farmacêuticos, insumos agrícolas e outros setores. Segundo essa Comissão, as Corporações Transnacionais de origem norte-americana promoverão por esses meios um aumento de transferência de

recursos do Terceiro Mundo para o Norte industrializado, avaliado na astronômica quantia anual de US\$ 61 bilhões. Este montante irá ultrapassar de longe o enorme fluxo de capital repassado do Sul para o Norte devido aos serviços da dívida externa do Terceiro Mundo. Segundo Susan George, do Instituto Transnacional de Amsterdã, essa transferência correspondeu a mais de US\$ 400 bilhões entre 1982 e 1990, "o equivalente em valores atuais a seis Planos Marshall".

Prática medieval

Essa estratégia, via GATT, tem sua consequência direta no Brasil no PLC 115, de 1993, já aprovado na Câmara Federal. Ele objetiva, entre muitos outros aspectos, sempre na direção de endurecer os privilégios, dar patentes aos setores farmacêutico, alimentar, metalúrgico e de seres vivos, pela via da engenharia genética. Isto permite que as Corporações Transnacionais vinculadas aos países do Primeiro Mundo passem a controlar a saúde, a agricultura e os meios de vida, submetendo os países do Sul à inviabilidade e impotência.

Essa estratégia está sendo empregada para solapar os serviços de saúde, impondo barreiras à utilização de medicamentos genéricos e promovendo a elevação acentuada dos preços e dos lucros de corporações norte-americanas. Além disto, acordos tipo NAFTA objetivam "liberalizar" os serviços, o que permitiriam aos bancos supranacionais desalojar os concorrentes nacionais a assim eliminar qualquer possibilidade de planejamento econômico e de desenvolvimento independente nacionais.

Simultaneamente, medidas protecionistas nos países industrializados reduzem as rendas nacionais dos países em cerca do dobro da quantidade de "ajuda" oficialmente ofertada a região, a qual, em boa parte, serve apenas para orientar exportações cada vez mais desvalorizadas, para os países ricos.

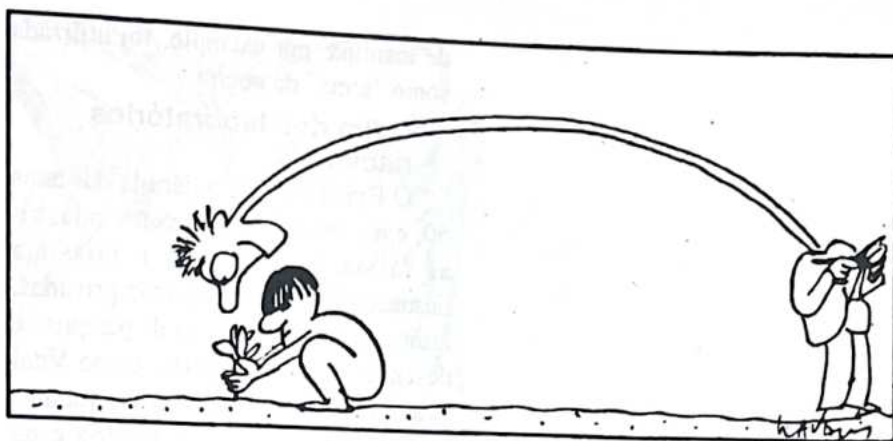
Essas práticas, juntamente com o ditado pelo FMI e Banco Mundial, ajudaram a dobrar a brecha entre os países ricos e pobres. Em meados de 1992, mais de 17 milhões de trabalhadores

estavam desempregados ou subempregados. Cerca de 75% desses empregos estão definitivamente perdidos. Do aumento limitado da riqueza verificado nos anos 80, "70% ficaram com 1% de maior renda, enquanto a parte inferior perdeu absolutamente".

Configura-se assim o que o "Financial Times" descreve como sendo o "Governo Mundial", de fato o FMI, o Banco Mundial, o Grupo dos 7 (G-7), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e outras instituições criadas para servirem aos interesses das Corporações Transnacionais, dos Bancos e de instituições promotoras de investimentos. Acrescentamos o poder de decretar guerras aos países "rebeldes" do restrito grupo de potências com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

O privilégio da patente corresponde a concessão pelo Estado de uma reserva de mercado monopolica de âmbito mundial. É uma prática medieval, embora aplicada então a feudos, e não ao mundo como se faz hoje. O detentor da patente passa a ter mais poder incomensurável. Tem o poder de destruição característico dos monopólios, sempre negativo para o lado fraco, mas muito vantajoso para o lado forte. O monopólio somente se justifica quando nas mãos do Estado objetivando o bem comum.

O Brasil foi o quarto país do mundo, em 1883, entre apenas onze, a aderir ao sistema internacional de patentes, a chamada Convenção de Paris. Nossa experiência como membro fundador favoreceu em muito mais de 95% privilégios estrangeiros, deu muita riqueza a nações hegemônicas e restringiu nosso desenvolvimento. Durante mais de cem anos pagamos preço inominável por pertencermos a esse sistema, em condições desvantajosas. Isto se deve, principalmente, a natureza do "modelo" de crescimento econômico dependente de pacotes tecnológicos externos, que estabelece uma reserva de mercado global para a tecnologia exógena. A autonomia tecnológica tem no "modelo" severas restrições, explicitadas em centenas de decisões governamentais. Não se trata

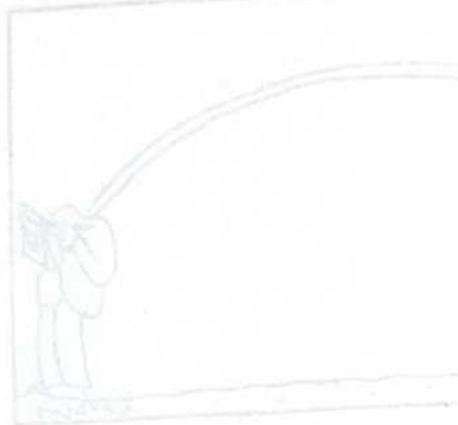


de um "modelo" de desenvolvimento, mas de crescimento econômico perverso, restritivo a nossos interesses.

Sua aplicação, entretanto, ao campo das patentes tinha limitada perversidade por não ser extensiva a patentes de setores que envolvem a preservação da vida e à segurança das pessoas, como o farmacêutico e alimentar, como estipulado no atual Código de Propriedade Industrial. Ademais, em geral, a patente de invenção se aplica apenas a itens isolados de pacotes tecnológicos que envolvem, na maioria das vezes, centenas de milhares ou milhões de itens, como ocorre em setores como o siderúrgico, bens de capital, automobilístico, aeronáutico, petroquímico, etc. Isto não sucede no campo farmacêutico, por exemplo, em que a patente de produto se aplica em geral para uma nova molécula, base de princípio ativo. Assim, o privilégio corresponde ao produto final.

Essas razões levaram países industrializados a somente adentem ao sistema de patentes farmacêuticas, quando possuíam um extraordinário acervo de invenções, como por exemplo, Japão, Itália e Suíça, que somente aderiram já bem avançada a década de 70; quase um século depois de estabelecido o sistema internacional, o Japão dominava então, 80% das invenções farmacêuticas que necessitava e a Suíça já era a 3ª maior potência industrial farmacêutica mundial. Outros países como a Espanha e Canadá exigiram prazo suficiente para conquistarem poder competitivo e não submeterem a vida de seus povos a perigosíssima vulnerabilidade. Na "Guerra das Malvinas", a dependência

"...nosso subdesenvolvimento resultou do fato de que jamais tivemos políticas que defendessem o nosso mercado interno do controle de potências econômicas estrangeiras".



de insulina, por exemplo, foi utilizada como "arma" de guerra.

O fim dos laboratórios nacionais

O Brasil teve até a década dos anos 50, uma das mais florescentes indústrias farmacêuticas, com riquíssima farmacopéia. Eram empresas privadas, muitas delas com centros de pesquisa e desenvolvimento próprios, como Vital Brazil e outras. Exportávamos vacinas e medicamentos para a Europa e os EUA, antes de lá serem produzidos. Foram todas demolidas por políticas anti-nacionais, como as contidas nas Instruções 70 e 113 da antiga SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) - sempre a área financeira fazendo o serviço. Entre 1957 e 1975, como decorrência, mais de 37 laboratórios nacionais foram adquiridos por grupos estrangeiros.

Graças à restrição legal ao privilégio nefasto, a partir de 1971, ano de aprovação do atual Código, ficou possível pensar-se em promover o surgimento de indústrias de capital e tecnologia nacionais. Por iniciativa da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio e da Central de Medicamentos, estabeleceu-se, via Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, política que resultou em dezenas de novas indústrias farmacêuticas a partir de 1975, que demonstraram singular competência. Somente no campo de antibiótico surgiram sete indústrias nacionais de capital nacional. Promoveu-se também a criação da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico - CODETEC, empresa de produção tecnológica vinculada a Universidade de Campinas. Os resultados foram excepcionais, especialmente quando Hélio Beltrão era ministro da Previdência Social. Os medicamentos com tecnologias desenvolvidas pela CODETEC ou em desenvolvimento chegaram à ordem de 80. A lista de medicamentos básicos, RENAME não chega a 400. Ou seja, em mais alguns anos, a CODETEC colocaria o Brasil no domínio tecnológico desses medicamentos. Tudo isto graças a não existência do privilégio das pa-

tentes farmacêuticas, concessão danosa de monopólio e reserva de mercado praticamente exclusiva para interesses externos. Tudo entretanto foi submetido a processo de destruição e desmonte, culminando com a extinção da Secretaria de Tecnologia Industrial e o esvaziamento de seus principais órgãos que envolviam em 1978 cerca de 6000 especialistas. Com o extermínio da STI foram esvaziados cerca de cem institutos de desenvolvimento tecnológico, alguns deles, em setores estratégicos, entre os melhores em todo o mundo. Em seguida veio a política recessiva e a abertura neoliberal. Foi o fim de tudo, em nome de modernidade e da inserção no Primeiro Mundo, com se fossemos todos um bando de idiotas. Foi a destruição quase total de instrumentos que levaram décadas para serem construídos. O Instituto Nacional de Tecnologia começou suas atividades em 1992.

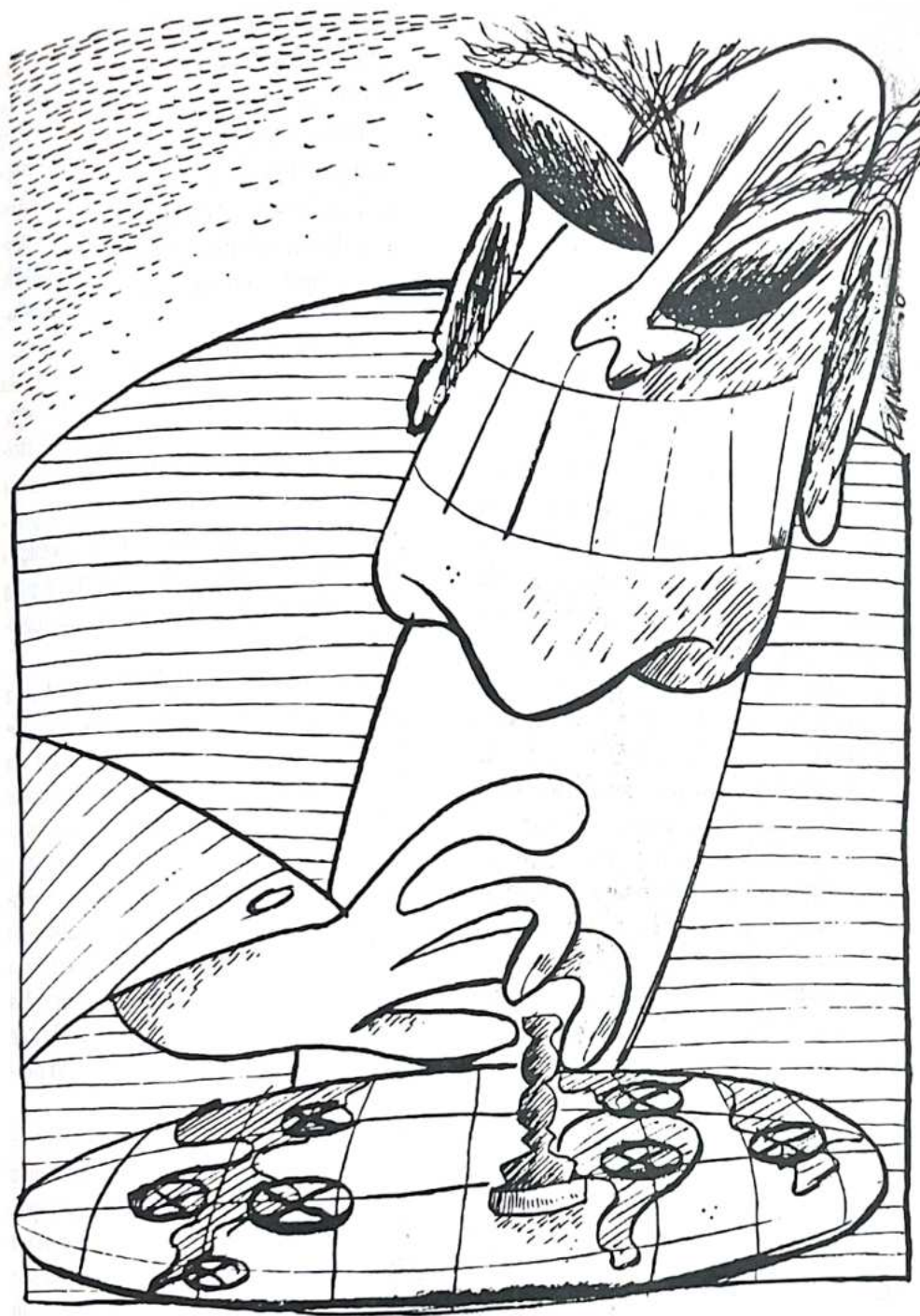
É precisamente nesta triste fase de nossa história, quando a estrutura de produção tecnológica, com poucas exceções, se encontra quase destruída que surge o projeto de lei de patentes, que nos levaria para a República Velha, se as nações hegemônicas estivessem no mesmo nível tecnológico que estavam no início do século. A rigor, este projeto se transformado em lei terá o papel que teve o Tratado de Methuen, que nos excluiu da Primeira Revolução Industrial. O PLC 115/93 garante nossa exclusão da Terceira Revolução Industrial. O Embaixador Methuen porém levou para Lisboa dezenas de baús de presentes para "agradar" a parte corrupta da nobreza portuguesa.

Felizmente cabe ao Senado corrigir o desserviço da Câmara Federal para com o povo brasileiro, certamente existe entre seus membros muitos senadores à altura deste indispensável gesto patriótico.

Quanto a infantis argumentos daqueles que defendem a aprovação dessa lei, objetivando colocar as empresas nacionais que sobreviveram em brios e assim resolvam atacar com vigor a competição tecnológica, resta apenas perguntar. Quem irá investir milhões de dólares já

Plural

"O detentor da patente passa a ter poder incomensurável. Tem o poder de destruição característico dos monopólios, sempre negativo para o lado fraco, mas muito vantajoso para o lado forte."



"...quando nosso 'modelo' econômico suicida for mudado e alcançarmos nível tecnológico competitivo mundial, como o Japão, a Suíça e a Itália têm hoje, então, nos interessará um rigoroso sistema de patentes."

sabendo que durante 20 anos o mercado a que se destina esse titânico esforço estará fechado pelas patentes, em benefício de interesses externos? O que leva às Corporações Transnacionais que tão generosamente foram aqui colhidas e já dispendo de 85% do mercado nacional a atuar com tal truculência? Não imaginam que podem um dia tudo perderem por excesso de apetite?

Também não são consistentes os argumentos relacionados com a necessidade de concessão de privilégios de patentes para garantir os ressarcimentos aos investimentos realizados, objetivando invenções ou para preser-

var sigilo. Esses ressarcimentos se realizam naturalmente por meio dos contratos de tecnologia extensivos no campo da produção, em prática universalmente adotado e, em geral, tendo forum de julgamento no exterior. Quanto ao sigilo constitui-se em cláusula específica constante, quando indicado, nesses contratos.

Além de setores farmacêuticos e alimentar, este Projeto de Lei altera o atual código, admitindo como objeto de privilégio de patente as ligas metálicas, o que representa um grave perigo de restringirmos nosso portentoso patrimônio mineral à sua forma natural,

“...ninguém tem o direito moral de se apoderar desse patrimônio absoluto que é o patrimônio da vida, detendo o continente brasileiro 80% do existente no planeta.”

submetido a processo sistemático de desvalorização pelos cartéis e oligopólios que controlam o mercado internacional dos produtos minerais transformados.

Modelo suicida

Estamos agindo com este Projeto de Lei como nenhuma nação que deu certo no mundo jamais agiu. Evidentemente, quando nosso “modelo” econômico suicida for mudado e alcançarmos nível tecnológico competitivo mundial, como o Japão, a Suíça e a Itália tem hoje, então, nos interessa um rigoroso sistema de patentes. Ai não estaremos contra os interesses de nosso povo, não estaremos contra os interesses fundamentais da nossa vida individual e como sociedade organizada.

Esse projeto, no entanto, vai muito além de tudo isto. Ele consegue afrontar a ciência, ao definir uma descoberta como sendo uma invenção. A ciência e o vernáculo. É como se, “modus et rebus”, esta Casa resolvesse decretar a revogação da lei da gravidade. Isto ocorre ao pretender patentear microorganismos vivos, quer sejam eles engenheirados ou não.

Na realidade ninguém jamais inventou um ser vivo, ou qualquer de suas partes e os microorganismos são seres vivos elementares. Até hoje a ciência não conseguiu explicar a origem da vida e ninguém tem o direito moral de se apoderar desse patrimônio absoluto que é o patrimônio da vida, detendo o continente brasileiro 80% do existente do existente no planeta. A situação de carência de espécies e variedades genéticas dos atuais países hegemônicos não justifica tentar se apoderarem desse extraordinário patrimônio dos trópicos. Eles sabem, entretanto, que a profunda crise em que estão envolvidos os combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral), o resurgir da farmácia natural, em contraponto com o esgotamento da química de síntese, dão esse patrimônio indiscutível valor estratégico universal.

A aprovação do PLC 115/93, na forma aprovada pela Câmara da o controle da agricultura brasileira a umas poucas corporações, via os microorganismos engenheirados, pela patente das semen-

tes, dos agrotóxicos e fertilizantes a elas vinculados. Com os nossos agricultores acontecerá o que está acontecendo com os do riquíssimo Meio-Oeste norte-americano, cuja dívida com os banqueiros é impagável. Toda a agricultura tropical, desenvolvida com tanta dificuldade e por tanto tempo, ficará comprometida.

Com a retirada do poder de averbação de transferência de tecnologia, voltarão as cláusulas contratuais restritivas que impedem a indústria nacional de competir, de sobreviver. O INPI, principal órgão responsável pela execução do atual Código, se transformaria pelo PLC 115/93, em mero cartório de registro, salvo exceções.

Em síntese, o PLC 115/93 afronta interesses de nossa sociedade na agricultura, na indústria, na tecnologia, na liberdade do uso do saber, nos valores morais e na soberania, atingindo inúmeros preceitos constitucionais e o tratado de biodiversidade referendado pelo Brasil na ECO-92. Reporto-me também ao Código de Conduta para Transferência de Tecnologia, aprovado pelo Grupo dos 77 no âmbito da UNCTAD e a CPI do Atraso Tecnológico presidida pelo ilustre Senador Mário Covas.

E, finalmente, quanto aos nossos irmãos do Norte, preferimos guardar a imagem de um de seus ilustres filhos que, em 13 de agosto de 1813, em carta a Saul K. Padover assim se referiu à questão das patentes. “Que as idéias devem ser divulgadas livremente de uma pessoa a outra, pelo mundo inteiro, para instrução moral e mútua do homem e para o melhoramento de suas condições, parece ter sido um desígnio peculiar e benevolente da natureza, quando as fez, como o fogo, expansivas pelo espaço todo sem perda de densidade em ponto algum, é como o ar que respiramos, onde movemos e temos físico, incapazes de serem enclausuradas ou apropriadas com exclusividade. Portanto, as invenções, por natureza não podem ser submetidas à propriedade”. São palavras de Thomas Jefferson.

Brasília, 09 de novembro de 1993.

La guerrilla
y sus objetivos

DEMOCRACIA



A BALAZOS

Por que guerrilha no México em tempos de economia de mercado?

Waldir José Rampinelli
Professor do Departamento de
História da USFC

Plural, v.3, n.4, p.71-74, jan./jul., 1993

“O que a oposição moderada de Cárdenas, acusada de radical pelo governo, não conseguiu em 6 anos, o movimento Zapatista o fez em uma semana...”

Como explicar, que apesar do “sucesso” da economia de mercado, surja - no México - um movimento guerrilheiro denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)? Afinal de contas, seus índices econômicos são satisfatórios.³ O orçamento, por exemplo, teve superávits constantes nos últimos anos; a dívida externa foi renegociada em condições vantajosas para o país; o investimento privado se tornou a força motriz do que antes fora uma economia liderada pelo Estado; as tarifas de importação sofreram uma redução drástica; a inflação, que chegou ao patamar de 159% em 1987, baixou para 8% em 1993; cerca de 390 companhias estatais foram privatizadas arrecadando o Estado 23 bilhões de dólares; a Constituição passou por alterações para permitir que os camponeses que viviam em terras comunais (ejidos) pudessem comercializá-las com grupos privados, enfim, o Estado retirou-se do controle da economia para que as forças de mercado a regessem com base no princípio da competitividade.³

No campo político, o governo mexicano vem abandonando sua tradicional política externa com o Terceiro Mundo para alinhar-se aos parceiros do Norte e é sistematicamente apresentado como paradigma para a América Latina. O México que abrigou exilados de todo o continente durante as décadas dos 60 e 70, que foi o único país da região a não romper relações diplomáticas com Cuba, que firmou o Pacto de São José oferecendo petróleo a preços inferiores ao do mercado internacional para cooperar no desenvolvimento dos países da América Central e do Caribe, que apoiou o Movimento Sandinista na Nicarágua, que reconheceu o estado de beligerância da guerrilha de El Salvador, que fundou o Grupo de Contadora para buscar uma solução aos graves problemas centro-americanos sem a ingerência da Casa Branca, que tem na “Doutrina Estrada” o princípio de não reconhecer governos impostos por exércitos estrangeiros, que defendeu os interesses latino-americanos nos foros internacionais em oposição a Washington, este mesmo México assume hoje uma política externa de alinhamento aos Estados Unidos.⁶

Até a sua historiografia, acusada em alguns momentos de demasiada nacionalista, sofre mudanças. A revolução mexicana de 1910, por exemplo, foi um movimento de tendência democrático-burguesa com um viés populista, nacionalista e antiimperialista. Através dela o México reafirmou sua identidade nacional buscando diferenciar-se do vizinho poderoso que estava em sua fronteira setentrional e levantou a bandeira antiimperialista da ocupação de suas terras ao norte. Esta história é contada de pai para filho, ensinada nas escolas, visualizada nos filmes e museus, revivida a cada aniversário do evento ou de seus heróis e expressada através da canção ranchera. Isto, em parte, tem levado o México a adotar uma política externa conflitiva com os Estados Unidos, chegando-se ao ponto de as relações entre os dois serem quase que permanentemente tensas. São os conhecidos “vecinos

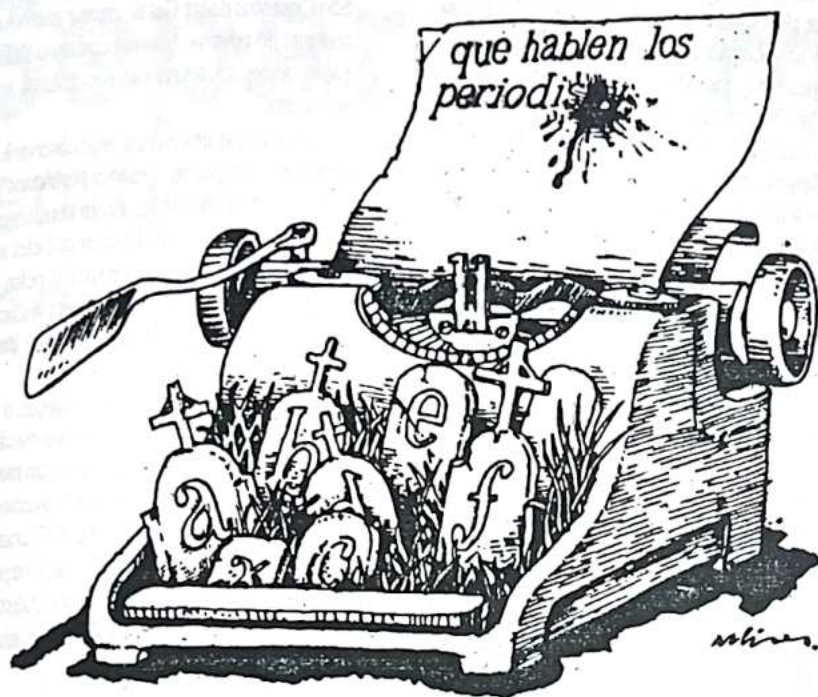
distantes”.⁷

Ajuste histórico

Com a participação do México no Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e o Canadá, uma das exigências - além de tantas outras - é que o país dos astecas reescreva (sic) seus livros de história. O próprio New York Times fez este pedido em suas páginas, o que provocou protestos da classe política mexicana mais identificada com suas raízes nacionalistas. Em setembro de 92, início do ano letivo,⁸ cerca de 20 milhões de crianças se depararam com seus novos textos de história, os quais, relatam a perda de mais da metade de seu território para os Estados Unidos como um fato quase que natural, já que estas terras não se ligavam culturalmente ao resto do país; elogiam a abertura das fronteiras ao capital estrangeiro promovida por Porfirio Díaz no final do século XIX e início do XX, como um fator fundamental no desenvolvimento econômico do México; minimizam o seu passado revolucionário; passam ao largo do importante papel desempenhado por heróis populares como Zapata e Villa na questão da reforma agrária; tocam, de forma ligeira e breve, a nacionalização do petróleo feita por Lázaro Cárdenas em 1938 e os sérios conflitos surgidos então com o governo norte-americano, enfim, omitem as difíceis relações com os Estados Unidos dando realce a uma visão mais tecnocrática do mundo. O presidente Carlos Salinas de Gortari é apresentado como o novo herói nacional que colocou o país no caminho da modernidade.

E depois de tantos “ajustes”, um grupo guerrilheiro do pobre e atrasado estado de Chiapas se levanta para dizer ao mundo que os pés do gigante ainda são de barro, causando um terremoto político na consciência mexicana.

Primeiramente, o plano econômico neoliberal adotado pelo governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) e aprofundado por Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), sob a orientação do Fundo Monetário Internacional, beneficiou apenas as classes dominantes. Para a imensa maioria da população ele fracassou. A redução dos gastos públicos, por exemplo, aumentou os problemas sociais, quer no campo ou nas cidades; a eliminação do déficit do orçamento levou o governo a cortar o subsídio ao milho, matéria prima responsável pelo principal alimento dos mexicanos: a tortilla; a diminuição do tamanho do Estado, com seu programa de profetização, passou às mãos da burguesia mexicana empresas importantes, por um preço irrisório, levando o candidato da oposição Cuauhtémoc Cárdenas a afirmar que uma vez eleito as expropriaria para vendê-las novamente, e por último, a liberação da economia levou à falência, apenas no ano de 1990, 270.000 pequenas e médias empresas no país, sem contar as que deixaram o setor produtivo e passaram a ser meras importadoras e revendedoras de manufaturas, ocasionando um elevado índice de desemprego. Apenas na cidade do México, calcula-se que entre 12% e 15% da população viva da economia informal. Enti-



dades do setor privado afirmam que entre 25 e 30% da força de trabalho esteja desempregada no país ou sobreviva às custas do ramo informal.

Espaço propício

A grande capital dos mexicanos é hoje um verdadeiro tianguis (mercados populares), sem levar em conta os ambulantes que estão por toda a parte, desde à parada de um carro num semáforo até à porta de entrada de um condomínio. Este contingente tem aumentado sistematicamente devido à abertura das fronteiras aos produtos estrangeiros. Ao comprar um pé de alface num supermercado mexicano de um agricultor da Califórnia, apenas para citar um exemplo, você pode se perguntar: E o produtor de hortaliças do México, o que faz agora? Com certeza estendeu um pano na calçada e vende quinquilharias dos tigres asiáticos para sobreviver.

Apesar dos gastos sociais (PRONASOL: Programa Nacional de Solidariedade), os níveis de pobreza se acentuam cada vez mais. Cerca de 16% da população do México - 13 milhões de pessoas - vive na "extrema pobreza" e outros 23,6 milhões são classificados como "pobres".

Os monopólios estatais foram substituídos pelos privados e parte da burguesia mexicana se tornou bilionária ao som do martelo. A cidade de Monterrey abriga hoje 6 das pessoas mais ricas do mundo.

Em segundo lugar, por que em Chiapas? Ocorre que se esta região foi o berço da civilização maia, hoje tem uma das populações mais pobres do México. Embora a guerra de independência (1810-1821) tenha levantado a bandeira do fim da escravidão, a mesma era praticada com requintes de crueldade, no início deste século, nas fazendas de fibra de sisal do sul do país.

Dai que, a estrutura autoritária do Estado apoia-

da nos grandes latifundiários e de maneira particular nos "caciques" do Partido Revolucionário Institucional (PRI); a corrupção como mecanismo endêmico de dominação; o não respeito aos direitos humanos bem como ao voto popular e o programa "Solidariedade" como paliativo aos problemas regionais terem criado um espaço propício para um levante armado que questionará o caminho de "modernidade do México".

Obviamente que o contato da região com a guerrilha guatemalteca (a mais antiga do continente) e a presença de uma facção da Igreja comprometida com a Teologia da Libertação também contribuíram para o levante armado. Os bispos Samuel Ruiz García de San Cristóbal de las Casas, Felipe Aguirre Franco de Tuxtla Gutiérrez e Felipe Arizmendi de Tapachula - três cidades do estado de Chiapas - representam a vanguarda da igreja progressista mexicana. Em suas dioceses há um número significativo de padres e agentes de pastoral comprometidos com as causas camponesas e indígenas. E uma vez desencadeado o conflito os bispos afirmaram que as origens do mesmo estavam na miséria estrutural que assola a região.

Em terceiro lugar, embora o maior número de guerrilheiros esteja no sul e seja predominantemente camponeses indígenas, dele também participam operários. Não são grupos étnicos que se alçaram em armas e sim os marginalizados pelo sistema capitalista. As explosões em Acapulco e no Distrito Federal bem como nas cidades do nordeste, as passeatas de apoio ao EZLN e a incorporação das reivindicações zapatistas por outras organizações comprovam esta afirmação.

As eleições depois do TCL

- E agora, como fica o México?

Com certeza não será mais o mesmo. A antiga

1. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado em Estudos Latino-Americanos na Universidade Nacional Autônoma do México.

2. Emiliano Zapata, herói popular que abriu caminho aos camponeses na Revolução Mexicana de 1910 com a bandeira da reforma agrária, é uma figura em torno da qual vários grupos se articulam, principalmente no estado de Morelos. Salinas de Gortari cooptou alguns deles distribuindo títulos de propriedade de terras no início de seu governo e tentou capitalizar a imagem de Zapata em favor da modernidade.

3. O PIB mexicano teve um crescimento regular durante o governo de Salinas de Gortari, à exceção de 1993 que foi de apenas 0,5%.

4. Salinas de Gortari anunciava o retorno de 50 bilhões de dólares que a burguesia mexicana havia depositado em bancos norte-americanos.

5. Veja-se A revolução continua, publicado na revista *The Economist* e reproduzido pelo jornal *Gazeta Mercantil*, 22 de janeiro de 1994, p. 1-2, Curitiba.

6. Aceita a tese de que seus poços petrolíferos sejam considerados reservas estratégicas dos Estados Unidos em caso de guerra, como ocorreu durante o conflito do Golfo; apoiou o massacre feito pelo Pentágono no Iraque, chegando a discutir a possibilidade do envio de soldados; não protestou de forma enérgica quando a DEA (Drug Enforcement Administration) invadiu o seu território para sequestrar um possível envolvido no assassinato de um policial norte-americano na cidade de Guadalajara, aceitando implicitamente o princípio da lei penal estadunidense da extra-territorialidade, ou seja, o direito de Washington invadir os países para sequestrar os que têm contas a prestar à sua justiça; não condena com veemência a violação aos direitos humanos praticada contra mexicanos na fronteira entre os dois países e dentro do próprio Estados Unidos, enfim, adota uma postura de condescendência com o Departamento de Estado em questões internacionais.

7. Veja-se RIDING, Alan, *Vecinos Distantes* (Um retrato de los mexicanos), Planeta, México, 1985.

8. Era então Ministro da Educação Ernesto Zedillo Ponce de León, indicado mais tarde candidato à presidência da República pelo oficialista Partido Revolucionário Institucional (PRI) em substituição a Luís Donaldo Colosio que fora assassinado no dia 23 de março de 1994.

imagem de uma política externa independente e democrática não se aplica internamente. Os processos eleitorais são viciados, o voto não é respeitado, as fraudes são uma constante, os direitos humanos são sistematicamente violados e a própria Constituição do país proíbe a presença de observadores internacionais. A eleição presidencial de Salinas, em 1988, foi profundamente questionada e políticos do próprio PRI admitem a perda da mesma. Daí toda uma estratégia do presidente em legitimar-se no poder através de uma administração "participativa" (que hable México) e atualmente seu partido tenta reciclar-se para não perder o próximo pleito.

O Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e o Canadá prosseguirá, porém, atendendo mais às particularidades regionais, principalmente evitando que o mesmo agrave a situação interna do país. Vale lembrar que o governo e os empresários norte-americanos apostam no Tratado como um mecanismo de exploração da mão de obra barata mexicana, extração de matérias primas a baixo custo especialmente o petróleo e domínio do mercado asteca já invadido por produtos asiáticos. Isto se torna evidente quando as pesquisas estadunidenses apontam que 80% de seu empresariado é a favor do TLC, ao passo que também 80% dos seus trabalhadores são contrários, pois vislumbram queda salarial e menor barganha dos sindicatos nas futuras negociações.

O Partido Revolucionário Democrático (PRD) - considerado de oposição por ter sido fundado por dissidentes do PRI e que representa a social-democracia - deverá crescer nas eleições deste ano e não se descarta, ainda que remotamente, a possibilidade de vitória de seu líder Cuauhtémoc Cárdenas à presidência da República. Afinal de contas Cárdenas é, para a classe dominante mexicana, um "mal menor" frente ao avanço do movimento guerrilheiro.

Os resultados das eleições presidenciais de agosto de 94 necessitam do reconhecimento de validade dos partidos de oposição ao PRI e do movimento Zapatista. Caso eles sejam fraudulentos, o EZLN voltará a atacar e não se descartam rebeliões por todo o território nacional, tornando-o ingovernável para Salinas e seu possível sucessor.

A idêia da reforma do Estado para democratizar toda a estrutura política, econômica e social do país crescerá e será exigida pelo EZLN como condição sine qua non para entabular qualquer diálogo com o governo, obrigando os cardenistas e os partidos de esquerda a apoiarem esta reivindicação do movimento armado.

As conquistas da guerrilha

A imprensa escrita - até a pouco tempo sob estrito controle do governo graças ao monopólio estatal do papel - começa, pelo menos em parte, a defender uma posição mais crítica em relação a estrutura autoritária do país, aproveitando-se da crise de Chiapas para conquistar um maior espaço de liberdade, o qual já parece tornar-se irreversível. A rede privada de televisão (TELEVISA), no entanto, continua a manipular as notícias de forma acintosa. O próprio

subcomandante Marcos não aceitou que a mesma participasse da cobertura das negociações, na catedral de São Cristóbal de las Casas, entre a guerrilha e o representante do governo Manuel Camacho Solís sob a alegação de que "televisão não necessita de notícias, ela as inventa".⁹

Os investidores estrangeiros observarão com mais cuidado a solução dos grandes problemas políticos e sociais do país para aplicar com mais segurança seus capitais na região. Cabe lembrar que eles sabiam dos graves problemas políticos e sociais pelos quais passava a população mexicana. No entanto, acreditavam que a habilidade de Salinas de Gortari dirimisse todos os conflitos.

Com a perspectiva destas mudanças, o movimento guerrilheiro atingiu seu objetivo imediato: "um reformismo armado". O que a oposição moderada de Cárdenas, acusada de radical pelo governo, não conseguiu em 6 anos, os Zapatistas o fizeram em uma semana: por o governo em uma mesa de negociações e exigir-lhe a aplicação das normas capitalistas que ele tanto defende, não apenas na economia, mas também no político.

Demandamos a convocação de uma eleição verdadeiramente livre e democrática, com igualdade de direitos e obrigações para as organizações políticas que lutam pelo poder, com total liberdade para escolher uma ou outra proposta, respeitando a vontade da maioria. A democracia é um direito fundamental de todos os povos indígenas e não indígenas. Sem democracia não há liberdade, não há justiça, não há dignidade. E não havendo dignidade, nada há.
10

Na verdade o EZLN não luta pelo fim do sistema capitalista mexicano, mas sim por uma agenda fundamental, qual seja, respeito ao voto, aos direitos humanos e às tradições indígenas, reforma agrária, liberdade de imprensa,¹¹ erradicação da corrupção, programas sociais bem aplicados, enfim, por uma sociedade mais justa e democrática. As conquistas das guerrilhas de El Salvador (FMLN) e da Colômbia (M-19), em parte, dão razão ao movimento zapatista.

Finalmente, com o término da guerra fria e a desintegração da ex URSS já não se pode mais culpar o "comunismo internacional" pelo surgimento de guerrilhas. Tampouco a Cuba de Fidel ou a Nicarágua dos Sandinistas. É preciso buscar as causas nas contradições internas do próprio capitalismo, que além de criar os cinturões de miséria nas cidades, impede o acesso de populações camponesas a níveis de vida decentes.

Há um paralelismo significativo entre os planos econômicos de Porfirio Díaz (1877-1911) e os de Miguel de la Madrid e Carlos Salinas de Gortari. O porfiriato desembocou na Revolução Mexicana de 1910 e o neoliberalismo dos outros dois governantes começa a despertar o "México Bronco" nas montanhas e grotões de Chiapas.

9. Veja-se TIGÜERA FILHO, Sebastião, "O eterno retorno de Emiliano Zapata", 24 de fevereiro de 1994, p. 18-22, México, mimeo.

10. Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comandância Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional, fevereiro de 1994, México.

11. O jornal *La Jornada* afirmava que durante o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) haviam desaparecido 27 jornalistas ou pessoas ligadas à imprensa escrita.

Separatismo

tempo de ódio,
tempo de repensar o Brasil

Carpeta



Armando de Melo Lisboa
Professor do Departamento
de Ciências Econômicas -
UFSC

“Alternativa” é uma expressão que tem sua raiz no conceito de outro, alter em língua latina. Outra via, outro rumo, outra solução, outra visão de mundo. E supõe, para começar, a possibilidade de pensar de outra forma ...”
(O. Sevá Filho)

Por vivermos numa ordem de Estados-nações na qual o nacionalismo é uma força central, acostumamo-nos a pensar que Estado e nação são idênticos. Em seu longo estudo sobre "nações e nacionalismo" Hobsbawm demonstra que entre o Estado e a nação não existe necessariamente uma identidade; que as nações em geral são construídas pelos Estados; e que o Estado nacional é um fenômeno recente que surge em função de um estágio particular do desenvolvimento e da tecnologia, sendo, portanto, mutável. Conclui Hobsbawm (1990: 214) que ingressamos numa época na qual a história não pode mais ser contida "dentro dos limites das nações e Estados-nações". Estaríamos hoje vivendo a "superação do Estado nacional como instrumento de ordenação de sociedades" (Furtado, 1992b: 56). Não se trata do fim do Estado-nação, mas de uma profunda transformação: "a superação do estado-nação não é sua liquidação, mas sua integração em associações mais amplas" (Morin, 1993: 143). Nesta perspectiva de integração aponta Welfort (1990: 39) ao afirmar que "a América Latina errada é a América Latina dividida, compartimentada em Estados nacionais que se vêm mostrando obsoletos".

A formação dos grandes blocos econômicos está tornando anacrônica a idéia de sistema econômico nacional. O motor do crescimento deixa de ser o mercado interno para ser a integração com a economia internacional. Daí o enfraquecimento dos laços de solidariedade entre as regiões bem como o debilitamento da coordenação macroeconômica do Estado (Furtado). Já é muito conhecida a afirmação de D. Bell que "a nação-Estado está se tornando demasiadamente pequena para os grandes problemas e demasiadamente grande para os pequenos problemas". Com o processo de globalização em curso, no limite corremos o risco de encontrar o governo mundial: um super-Estado, impondo uma única forma societária necessariamente excludente e impossível de se generalizar.

Entretanto o fenômeno da globalização tem possibilitado, paradoxalmente, a fragmentação advinda da afirmação das múltiplas identidades. A globalização não leva necessariamente à homogeneização: "é a diversidade do mundo o que circula e se articula globalmente, ainda que, sem dúvida, em torno de dominação, de hegemonia (...) (Quijano, 1992: 78). O desafio contemporâneo é conviver na diversidade (sem a qual a vida tanto não é possível quanto não vale a pena ser vivida). A emergência das diferenças no contexto duma sociedade global torna urgente a construção de formas de regulação societárias novas, pois se a política global é conduzida pela geopolítica de afirmação do espaço vital e da busca do máximo poder de poucos impéri-

os, a irrupção da expressão das diversidades dos povos gera enormes tensões levando à guerras praticadas.

Como estabelecer entendimentos universais (pactos que permitam a sociabilidade) à partir do diferente? Na perspectiva moderna somente através do consenso homogeneizador. Na perspectiva clássica do governar, a governabilidade pela heterogeneidade é caótica, ingovernável. Portanto, uma autoridade planetária na ótica iluminista não poderá ser democrática.

A questão é construir a capacidade de interagir com o diferente (interno ou externo) à partir de posições próprias, da sua identidade. Num mundo globalizado/híbrido, a afirmação do regional não tem sentido nem eficácia se confundido como condenação do exógeno, do outro. Hoje todas as culturas são culturas de fronteiras, perdendo a relação exclusiva com seu território (fenômeno de desterritorialização).

O princípio de ser diferente não pode por em risco o princípio da cidadania comum (Dahrendorf). Somos diferentes mas também somos semelhantes! (Chebabi). Queremos ainda permanecer humanos? O direito à tribo (à diferença) não deve violar os direitos civis nem impedir a constituição duma cidadania planetária. A identidade humana se alimenta da unidade na diversidade: "Somos cidadãos do mundo na medida em que pertencemos à espécie humana, mas necessitamos de marcos de referência que estejam mais próximos de nós" (Oliveira, 1992: 136).

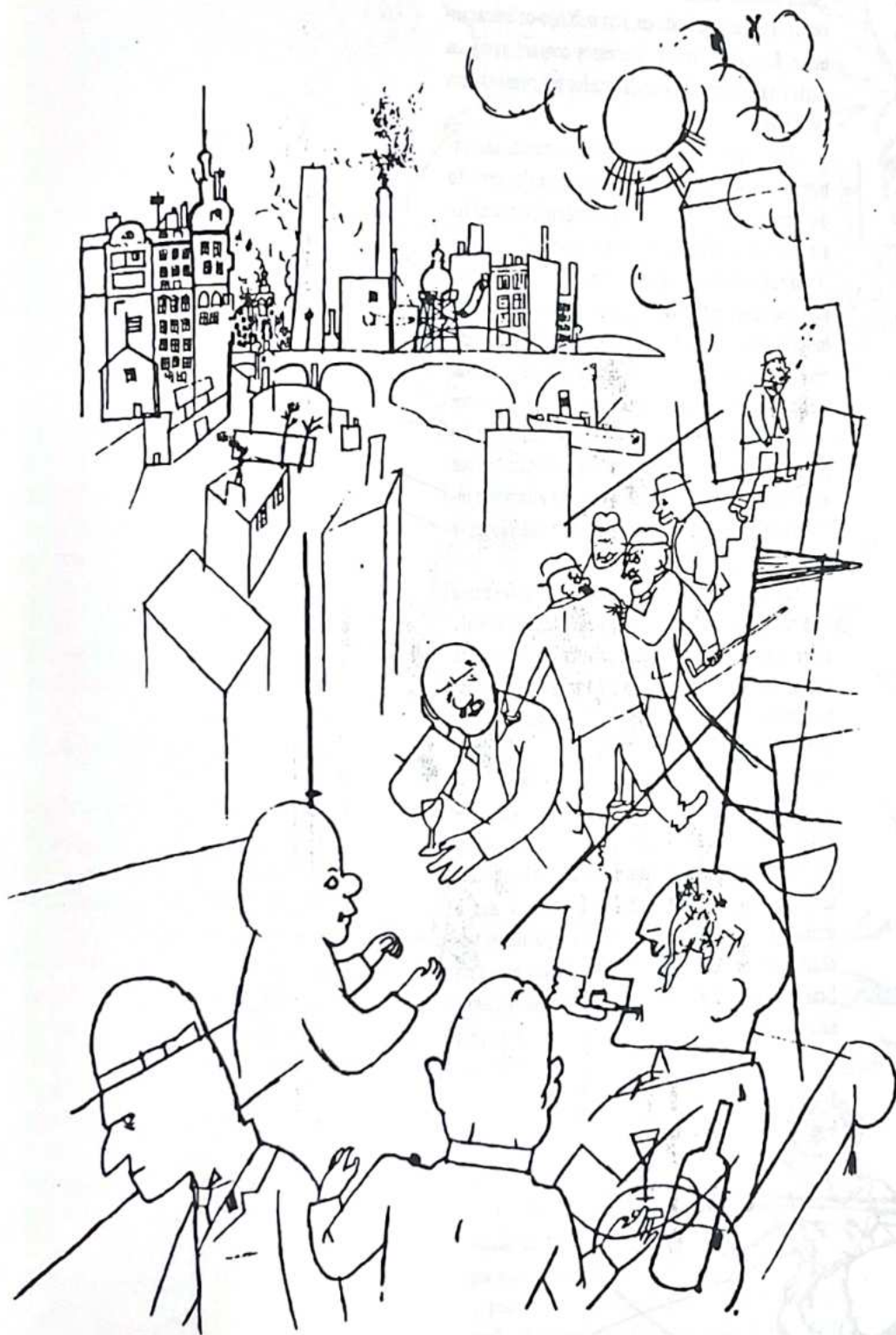
A etnicidade é cada vez mais uma força mobilizadora em todo mundo (Stavenhagen, 1985: 37), não sendo mais possível escamotear-la. O grande desafio dos próximos anos é pensar o etnodesenvolvimento, o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas (ibid.: 41). Morin (1993) alerta que se o retorno às origens (a afirmação das identidades) é legítimo, o antídoto aos riscos de retrocesso é, de um lado, "federar a Terra" através de uma "nova geopolítica" descentralizada e cooperativa; de outro operar um retorno mais amplo, profundo e anterior, à Terra-Pátria: "aquém de nossos ancestrais culturais, temos ancestrais primordiais nas próprias origens da humanidade nascida na África austral. Participamos da mesma identidade terrena, da mesma identidade humana". Conclui que o acontecimento chave desta era planetária é a tomada de consciência de que o planeta é nossa pátria (o que nos torna cidadãos do mundo), de que a nossa vida está ligada a vida da Terra.

Crise do pacto federativo

Segundo Furtado, este contexto de globalização conduz necessariamente ao exacerbamento das "tensões inter-regionais", apontando, num "país ainda em formação como é o Brasil", para a "inviabilização do país como projeto nacional".

Plural

Carpeta



"As atuais propostas separatistas existentes no sul do Brasil são uma resposta fascista à crise nacional, se travestindo de federalismo-autonomista mas usando das diferenças como arma contra os direitos civis, fundando-se no preconceito e na discriminação."

Neste difícil "caldo de cultura" deve-se agregar os ingredientes das antigas distorções da federação brasileira. O(s) movimento(s) separatista(s) que vem se manifestando no sul do Brasil se fundamentam, na prática, nas denúncias de desproporcionalidade na representação no Congresso. O governador gaúcho Alceu Collares, em depoimento na Comissão Especial Mista do Congresso Nacional que investigava o "Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro", afirmou que "não estamos sendo governados mais por brasileiros (...), estamos sendo governados só por nordestinos brasileiros (...)" (Brasil, 1993: 23). Hoje configura-se um déficit global desfavorável ao sul-sudeste (São Paulo perde 54 deputados, Rio de Janeiro e Minas Gerais 5, Rio Grande do Sul 4, Paraná e Santa Catarina 1).

Esta desproporcionalidade é apenas a "ponta do iceberg", pois "indica a falência de um certo modelo de federação (...)" (Camargo, 1993: 7). A emergência atual dos separatismos no Brasil vem desmascarar, para Chico de Oliveira (1993: 43), "um dos mitos brasileiros mais bem construídos (...) o de que resolvemos bem a unidade nacional" (ibid.: 44), revelando que a "questão regional" permanece como uma "fratura exposta" na nossa "unidade" nacional. Seríamos ainda uma nação inconclusa também para Ianni (1992: 177, 180): "O Brasil ainda não é propriamente uma nação. Pode ser um Estado nacional (...). Os estados e as regiões, por um lado, e os grupos e as classes, por outro, (...) apresentam-se como um conglomerado heterogêneo, contraditório, disparatado. O que tem sido um dilema brasileiro fundamental, ao longo do Império e da República, continua a ser um dilema do presente: o Brasil se revela uma vasta desarticulação. (...) Sob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros, continua em aberto a questão nacional. Em perspectiva ampla, a história do Brasil pode ser vista como a de uma nação em processo, à procura da sua fisionomia".

Os separatismos são, portanto, expressão do esgotamento do nosso atual modelo societário, estando na prática à serviço dos lobbies das elites político-econômicas do sul/sudeste, sendo usado como moeda de barganha política. Estas elites controlam os grupos separatistas (seja estimulando-os, seja inibindo-os/ameaçando-os de acordo com os interesses conjunturais), os quais no momento são impulsionados por pessoas sem expressão.

Todos, elites e dirigentes do movimento, são extremamente irresponsáveis pois, em nome da correção dos desequilíbrios federativos (escamoteando seus reais interesses) usam da bandeira separatista manipulando sentimentos arraigados com fortes apelos regionais que reavivam tensões-preconceitos-ressentimentos regionais-étnicos acumulados, estimulando em especial um racismo latente, em detrimento da democracia, da paz e convivência multi-étnica. Hoje vivemos em tempos híbridos, onde a proposição dum projeto político fundamentado no racismo leva necessariamente à explosão social. Existem componentes altamente inflamáveis no separatismo emergente que poderão levar a conflitos estúpidos e incontroláveis.

O enfrentamento da questão separatista não passa pela radicalização do conflito, pelo aterrorizamento sobre a proposta separatista, transformando-a numa questão policial. Isto somente agudizará a mesma, estimulando-a explosivamente. A solução democrática dum conflito reside tanto em se elevar a capacidade de compreensão do mesmo por parte dos atores envolvidos (e não, portanto, em se radicalizar o grau de confronto, impondo-se unilateralmente uma posição) quanto em ir às raízes do mesmo (sem negá-las). Vale a advertência de Bandeira (1993: 214): "É provável que, a médio e longo prazos, os movimentos separatistas venham a adquirir um apoio popular cada vez maior no Brasil se não forem removidos os fatores que determinaram o agravamento das tensões inter-regionais no país



Carpeta



Carpeta

**"A América é
ingovernável."
(Bolívar)**

(crise econômica, desproporcionalidades representativas). ... Não há motivo para otimismo quanto à possibilidade de que tais reformas venham a ser realizadas por via legislativa ... É preciso ter consciência que que ... podem vir ... cenários trágicos ... talvez uma guerra civil ... A secessão tenderá a ser cada vez mais considerada como uma alternativa viável, caso venha a confirmar-se a idéia de que esse problema dificilmente poderá ser sanado por meios políticos, pois isso exigiria que os representantes das regiões favorecidas abrissem mãos, voluntariamente, do poder e dos privilégios que lhes são conferidos pelas distorções do sistema de re-

presentação."

A proposta separatista substitui o sonho do Brasil gigante/moderno pelo do Sul rico. Nessa perspectiva o separatismo ao reivindicar a "identidade sulista" o faz numa perspectiva neo-colonizada: trata-se de modernizar-nos (de acordo com o espelho primeiro-mundista) ou de encontrarmos-nos com nossas raízes, com a América Latina? Ora, a afirmação das nossas identidades pressupõe a descolonização das nossas sociedades, a capacidade de nos pensarmos a partir de nós mesmos na perspectiva de conviver com o múltiplo, de abertura para o universal.

As atuais propostas separatistas existentes no sul do Brasil são uma resposta fascista à crise nacional, se travestindo de federalismo-autonomista mas usando das diferenças como arma contra os direitos civis, fundando-se no preconceito e na discriminação. Autonomia regional não significa necessariamente separatismo. A afirmação das identidades regionais não se confunde com enclausuramento. A perspectiva da autonomia não busca criar fronteiras e novos estados: o que são as fronteiras senão aquilo que divide os povos? Lembremos Thoreau: "subi as montanhas e não vi fronteira alguma".

Num momento em que surge a luta por uma cidadania planetária (vide RIO 92), em que começamos a lutar pela livre circulação de pessoas nos países de língua portuguesa (vide "carta de Coimbra" de Boaventura Santos), vamos erguer fronteiras? Impedir a migração? E os parentes que recentemente colonizaram o norte e centro-oeste do Brasil? Serão estrangeiros agora? Esquecem os "sulistas" que seus antepassados europeus migraram pobres para cá?

O velho e o novo

Toda crise possibilita, em geral, um processo de transformação em que o velho dá lugar ao novo. Mas esta "metamorfose" não é mecânica nem linear, como também pode não ocorrer. Vivemos, tanto no Brasil quanto planetariamente, uma difícil situação de transição em que existe uma contraditória relação entre o velho e o novo, que nem é de ruptura total nem de continuidade, mas com momentos de ruptura e momentos de continuidade.

No plano nacional "velho" é o modelo de desenvolvimento que buscava o ingresso do Brasil na modernidade através da imitação (processo de industrialização por substituição de importações) com base na liderança do Estado, mas em parceria com o mercado (grandes corporações). Hoje esgota-se o intervencionismo estatal e suas políticas desenvolvimentistas que ocultaram "a perversão dos mecanismos políticos de transferências dos recursos e de representação territorial" (Camargo, 1993: 2). Vivemos a crise da idéia de Brasil moderno, do mito (sonho) do Brasil Grande, Brasil Potência, da ilusão nacional(ista) - grande ideologia do consenso - que deu legitimidade à ação desenvolvimentista do Estado e tornou aceitável o apartheid social, bem como a construção dum País com enormes desigualdades regionais.

A dramaticidade da atual crise brasileira é que nela tem predominado o componente da desestruturação. Os sinais de degenerescência do tecido social da nação de maior contraste sócio-econômico-ambiental do planeta se generalizam, indicando a inviabilidade duma coesão social mínima. Matupá, Carandiru, Candelária, Haximu simbolizam a decom-

posição contemporânea da sociedade brasileira. Somos cada vez mais pessimistas, descrentes no futuro. E isto nos apavora: é a própria idéia de Brasil que está em cheque.

Grande parte do predomínio da perspectiva pessimista está em que os sinais de esperança não são percebidos porque estamos presos a uma visão colonizada (fascinada pelo moderno) e estatista da sociedade. Para perceber e compreender o novo são necessárias categorias novas, uma nova forma de pensar e relacionar. Não há dúvida de que também existem componentes de re-estruturação nesta crise que são o gérmen da mudança. Betinho dá visibilidade a este novo que tem brotado aqui no Brasil: a emergência da Sociedade Civil. Me refiro ao crescimento dos movimentos sociais, das associações comunitárias, duma ação cidadã construtora de alternativas concretas (propositiva e não apenas reivindicativa), que capilarmente (microcidadania) gera novos tecidos sociais.

Pistas para uma alternativa democrática

A perspectiva separatista também se alimenta da "crise de governabilidade" que hoje vivemos. No caso brasileiro esta crise não é meramente conjuntural, tendo profundas raízes em nosso histórico desacordo entre o Estado e a sociedade. Aparentemente, para os padrões políticos modernos, o Brasil (e o conjunto da América Latina) é ingovernável - pois não se forma aqui uma vontade hegemônica - o que, numa perspectiva iluminista, questiona a viabilidade democrática de nossa sociedade.

Não se trata apenas de aperfeiçoamento institucional: temos algumas das mais modernas (vide a nova constituição). É o olhar iluminista que está em crise, gerando a inadequação das instituições à sociedade e a ausência de legitimidade das mesmas.

A independência política não significou a necessária descolonização das relações de poder de nossa sociedade (Quijano). A estatolatria pós-colonial é neo-colonizadora. O Estado-nação moderno (e sua elite autoritário-iluminista) nos impôs, com alianças oligárquicas, a centralização, a unanimidade. Mas aqui ele nunca teve legitimidade (pois precedeu tanto o território quanto a nação), não resultando dum longo processo de amadurecimento da nação mas duma surpreendente continuidade do poder colonial. O moderno (a indústria) quando se constituiu aqui quis superar as tradições, quis preencher os "vazios". É a política do "branqueamento". A recente emergência das organizações indígenas e negras "explode o grande mito do Estado brasileiro: este não é um Estado de uma única nação, homogênea, lusófona, ocidental" (Oliveira, 1994: 13).

A raiz da crise de governabilidade reside em que-

Plural

- BANDEIRA, Pedro. A ressurreição do separatismo no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 20, n. 4, Porto Alegre, jan. 1993.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro. Relatório final*. Brasília, 1993, v. 2.
- CAMARGO, Aspásia. *A federação acorrentada*. XVI Encontro Anual da ANPOCS, mimeo, 1992.
- _____. Pacto federativo para o Brasil do ano 2000". *Estado de São Paulo*, caderno especial, 8 de agosto de 1993.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. Mexico: Grijalbo, 1990.
- CHEBABI, Wilson. O medo da diferença". In: SANTOS, Juana (org.) *Democracia e diversidade humana: desafio contemporâneo*. Salvador: SECNEB, 1992.
- DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*. Rio de Janeiro/São Paulo: JZE - Edusp, 1992.
- FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.
- _____. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. *Estudos Avançados*, São Paulo (USP), n. 16, 1992b.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MARX, Irton. *Val nascer um novo país: república do pampa gaúcho*. Santa Cruz do Sul: Excelsior, 1990.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne. *Tierra-Patria*. Barcelona: Kairós, 1993.
- OLIVEN Rubem. *A parte e o todo*. Petrópolis: Vozes, 1992.



Punto y Hora

rer se impor sistemas políticos gestados em outras realidades e não adequados à nossa, a qual exige a superação das formas partidocráticas e estatais de representação e de gestão pública.

Vivemos um federalismo inacabado: trata-se de "desacorrentar" a federação (Camargo), a qual nunca pode se realizar plenamente. Trata-se de viabilizar um outro Brasil liberto da obsessão do Estado-nação centralizado, radicalmente democrático e mais coerente com sua originalidade-identidade-diversidade, de reconhecer que na América Latina a heterogeneidade multi-temporal de cada nação possibilita fundar sociedades descentralizadas. É preciso re-fundar a União à partir das identidades locais-regionais, o que é diferente da descentralização administrativa.

Presenciamos hoje um processo de formação e emancipação da Sociedade Civil da tutela do Estado, um movimento em que o cidadão organizado vai ganhando organicidade e se diferenciando do espaço estatal e do espaço mercantil através duma estrutura organizativa em forma de redes (não piramidal) que procura delimitar o poder dos Estados e dos Mercados, criando um outro espaço público-federativo propício à cooperação. O Cidadão organizado é o contrapeso ao Príncipe-Mercador, é o espaço do agir comunicativo, o denominador comum que possibilitará a construção da cidadania planetária. É o portador da esperança, da utopia dum mundo melhor, solidário. A Sociedade Civil é protagonista dum outro estilo de desenvolvimento, o qual vai mais além do conduzido pelo Estado e pelo Mercado.

A lógica que emana dos atores constituintes da Sociedade Civil não é a da força nem a da troca, mas a da razão ética, do respeito à diversidade, da busca por descentralização e autonomia, possibilitando fundar

uma prática política nova onde se procura o entendimento mais que o consenso, onde a grande heterogeneidade gera um fantástico caos criativo. Não se constrói aqui a asfixia dum padrão homogeneizador mas se vive a multiplicidade da auto-organização e autorregulação presente em todos os processos vitais. Não se trata aqui de substituir ao Estado ou ao Mercado, mas de subordiná-los através da definição dos parâmetros éticos da atuação da economia e da política (como buscam os "movimentos pela ética"), reconhecendo a impossibilidade de que alguma instituição totalize a sociedade.

A redefinição do conceito de governabilidade é possibilitada pela emergência da Sociedade Civil como um ator plural de nova ordem (organizado privadamente mas com fins públicos), o qual reconstitui o espaço público (que deixa de se confundir com o Estado), reelaborando suas políticas: qual o significado dos conselhos populares de saúde, transporte, educação, meio ambiente e muitos outros nos mais variados níveis? A governabilidade vista desde a Sociedade Civil significa a capacidade da sociedade para compartilhar o governo, é a perspectiva da desestatização da sociedade, da construção de formas não hierárquicas de gestão.

Não se trata mais de reivindicar a tutela do Estado, de substituir um centrismo por outro (Brasília por Porto Alegre), muito menos ainda de assumir a regulação mercantil, mas da multiperspectiva duma sociedade com múltiplos polos onde a Sociedade Civil não é mais débil nem precisa, portanto, ser tutelada. Trata-se de um novo pacto federativo "em favor de uma Sociedade Civil capaz de ser protagonista social (...)" (Camargo, 1993: 9); dum pacto fundamentado no princípio da subsidiariedade: "tudo que puder ser feito pela comunidade menor não deve ser feito pela comunidade maior; o Estado não deve fazer o que pode ser de iniciativa da sociedade" (ibid.: 11). Trata-se de aprofundar e viabilizar a possibilidade aberta com a Constituição de 1988 da "primazia da Nação sobre o Estado e a submissão do desenvolvimento às exigências da cidadania" (ibid.: 6).

Resumo:

O trabalho busca discutir o surgimento dos movimentos separatistas no contexto do acirramento da crise social do Brasil contemporâneo. A análise das propostas separatistas, feita na perspectiva de que vivemos tempos híbridos que impõem o desafio da pluralidade, da convivência multiétnica, de pensar a possibilidade de um país diversificado. Como afirmar as múltiplas identidades e continuar aberto para o universal?

Palavras Chaves: Separatismo, Identidade, Brasil.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, 1994.

QUIJANO, Anibal. *Modernidade, Identidad y utopia en America Latina*. Lima: Sociedade & Política Ediciones, 1988.

Notas sobre a questão de identidade e nação no Peru. *Estudos Avançados*, São Paulo (USP), n.16, 1992.

RICOEUR, Paul. *Civilização universal e culturas nacionais*. In: Ricoeur, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

SANTOS, Boaventura. Carta de Coimbra. *Folha de São Paulo*, 4 de fevereiro de 1993.

SANTOS, Theotonio dos. *Globalização e regionalização na economia mundial. Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.21, n.1, 1993.

SOUZA, Herbert. *Estados Unidos do Brasil*. PG, Rio de Janeiro (IBASE), n. 73, 1991.

As ONGs na década de 90. *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*, Rio de Janeiro (IBASE - PNUD), 1992.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico/84*, Rio de Janeiro (TB), 1985.

VERHELST, Thierry. *O direito à diferença*. Petrópolis: Vozes, 1992.

WEFFORT, Francisco. *A América errada. Lua Nova*, n. 21, outubro de 1990.

Notas sobre a crise do Estado-Nação. *Pensamiento Iberoamericano*, n. 19, enero-junio de 1991.

O Liberal socialismo

Esta entrevista foi realizada durante o Seminário "Metamorfoses do mundo do trabalho", no qual Walquíria Domingues Leão Rêgo proferiu a seguinte palestra: "Liberdade e mercado: liberalismo e neo-liberalismo em questão", em outubro de 1993. Walquíria é doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, pós-doutora pela Università de Roma "La Sapienza", membro do Núcleo de teoria política do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, e professora do departamento de sociologia da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

"...o liberalismo econômico é uma falácia, um princípio que só pode conviver com a barbárie social, pois conduz a uma sociedade hedonista e egoísta".

PLURAL: Qual a sua opinião sobre o liberalismo, a experiência italiana e a questão do social-liberalismo?

VALQUÍRIA: A experiência italiana do liberalismo é 'sui generis' na Europa e talvez no mundo. E não fui só eu que verifiquei isso. Perry Anderson também constatou que o liberalismo italiano é um caso a parte. É essa excepcionalidade que procuro explicar na minha pesquisa, que está em curso. O liberalismo italiano dos anos vinte se autodenominou de "liberalismo socialista", o que marca uma distinção com a experiência liberal de outros países. E vai ser exatamente no norte da Itália na cidade de Turim, que um liberal e crítico literário - Piero Gobetti - funda o jornal "Rivoluzione Liberale". Nele escreviam pessoas de formação liberal. Os socialistas tinham outros canais. É interessante notar que neste período o diálogo entre um Gramsci e um Gobetti sempre foi possível. Gobetti era não só um amigo pessoal como colaborava com Gramsci. Nas páginas de "Rivoluzione Liberale" Gobetti apresenta seu amigo Carlos Rosselli au-

tor do livro "Socialismo Liberale", com estas palavras: "um socialista é um liberal que não permaneceu estranho às críticas e às exigências de seu tempo". Esta foi uma resposta a um artigo de Ricardo Bauer que se chamava "Perguntas ao socialistas", onde este dizia que "o nosso liberalismo - de Rosselli, de Gobetti - é socialista. Por que? Porque nós aceitamos o balanço do marxismo e do socialismo, porque aceitamos o princípio de que todas as liberdades são solidárias". Gobetti insiste que o socialismo e o liberalismo, por serem filhos da revolução industrial e fenômenos da luta política, podem encontrar um terreno comum. Além do mais, eles são herdeiros do iluminismo e, portanto, dotados do poder corrosivo da crítica racional. Muitos amigos de Gobetti tornaram-se marxistas, ou próximo disto, assim como em momentos diferentes muitos marxistas reconheçam-se enquanto gobettistas. A explicação teórica e histórica que em parte possui está numa redefinição que Benedetto Croce havia feito do liberalismo. Ele distinguia o liberalismo econômico - o "liberismo" - do

liberalismo político. Croce já criticava o liberalismo econômico. Na Itália, quando uma pessoa que se diz liberal em economia se chama "liberista". E liberal diz respeito ao sentido político. Croce já dizia no livro "Ética e Política", que influenciou muito esta geração, que o liberalismo econômico é uma falácia, um princípio que só pode conviver com a barbárie social, pois conduz a uma sociedade hedonista e egoísta. Croce ainda acrescentava que o liberalismo não pode estar vinculado exclusivamente ao capitalismo, pois ele representa um conjunto de valores mais amplo do que isto, transcendendo a uma determinada época histórica. Ele propunha um liberalismo ético. Evidentemente, isto é complexo e contraditório. Somente me referi a Croce para lembrar que ele abriu o caminho teórico e político para os intelectuais que não se identificavam totalmente com o marxismo e eram críticos da experiência da revolução russa. Esta é uma das origens deste movimento que tomará uma forma mais definida nos anos trinta e quarenta.

PLURAL: Este movimento ressurge, com algum vigor, em anos mais recentes?

VALQUÍRIA: Ressurge, mas com diferentes conotações. Vejamos a sua trajetória: nos anos trinta, quando Gobetti foi exilado e morto em Paris, Matteotti foi assassinado, e o fascismo já havia demonstrado a que viera, dois juristas da Universidade de Pisa - Guido Calógero e Aldo Capitini - escreveram e difundiram o "Manifesto Liberal-Socialista", onde preconizam princípios como reforma agrária, democracia interna às fábricas, imposto progressivo bastante forte. Lembro que este último constituiu uma reivindicação da Comuna de Paris, no século passado. São também retomados e atualizados alguns projetos e princípios do movimento operário

turinês dos anos vinte e vinte e dois - o chamado "biênio vermelho", bem como os do mazzinismo. Em 1942 este movimento funda o "Partito D'Azione" e prosseguem, do ponto de vista teórico, os debates em torno da questão operária travados anteriormente em jornais como "Rivoluzione Liberale", e sobretudo aquele fundado em Paris pelos exilados do fascismo, que se chamava "Giustizia e libertà". A luta se travava no campo da prática. Os liberais haviam se juntado com os socialistas, por exemplo, nas brigadas internacionais durante a guerra civil espanhola, e agora uniam-se aos comunistas na resistência armada ao fascismo. Desejo ressaltar que o fascismo e as lutas na resistência (o movimento "partigiano") constituíram as experiências decisivas para esta também experiência peculiar do liberalismo italiano. É claro que é preciso investigar bem estas conexões. No pós-guerra, no duro trabalho de reconstrução da Itália, o Partido comunista Italiano-PCI, que emerge da resistência como o mais forte partido de massa situado no campo da esquerda, não só da Itália como do mundo ocidental, faz submergir o "Partito D'Azione" como agrupamento político. O interessante é que no plano do debate teórico o diálogo, já havido nos tempos de Gramsci e Gobetti, retorna vivo e instigante. A seguinte fala de Palmiro Togliatti, nos anos cinquenta, nos dá idéia da atmosfera de diálogo reinante entre comunistas e liberais-socialistas: "Em resposta à você, Bobbio, com todo o respeito que se deve a um homem que nas horas cruciais de seu país teve coragem de tomar posição do lado certo das coisas, sendo pois um 'compagno di strada'(...)". Este tipo de posição teve como consequência a possibilidade de desenvolvimento, na Itália, de uma concepção muito democrática das lutas sociais e do

**"Um socialista é um liberal que não permaneceu estranho às críticas e às exigências de seu tempo".
Gobetti**

"A luta se travava no campo da prática. Os liberais haviam se juntado com os socialistas, por exemplo, nas brigadas internacionais durante a guerra civil espanhola, e agora uniam-se aos comunistas na resistência armada ao fascismo."

***"É perfeitamente possível
imaginar a democracia
como constitutiva do
socialismo, se a
concebermos como um
conjunto de
procedimentos
decisórios que vise
garantir a liberdade e
promover a igualdade."***

embate teórico.

PLURAL: Então, as bases do liberal-socialismo tem um pouco a ver com Gramsci?

VALQUÍRIA: Com Gramsci não. Creio já haver explicado isto nas respostas anteriores. Sem dúvida, Gramsci bebeu nesta fonte, formou-se neste clima de diálogo com o liberalismo de esquerda. Por exemplo, Gramsci recebeu intensamente a influência de um grande intelectual liberal-socialista italiano que foi Gaetano Salvemini. Creio que por seus próprios méritos e por esta vivência político-teórica, Gramsci se torna um pensador tão atual e um marxista tão original e diferenciado.

PLURAL: Mas você está mostrando uma questão histórica?

VALQUÍRIA: Sim, tento. A originalidade do PCI, se compararmos com os demais partidos comunistas do próprio mundo europeu, deve ter muito a ver com tudo isto. Ou seja, com a necessidade sempre recorrente de ter de enfrentar-se teoricamente com as grandes questões que lhe punham os liberais-socialistas. Veja, nos anos setenta a questão do socialismo democrático ganha progressivamente a esquerda mundial. A crítica ao chamado 'socialismo real' se faz de modo cada vez mais intenso. O problema das liberdades civis é posto em destaque nos grandes debates e nas grandes lutas políticas. Gostaria, entretanto, de lembrar que ainda nos anos cinquenta, em plena guerra fria, a esquerda italiana protagonizou mais de uma vez a polêmica entre o liberal-socialismo e o comunismo. Lembremo-nos que, do lado comunista, o estalinismo era imperante. No entanto, um curto e interessantíssimo debate sobre o tema da liberdade foi travado entre Palmiro Togliatti, Norberto Bobbio e o filósofo comunista Gaetano Della Volpe. Este debate ocorreu na re-

vista comunista "Rinascita" e na revista liberal "Nuovi Argomenti". Bobbio punha o problema das liberdades historicamente como conquistas burguesas mas que, depois, deixam de ser conquista particular e passam a ser universais. Lembre-se que estas conquistas se voltaram, muitas vezes, contra a própria burguesia. Esta dialética da passagem do particular para o universal é constitutiva do processo histórico. Por outro lado, Togliatti ressaltava o perigo de se tomar por liberdade aquilo que é tão somente um privilégio dos que tem poder. Em suma, quero apenas enfatizar que este diálogo entre liberais-socialistas e comunistas nunca se interrompeu. Lembro apenas que o primeiro artigo que escreveu Bobbio tinha o seguinte título: "Um convite ao diálogo entre liberais e comunistas". Neste artigo insiste sobre a questão das liberdades e do Estado de direito da União Soviética.

PLURAL: O que estava em questão mesmo era a forma da revolução soviética?

VALQUÍRIA: Sim. A forma de organização da sociedade assumida pelo estalinismo.

PLURAL: Era um questionamento ao modelo soviético, à feição do socialismo na URSS, ou um questionamento à revolução? Por que a revolução não se coloca mais na ordem do dia?

VALQUÍRIA: Sim, sem dúvida era um questionamento ao modelo soviético. Mas quanto à revolução, sim e não. A revolução, como esperança, estava na ordem do dia neste período do pós-guerra. Entretanto, do ponto de vista do Partido Comunista Italiano, as pessoas que nele ingressavam o faziam aceitando o seu programa. Nisto consistia a grande novidade, porque o partido se definia como um partido laico, ou seja, não exigia profissão de fé. Creio que esta foi uma das



principais razões para que ele realmente se constituísse como um partido de massa. Por sua vez, a revolução que saiu do horizonte das pessoas foi a de modelo bolchevique, isto é, apoiada no partido de quadros, no partido único, e no Estado burocrático. Aliás, devemos lembrar que Gramsci já havia pressentido que este não era o caminho da revolução no ocidente. Neste sentido, talvez se possa dizer que o PCI se constituiu num verdadeiro partido gramsciano.

PLURAL: Poderíamos dizer que as lutas democráticas levam à revolução?

VALQUÍRIA: Depende de como entendemos hoje a questão da revolução. Se entendermos por revolução a ampliação progressiva dos direitos sociais, políticos e civis, poderíamos dizer que sim.

PLURAL: E a questão da de-

mocracia?

VALQUÍRIA: Setores da esquerda tem compreendido mal a questão da democracia como valor universal, porque vêem nisso uma negação do projeto socialista. Na medida em que vincula a questão da democracia à manutenção do capitalismo, a esquerda faz coro com o pensamento apologético e conservador que concebe a democracia como uma virtude imanente da sociedade burguesa. É perfeitamente possível imaginar a democracia como constitutiva do socialismo, se a concebermos como um conjunto de procedimentos decisórios que vise garantir a liberdade e promover a igualdade. Veja, quando Dubcek falava em "socialismo com face humana" e os comunistas italianos em "democracia como valor universal", era um modo de questionar o aspecto autoritário e burocrático do dito "so-

"O grande desafio da esquerda contemporânea frente a grave crise econômica, à nova reorganização produtiva do capitalismo, na qual o desemprego tecnológico é a tendência estrutural dominante, é elaborar uma estratégia anticapitalista para a construção da 'sociedade do tempo livre'."

“Eram os socialistas que dedicavam ao povo eficazmente seu trabalho, eles acenderam as primeiras luzes na miserável plebe apolítica”.

cialismo real”. No essencial, era uma tentativa de pensar uma alternativa para a esquerda.

PLURAL: E o neo-liberalismo?

VALQUÍRIA: O neo-liberalismo é uma falácia, porque não se trata do resgate da grande tradição liberal. Quero dizer com isto que não é a recuperação de um Stuart Mill, de um Tocqueville. Pode-se dizer que o chamado neo-liberalismo é quase uma “ideologia em estado puro”, no sentido de que apenas defende interesses particulares. Portanto, ele é hoje tão somente o ideário da nova direita. Na verdade, seu objetivo é destruir todas as grandes conquistas sociais dos últimos cem anos. O grande desafio da esquerda contemporânea frente a grave crise econômica, à nova reorganização produtiva do capitalismo, na qual o desemprego tecnológico é a tendência estrutural dominante, é elaborar uma estratégia anticapitalista para a construção da “sociedade do tempo livre”, talvez retomando a sugestão de André Gorz em seu livro “Adeus ao Proletariado”. Devemos lembrar que esta estratégia já estava presente em Marx, na medida em que afirmava que a verdadeira liberdade é a liberação dos homens da escravidão do trabalho. Tecnicamente, o desenvolvimento do capitalismo nos países do primeiro mundo já criou as possibilidades econômicas para isto. Agora, o problema é político. Isto me parece que coloca a luta operária em outro patamar. Um exemplo disto podem ser as atuais reivindicações dos operários alemães, franceses, italianos, etc..., pela redução da jornada de trabalho. Sabemos que as resistências a isto por parte de amplos setores da direita são muito intensas.

PLURAL: Caso Lula seja eleito, existe alguma possibilidade dele caminhar nesta direção?

VALQUÍRIA: Esta é uma per-

gunta difícil de responder. Eu só poderia fazer conjecturas superficiais. Mas acredito que se pode dar um grande passo nesta direção com a eleição de Lula e se o PT for capaz de fazer uma política de alianças muito ampla, elegendo como princípio aquilo que Gramsci chamou de “acordo sobre o essencial”. Em suma, o PT precisa ter uma visão bastante aberta do que seria o campo progressista brasileiro, e abandonar os rótulos que não explicam nada e que são restritivos e autoritários. Primeiro ele precisa ganhar as eleições. E daí, governa como? Sabemos que a base parlamentar do PT é pequena. Mais uma vez lembrando o caso italiano, lá só se tornou possível sustentar programas de grandes investimentos públicos, de criação de empregos e de consolidação de direitos porque a esquerda contava com uma grande base parlamentar. E praticando o acordo sobre o essencial. Para terminar, lembro que todas estas questões foram, de certo modo, pensadas pelos liberais-socialistas italianos. Por exemplo, Piero Calamandrei dizia: “a justiça social é a condição da liberdade individual”. Em 1941, Guido de Ruggero, no seu clássico livro “Istoria del liberalismo europeo”, afirmava: “uma democracia com organização popular autônoma e duradoura não surgirá na Itália a não ser com o socialismo, que se constituiu no primeiro movimento político que tem um conteúdo social e que manterá uma relação permanente com as massas. Eram os socialistas que dedicavam ao povo eficazmente seu trabalho, eles acenderam as primeiras luzes na miserável plebe apolítica. Esses valores, essa experiência são decisivos para a constituição de uma democracia socialista”. Guido de Ruggero, um liberal, foi primeiro-ministro da Itália.

Desejo fazer uma assinatura da Revista Plural por

() um ano ou duas edições () dois anos ou quatro edições

Nome _____

Endereço _____ apto. _____

CEP _____ Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

Local e Data _____

Assinatura _____

Valor da assinatura; um ano (duas edições): 9,5 Ufir Mensal; dois anos (4 edições): 19 Ufir Mensal
Sob pedido sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente

Desço fazer uma assinatura da Revista Plural por

() um ano ou duas edições () dois anos ou quatro edições

Nome

Endereço

apto.

Cep

Bairro

Cidade

Estado

Local e Data

Assinatura

Valor da assinatura: um ano (duas edições): R\$ 2,00; dois anos (quatro edições): R\$ 3,50. Não há taxa de envio. Não pedida a devolução da revista gratuitamente.

Impresso na

UICA

ARTES GRÁFICAS

outubro de 1994

Florianópolis - SC